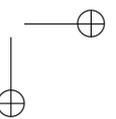
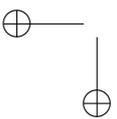
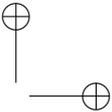






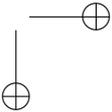
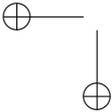
2





**ALMEIDA GARRETT**

**A CORRESPONDÊNCIA  
DIPLOMÁTICA  
(1834-1836)**





#### FICHA TÉCNICA

Título: *Almeida Garrett. A Correspondência Diplomática (1834-1836)*

Introdução, edição e notas de Duarte Ivo Cruz e Ana Isabel Vasconcelos

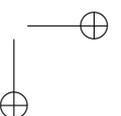
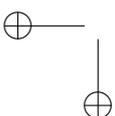
Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

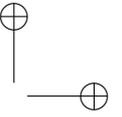
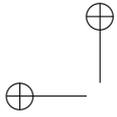
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa

Lisboa, setembro de 2014

ISBN – 978-989-8577-36-8

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto Estratégico «PEst-OE/ELT/UI0077/2014»





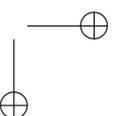
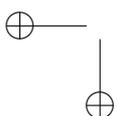
Duarte Ivo Cruz e Ana Isabel Vasconcelos  
(introdução, edição e notas)

**Almeida Garrett**  
**A Correspondência**  
**Diplomática**  
**(1834-1836)**

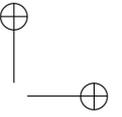
CLEPUL

Lisboa

2014

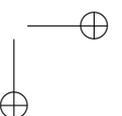
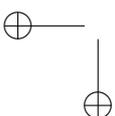


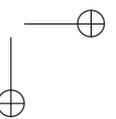
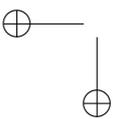
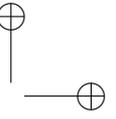
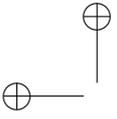




# Índice

<b>Agradecimento</b> . . . . .	5
<b>Introdução</b> . . . . .	7
<b>Correspondência</b> . . . . .	21
1834 . . . . .	23
1835 . . . . .	105
1836 . . . . .	211
Cartas de D. Luiz Maria da Câmara . . . . .	225





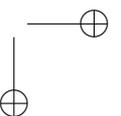
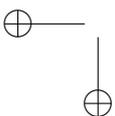


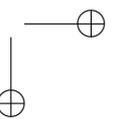
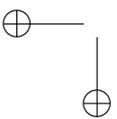
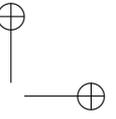
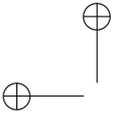
## Agradecimento

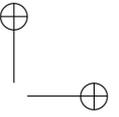
Publica-se pela primeira vez na íntegra a correspondência diplomática de Almeida Garrett como Ministro Plenipotenciário de Portugal junto da Corte e do Governo belga.

Trata-se de um conjunto vasto de cartas, conservadas no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, identificado como “legação em Bruxelas (cx. 20-A)”. Para além do interesse histórico destas missivas, encontramos nelas mais um testemunho claro das características essenciais de Garrett como grande escritor, como homem público dedicado e fiel à Pátria e à Coroa, mas também testemunho claríssimo da idiossincrasia e da psicologia do autor, da sua insatisfação, susceptibilidades e queixumes que marcaram a sua vida pública, na literatura como na política, e também a sua vida pessoal.

Os autores agradecem aos dirigentes do MNE e do AHDMNE, designadamente à Dr<sup>a</sup> Isabel Fevereiro e à Embaixadora Manuela Franco, bem como aos técnicos e demais elementos a quem ficam devendo um vasto e constante apoio na realização deste estudo.





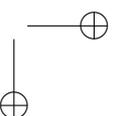
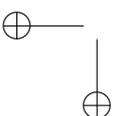


## Introdução

1. Garrett é uma figura central do romantismo português e um referencial hoje inquestionável da nossa cultura literária; mas, mais do que isso, constitui um caso quase ímpar entre nós de coerência, numa biografia atribulada, numa obra dispersa e irregular e numa expressão quantas vezes frustrada e frustrante de auto-correcção e ajustamento da realidade e das aspirações do autor. A sua actividade diplomática corresponde exponencialmente a esse paradoxo que, sabemo-lo bem, lhe foi doloroso.

Na verdade, podemos avaliar e compreender um profundo desencanto de Garrett na actividade diplomática, no que esta tem de mais nobre mas também, quantas vezes, de mais superficial e “mundano”, no sentido abrangente do termo. E, curiosamente, a marca profunda da acção de Garrett na política externa e na elaboração teórica correspondente é tanto mais interessante e importante quanto mais discreta e quanto mais circunscrita a intervenções de carácter negocial, muitas vezes de teor económico, adequadas aliás à preparação jurídica e até à inicial vocação profissional deste membro do Tribunal de Comércio de 1<sup>a</sup> Instância de Lisboa e do Conselho Ultramarino, funções que só dispersa e pontualmente exerceu.

Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros num gabinete do Marechal Saldanha, de 4 de Março a 17 de Agosto de 1852, escassíssimo mandato para uma função que ainda por cima – e ao contrário do que hoje sucede, e de que maneira! – dava tempo para tudo, até para escrever

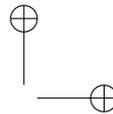
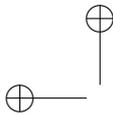


versos, pela delonga das comunicações...E, mais do que em outras fases da sua vida, noutros cargos e noutras funções, o paradoxo garretiano manifesta-se aqui em todo o seu esplendor: exonerado com o pretexto de uma confusa negociação do Acordo Comercial com a França, a sua acção no Ministério dos Negócios Estrangeiros revela um sentido muito amplo, e ainda hoje moderno, da função diplomática na perspectiva da negociação económica e no desenvolvimento integrado do país.

Na verdade, em 1851, Garrett fizera parte de uma comissão, criada em 18 de Julho daquele ano, para estudar a implantação do caminho-de-ferro de Lisboa a Badajoz. Empossado Ministro, iniciou negociações para a criação de um Acordo Postal com a França e da ligação ferroviária com a Espanha e França, além do referido Acordo Comercial. Sabemos que nada se fez. . .

Uma política lúcida e modernizante. Mas, simultaneamente, ficou na memória, que nem Gomes de Amorim pretende ocultar, e ficou nos arquivos do MNE, uma manifestação exponencial da fraqueza “mundana” de Garrett: a correspondência oficial e particular relativa a condecorações, sinetes, indumentárias, serviu para alimentar uma intriga junto de Saldanha e junto da Rainha, que levaria à exoneração do Ministro, a pretexto de um mal entendido formal na assinatura do Acordo com a França: poderia ou não o Ministro fazê-lo sem para isso lhe serem conferidos plenos poderes específicos?

Pretexto mesquinho, visto à luz dos interesses em causa e da personalidade atingida. O próprio Garrett, numa detalhada carta de explicações ao Encarregado de Negócios da França, mal oculta a mágoa deste inesperado e melancólico fim de carreira diplomática. Carreira essa, repita-se, feita de paradoxos, afinal coerentes com a própria personalidade contraditória de Garrett. São notáveis as negociações – e o resultado delas – com a Santa Sé, em períodos sucessivos (1838, 1841, 1852) ou o Acordo Comercial com os EUA, negociado por Garrett com o representante do Governo de Washington em Portugal, Edward Kavanagh, de 10 de Julho a 26 de Agosto de 1840, o que é realmente

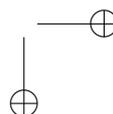
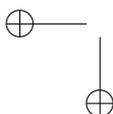


extraordinário dada até a personalidade conflituosa e arrogante do diplomata americano.

E a esse respeito, citaremos o manuscrito de uma carta (até então inédita) de Garrett para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo da Fonseca Magalhães, que encontramos nos Reservados da Biblioteca Nacional e publicámos em 2007, onde Garrett propõe um esquema de Acordo, notabilíssimo pela modernidade de conceitos negociais: cláusula de Nação mais favorecida, regime de extensão “às possessões ultramarinas” e a terceiros países, direitos consulares e protecção de residentes, regime de asilo, comércio com países neutrais em tempo de guerra. Tudo isto, de certo, negociado à luz do destaque que Garrett confere à “Republica dos Estados Unidos da América do Norte” – “não lhe resta senão crescer e enriquecer” – na luminosa presciência da política e da estratégia internacional que se descrevem no “Portugal na Balança da Europa” (1830) e em escritos anteriores (e posteriores), numa visão globalizada da política externa portuguesa a nível mundial. Nesse aspecto Garrett (e não o seu contemporâneo e amigo Herculano) foi a verdadeira “Voz do Profeta”...

Porque é que, então, a carreira internacional de Garrett foi tão frustrante? Estas cartas ajudam a percebê-lo, para além, claro, das mudanças da política interna e da intriga que sempre o rodeou e atingiu.

Antes da nomeação como Ministro Plenipotenciário junto da Corte de Bruxelas (1834-1836), posição interessante pelo contexto político de um país europeu, com escassos 4 anos de independência e problemas óbvios, ainda que não assumidos, com os poderosos vizinhos, Garrett desempenhara funções diplomáticas pontuais em Londres (1828, junto do então marquês de Palmela, e 1833). Na Terceira é encarregue por D. Pedro da reestruturação orgânica do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1835, sem o saber, é exonerado de Bruxelas e nomeado, sempre sem o saber, para Copenhaga, onde nunca chega a tomar posse, tal como acontece com uma nomeação para Madrid em 1837. Sistemáticamente insiste em postos de prestígio como Londres, Paris, Viena, Berlim ou Roma. Insiste também em manter-se em Bru-



xelas. A certa altura, recusa “essas Noruegas”. Mas em 1 de Janeiro de 1836, o marquês de Loulé oferece-lhe o Rio de Janeiro. Reponde: “eu estou pronto para tudo, seja ainda o Rio de Janeiro”. No entanto, nas Memórias de Gomes de Amorim ficaria a declaração expressa de que recusou!

Ora a verdade é que as cartas de Bruxelas revelam um desempenho muito aquém do esperado de uma personalidade como Garrett. Ou melhor, revelam muito dos aspectos negativos ou menores dessa personalidade: mundanismo desenfreado, susceptibilidades, conflitualidades. Mas também muito dos problemas da gestão diplomática de que Garrett foi vítima: falta de meios e de pessoal, falta de instruções atempadas e adequadas, e desconsiderações (“humilhações”) que chegam ao extremo de D. Maria II nomear, em 11 de Outubro de 1835, Luís da Câmara para Bruxelas, acrescentando em mensagem ao Duque de Palmela que “ao Garretti (sic) pode-se arranjar em outra parte”.

Ora há nisto pelo menos ingratidão da Rainha, que alguma coisa aprendera com os estudos de Garrett, que lhe foram destinados (“Da Educação – cartas dirigidas a uma Senhora lustre encarregada da instrução de uma jovem Princesa”). E mais: em 1836, no Relatório que antecede a proposta de Reforma do teatro nacional, encomendada por Passos Manuel, datado de 12 de Novembro daquele ano, Garrett é hiperbólico, num jeito também muito seu, quando endereça e dedica o texto à Rainha. “Valetudinário e achacado de corpo e espírito que ambos quebrei ao serviço de Vossa Majestade e pela santíssima causa da liberdade da minha Pátria”...

Mas, em Bruxelas, Garrett só soube da exoneração pelo próprio substituto quando este desembarca em 16 de Dezembro de 1835. E a chave destas desconsiderações e das respectivas e sucessivas recuperações está nas alternâncias da política portuguesa que, como sabemos, só se estabilizará com a Regeneração. Mas está também no próprio carácter de Garrett, que tanto fazia, e fez, amigos indiscutíveis na dedicação, como inimigos tenazes na hostilidade!

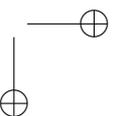
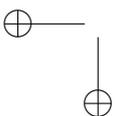


Enfim: estamos perante uma das mais interessantes personalidades da cultura portuguesa. Perante um dos escritores mais talentosos, pese a oscilação da obra, da nossa literatura. Perante um dos mais lúcidos analistas, diríamos hoje, da realidade internacional. E perante um dos casos mais raros de conciliação da cultura com a realidade económica subjacente e viabilizadora em termos nacionais.

Ora veja-se o prefácio a *Um Auto de Gil Vicente* (1841): “O teatro é um grande meio de civilização mas não prospera onde a não há. Não têm procura os seus produtos enquanto o gosto não formar os hábitos, e com eles a necessidade. Para principiar, pois é mister criar um mercado fictício”. . . E refere ainda a “civilização e os seus meios – no comércio, nas letras e nas boas artes”, assim mesmo e pondo ao mesmo nível, como factores estruturantes da “civilização”, o desenvolvimento económico e a cultura.

2. Percorremos esta correspondência diplomática de Garrett, quando colocado junto da corte de Bruxelas, e encontramos as características psicológicas do autor, mas também, e é justo salientá-lo, o amor à Pátria e à liberdade e a fidelidade a D. Pedro e obviamente à Rainha D. Maria II. Para além da sua agudeza de espírito, que marcou toda a sua vida e obra, estas cartas evidenciam, de forma recorrente, o egocentrismo e a autocomiseração que efectivamente foram seu apanágio e característica dominante.

E tanto assim é que na primeira carta guardada no Arquivo do MNE, datada de 12 de Junho de 1834, dirigida ao Ministro Interino Francisco José Freire, Garrett roga “um pequeno favor”: que seja abonado das verbas correspondentes ao período decorrido a partir da sua nomeação e que, uma vez apresentado no posto, lhe seja concedida “uma licença por três meses para, depois de ter organizado a [sua] pequena legação e consulado”, ir a França “estudar certas coisas práticas”!



Este tom respeitoso, mas simultaneamente reivindicativo, percorre a correspondência diplomática de Garrett, ciclicamente sublinhada por reclamações de ordem financeira e por queixumes de desconsiderações vindas de Lisboa e, mais complicado ainda, da própria Corte e Governo da Bélgica. O que não obsta, insista-se nesse aspecto, à indiscutível dedicação ao serviço e amor à Pátria e à Rainha que são, repita-se, apanágio deste queixoso Ministro Plenipotenciário. E já vimos como a Rainha lhe pagou a dedicação!

Logo na primeira carta de Bruxelas (30 de Junho de 1834), Garrett envia para Lisboa um completo e aprofundado relatório acerca das potencialidades do posto do ponto de vista económico, abrangendo nessa análise os mercados da Bélgica mas também do norte da Alemanha a partir do porto de Hamburgo, acrescidas de considerações estratégicas e de reflexões sobre a política europeia. Retomará ciclicamente o tema, desde logo em 5 de Agosto. E assim fará até final.

A problemática e a política económicas serão recorrentemente abordadas por este notável negociador diplomático, ainda por cima titular de um “lugar de recuo”, como hoje se diria, de magistrado no Tribunal de Comércio. O que também lhe servirá de pretexto insistente para se queixar da falta de meios, dos atrasos sistemáticos de transferências, da insignificância dos honorários e orçamentos, da falta de pessoal: quantas vezes se queixa a sucessivos Ministros de que está praticamente só, no posto!

Diz a certa altura que “passaram nove meses e ainda não recebi a mais pequena soma”. A queixa é tão repetida e recorrente que não vale a pena referi-la mais – a leitura das cartas é eloquente! Por todas, veja-se o que diz em 7 de Julho de 1835: a “miséria” em que vive faz com que não possa acompanhar e retribuir os faustos da vida diplomática e isso estaria também na origem de certa hostilidade que sente por parte do Governo, da Coroa e dos colegas acreditados em Bruxelas. Sintomático foi o facto de o Internúncio da Santa Sé, recentemente nomeado, contra todos os protocolos da função não o ter visitado, omissão que muito o ofendeu!



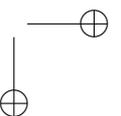
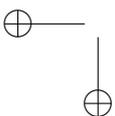
E mais: uma desastrada, considera Garrett, outorga de condecorações menos adequadas ao Rei Leopoldo e à Corte terá ofendido o Governo de Bruxelas – e disto também vivia o corpo diplomático. Só no final da comissão, esse mal-estar seria devidamente compensado e ultrapassado. Como já vimos, a partir de certa altura concentra-se na eventual nomeação para outros postos diplomáticos ou “outras Cortes”, como na época se dizia – o que não sucederá. . .

Com tudo isto, são constantes os pedidos de licença: pela morte do pai, por motivos de saúde e até para assistir à sagração de D. Maria II. Por vezes obteve a solicitada autorização, como se comprova pela estadia em Paris entre finais de Outubro e meados de Novembro de 1835, referida na carta de 24 de Novembro. Tudo isto marcado por sucessivas alusões aos “longos e penosos serviços e padecimentos” prestados às causas da liberdade.

Em qualquer caso, a análise das potencialidades do mercado e o estudo da legislação belga aplicável (por exemplo, nas cartas de 24 e 28 de Outubro de 1834) atestam a preparação jurídica e económica de Garrett, no contexto óbvio das dificuldades de relacionamento de ambos os países.

Logo no ofício de 30 de Julho escrevera: “a minha missão pouco tem de política além daquela geral e constante intenção conciliadora que nossos mútuos interesses e comunhão de princípios demandam”, tomando como principal objecto da sua função o desenvolvimento das relações comerciais. Atentemos nas suas preocupações:

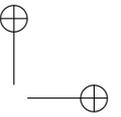
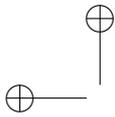
Renovo as minhas instâncias para a remessa da legislação comercial ou que afecta o comércio. Não tenho nem um regulamento consular. [. . .] Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> algumas instruções que me guiem. O novo ministro dos Negócios Estrangeiros tem manifestado o maior desejo de entrarmos em uma convenção comercial. El-Rei a deseja muito igualmente, e ponderou ele mesmo que as nossas vastas colónias de África podiam ser um grande mercado para a indústria belga já acostumada ao tráfico do Oriente, e com vantagem imensa das duas nações. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe



repita quanto urge decidir alguma coisa a este respeito, pois que a França, toda poderosa aqui, a Inglaterra não menos, e os Estados Unidos da América do Norte nos tomam o passo; e será tarde quando se queira tratar alguma coisa. Espera-se aqui um ministro de Espanha, cuja missão principal é também mercantil, e o do Brasil que há três dias chegou se ocupa, e com proveito, de obter vantagens do mesmo género. (Carta de 2 de Setembro de 1834)

Mas outros problemas ocuparam Garrett e um deles, complicado, foi o do retorno de combatentes estrangeiros, designadamente belgas mas não só, nas forças comandadas por D. Pedro nas guerras liberais. A questão é referida, nas cartas, desde pelo menos 31 de Outubro de 1834, e será recorrentemente aludida ao longo de toda a missão diplomática. Em 26 de Junho de 1835, Garrett descreve a chegada a Ostende de um contingente num estado lamentável: “os homens estão nus – esfomeados – e (o que pior é) sem papéis nem título algum que os legalize”. A agravar a situação estão as difíceis relações com o Governo belga. Só no final da comissão, Garrett reconhece o apaziguamento das relações bilaterais, designadamente na carta de 30 de Novembro de 1835, em que descreve uma amena conversa com o MNE belga; assinala, contudo, que ele lhe mencionou assuntos de política externa com interesses para Portugal, que Garrett diz ignorar!

Refira-se ainda que as diligências relativas às negociações dos dois casamentos de D. Maria II, nomeadamente com o malgrado D. Augusto de Leuchtenberg e da sua passagem por Bruxelas, são objecto de cartas e relatórios detalhados, de que destacamos a carta de 11 de Janeiro de 1835, em que Garrett sublinha as honras dispensadas ao Príncipe e a afeição demonstrada pelo Rei belga. Mas em 7 de Junho de 1835 queixa-se que a Corte belga não deu a devida importância protocolar por ocasião do falecimento de D. Augusto, por razões ligadas mais uma vez à outorga de condecorações. . . E, em 5 de Fevereiro de 1836, encontrando-se numa situação limite, está disposto a entregar o



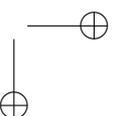
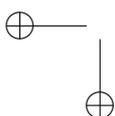
posto ao Conde de Lavradio que viajava no quadro da missão de negociação do casamento de D. Maria II com D. Fernando de Coburgo.

Já referimos as esperanças, ambições e frustrações de Garrett no que diz respeito a eventuais designações para postos que nunca se verificaram. E importa ainda citar que surgiram notícias recorrentes relativas a eventuais conspirações a favor do regresso de D. Miguel a Portugal e de conspirações miguelistas que nunca se concretizaram, como bem se sabe (cartas de 14 de Outubro de 1834 e de 1 de Dezembro de 1835).

Tudo visto e avaliado, bem podemos dizer que a missão diplomática de Almeida Garrett junto da corte belga ficou aquém das suas qualidades e potencialidades. Ele teria disso consciência, pois fica a sensação, nesta correspondência, que se sentiu sempre menosprezado ou pelo menos em situação inferior ao que de si mesmo pensava – e em rigor, com razão.

Daí que, em 7 de Julho de 1835, tenha descrito ao seu amigo Duque de Palmela, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, em termos pungentes, a sua situação. Considera-se discriminado e desconsiderado pelo Soberano e pelo governo belga. Sente-se “excluído”. E explica porquê.

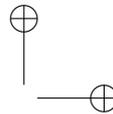
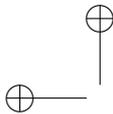
Conquanto a pobreza – a miséria em que vivo me fazem personalmente folgar com estas exclusões, receio que elas sejam desairosas ao Soberano Que tenho a honra de servir e ao Governo que represento. Inteiramente destituído de todos os meios de as evitar, ou as ressentir, nem sequer de as disfarçar e ocultar, escondo-me em minha pobre casa e não ousa aparecer em público. Não me sendo absolutamente possível viver decentemente com meu escasso ordenado, nem ainda acrescentando-lhe os sacrifícios que estou fazendo, de meu módico património, no Serviço de S. Majestade, e tendo além disso todas as horas do dia e boa parte da noite ocupadas com o serviço braçal da Legação, repito que nada me pesa, antes muito me convêm, não me ver forçado a despesas com que me endivido, e que absorvem os pequenos restos de minha fortuna que, na ocupação da ilha Terceira, escaparam ao



sacrifício geral por nós feito à causa da Liberdade e do Trono; sacrifícios, que de nenhum modo choro, nem quando agora desprezados, mas que me impossibilitam de os fazer novos, como eu quisera.

3. Dada a importância desta figura das letras portuguesas, considerámos fundamental debruçar-nos sobre um conjunto epistolar, já por outros parcialmente lido e até comentado – caso de Gomes de Amorim, nas *Memórias Biográficas* que escreveu –, que constitui a correspondência oficial escrita por Almeida Garrett, na qualidade de “Encarregado de Negócios em Bruxelas”, junto da Corte belga. Trata-se de correspondência diplomática, em forma de ofício, dirigida aos vários ministros dos negócios estrangeiros portugueses que, entre 1834 e 1836, ocuparam o cargo, integrando o governo ao serviço da rainha D. Maria II.

Depositados no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os manuscritos encontram-se arquivados numa caixa, identificada como “Legação em Bruxelas” (20-A), que contém a documentação cronologicamente organizada em pastas anuais. Aí se incluem também 2 cartas escritas ainda a partir de Lisboa, antes da saída de Garrett, bem como outras cartas já redigidas pelo seu sucessor no cargo, D. Luiz Maria da Câmara, num período em que este já se encontra na Legação, embora oficialmente ainda não possua a documentação necessária ao desempenho daquelas funções. Pela importância destas missivas, foi nossa opção integrá-las neste conjunto, cujo núcleo é composto por cerca de oito dezenas de cartas de Garrett. A primeira enviada de Bruxelas data de 30 de Julho de 1834 e a última foi escrita a 5 de Abril de 1836. Nesse núcleo existem também três cartas de Fevereiro e duas de Abril de 1835, originárias de Lisboa, quando Garrett aqui esteve, de licença, durante cerca de 3 meses, depois de acompanhar o Príncipe Augusto Duque de Leuchtenberg e Santa Cruz, até Inglaterra (Gravesend), de onde envia também uma outra carta, a 11



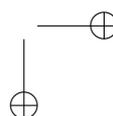
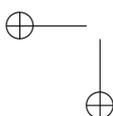
de Janeiro desse mesmo ano, dando conta de pormenores da viagem, para Portugal, do primeiro marido da rainha. Há ainda uma missiva, de 17 de Fevereiro de 1835, que não é da autoria de Garrett mas aparece incluída neste espólio (carta 38). Trata-se de uma informação dos serviços, em Lisboa, relativa ao pedido de pagamento apresentado em carta anterior.

Não tem esta correspondência um formato regular nem são utilizadas folhas identificativas da procedência, com timbre ou carimbo. Em períodos de luto, como pela morte de D. Pedro, o papel utilizado possui uma fina tarja preta. O número atribuído, na procedência, a cada uma das cartas encontra-se inscrito no canto superior esquerdo e, na margem esquerda, encontra-se normalmente registada a lápis a data da resposta dada pelos serviços em Lisboa. Excepcionalmente surgem escritas instruções sobre os procedimentos decorrentes do conteúdo das cartas ou o seguimento que tiveram. Excepcionalmente também encontramos, na última folha, um sumário do conteúdo da própria carta.

Perante esta diversidade, foi nossa opção, nesta edição, apresentar o texto original do manuscrito, tal como foi recebido nos serviços, em Lisboa, respeitando as formas de abertura e de fecho, nomeadamente com a inclusão da data no final das cartas. Em nota de rodapé – identificada por NM [Nota Manuscrita] –, daremos conta das breves indicações apostas, pelos serviços em Lisboa, aquando da recepção desta correspondência, salvaguardando, desde já, o facto de serem indecifráveis algumas palavras escritas, a lápis, nas margens do próprio manuscrito.

Há também cartas que referem a existência de anexos, de diversos tipos, como, por exemplo, documentos oficiais, contas, cartas endereçadas por terceiros, pedidos de autorização, etc. Dado o volume desta correspondência, apenas se procedeu à transcrição dos anexos que nos pareceram ter um valor documental apreciável.

Todos os documentos guardados nesta caixa se encontram numerados sequencialmente, a lápis, no canto superior direito. Sabemos,



por uma informação escrita nas pastas, que este espólio foi remetido, para o arquivo, em 16 de Abril de 1884, pelo “Ex.mo Sr. Biker”.

Tratando-se de uma escrita oitocentista e, sobretudo, de um texto da autoria de Almeida Garrett, houve que tomar redobradas atenções no acto de transcrição textual bem como da actualização ortográfica. Certos de seguir o melhor exemplo, tomámos como orientação os critérios estabelecidos pela equipa que se ocupa agora da edição crítica da obra completa, explanados pela coordenadora desse projecto, a Professora Doutora Ofélia Paiva Monteiro, num preâmbulo às obras dessa colecção.

Não sendo todas estas cartas inéditas, apresentamos agora este conjunto como a primeira publicação desta correspondência na sua totalidade, permitindo uma visão mais sustentada de aspectos vários. Desde logo, porque constitui mais um testemunho da produção escrita de Garrett onde também se revelam, pese embora se não trate de peças de literatura, os traços distintivos da prosa do autor das *Viagens*. Depois, porque se trata de textos com referências a personalidades e a acontecimentos coevos, o que, por si mesmo, constitui um manancial de informação, sobretudo respeitante às relações diplomáticas entre Portugal e os países da Europa Central.

No que toca ao conhecimento do autor, o conteúdo destas missivas encerra dados biográficos e políticos importantes, confirmando a visão moderna e avançada que Garrett tinha do papel a desempenhar por um representante diplomático num país estrangeiro. Por outro lado, e ao contrário do que se poderia esperar, encontramos patentes na letra dos textos que compõem este conjunto epistolar aspectos da personalidade de Garrett, que se revelam de forma surpreendente, se tivermos em mente que se trata de textos oficiais, com um elevado grau de formalismo, destinados sobretudo a “assuntos maiores”, o que, à partida, excluiria um tom pessoal ou confessional, mais próprio de uma correspondência privada. Na verdade, apesar do tratamento formal recorrentemente empregue, nomeadamente quando se refere à família real, o conteúdo de muitas das missivas revela aspectos privados, estados de



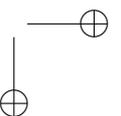
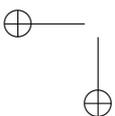
alma que reflectem sofrimento, denunciando não raro inquietações do foro, se não íntimo, pelo menos marcadamente pessoal.

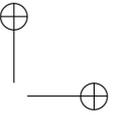
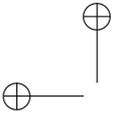
Farto de não obter resposta às suas solicitações e de viver numa situação financeiramente periclitante, Garrett recorda ao Ministro, num registo autobiográfico – carta de 21 de Outubro de 1834 –, o seu percurso ao serviço da pátria, sublinhando as tarefas de elevada responsabilidade de que foi incumbido, acabando por lamentar “o vir para tão longe dos [seus] e da [sua] casa para ser um simples cônsul geral encarregado de negócios junto de um Governo de derradeira ordem entre as Potências Europeias”.

Garrett sabia que, à excepção dos documentos “reservados”, os textos que escrevia iriam percorrer várias mãos e, mais cedo ou mais tarde, a sua exposição seria pública. Na verdade, ao lermos uma segunda e terceira vez aquelas missivas, sentimos que o interlocutor ou, melhor, o destinatário, sobretudo dos seus queixumes pessoais, não era somente o Ministro dos Negócios Estrangeiros mas a própria Rainha a quem se refere como “Majestade Fidelíssima”, numa laudatória que, apesar de insistente, não surte o efeito pretendido.

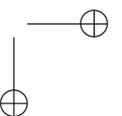
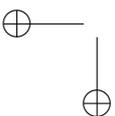
Como começámos por referir, o conjunto epistolar que nos propusemos agora editar na íntegra está classificado como correspondência oficial, não havendo portanto o risco de concorrermos para a exibição pública do que foi privado. No entanto e apesar do formalismo contextual das missivas, o seu conteúdo é surpreendentemente pessoal, facultando leituras e abordagens habitualmente propiciadas por escritos marcadamente individuais – como diários – onde se registam factos, se exprimem lamentos, se confessam estados de alma, por vezes num registo obsessivo, não longe do tom da escrita destes ofícios redigidos pelo punho de Garrett.

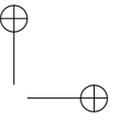
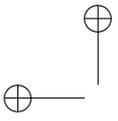
Tendo imenso que fazer materialmente, levo os meus dias a copiar e escrever cartas e ofícios de nenhuma importância, mas de volume e tempo. Mal posso ver alguém ou alguma coisa; e se por grande acaso me é livre fazê-lo, retém-me a vergonha de aparecer diante dos meus colegas – todos bem pagos, e to-



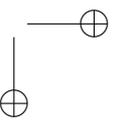
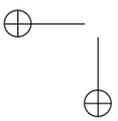


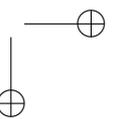
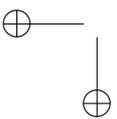
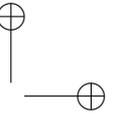
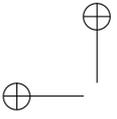
dos conservando a decente aparência de seus lugares, – com a libré da pobreza que sou forçado a trazer. (Carta de 23 de Junho de 1835)

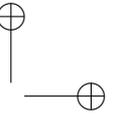
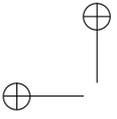




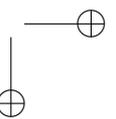
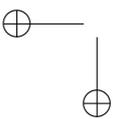
# Correspondência

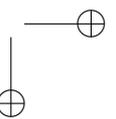
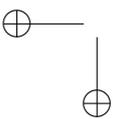
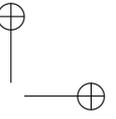
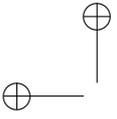


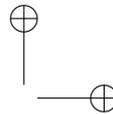
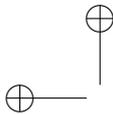




**1834**







CARTA 1

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr.<sup>1</sup>

Tendo de partir para o meu destino, vou rogar a V. Ex.<sup>a</sup> um pequeno favor que espero merecer-lhe. – V. Ex.<sup>a</sup> bem vê, pelo meu desejo de sair de Portugal numa época em q– toda a carreira das ambições está aberta aqui, que eu só procuro fugir de todas elas e viver em paz: pois bem fácil me fora escolher bandeira de partido e ser também ambicioso. Esta garantia que dou tão segura que só quero na paz do meu gabinete ocupar-me de meus estudos e ser útil à pátria julgo dever merecer alguma coisa ao Governo de S. M. I. e a V. Ex.<sup>a</sup>.

O que peço unicamente é que V. Ex.<sup>a</sup> me dê uma ordem p<sup>a</sup> que à minha passagem por Londres se me pague o tempo vencido desde o meu desp<sup>o</sup> p<sup>a</sup> eu não ir sofrer privações e longos apuros. Também peço uma licença por três meses para, depois de ter organizado a minha pequena legação e consulado, ir a França estudar certas coisas práticas e aperfeiçoar os meus longos trabalhos sobre administração pública e de Fazenda, de que há m<sup>tos</sup> anos me ocupo, e com que espero ser de m<sup>to</sup> grande utilidade à minha Pátria. – V. Ex.<sup>a</sup> lembrar-se-á q– eu fiz na Ilha a Lei de administração que hoje rege, e que este estudo é portanto um dos meus mais const.<sup>es</sup> cuidados.

É tão pouco, tanto de tarifa o q– peço, que julgo poder já agradecer-lo a V. Ex.<sup>a</sup>, como sinceramente faço e de todo o C., protestando que com a maior estima e consideração, sou

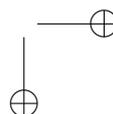
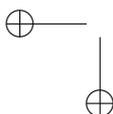
De V Ex.<sup>a</sup>  
C.<sup>do</sup> e Am<sup>o</sup> antigo e obg.<sup>mo</sup>

Junho 12-1834

J. B. de Almeida Garrett

---

<sup>1</sup> Carta escrita em Lisboa e dirigida a Agostinho José Freire, Ministro interino dos Negócios Estrangeiros.



## CARTA 2

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr.

No momento em que recebi a Régia Portaria de 26 do corrente ia embarcar o resto de minha bagagem a bordo do Royal Tar que há oito dias está a partir para Londres e no qual há mais de quinze tenho arranjado a minha passagem. Este último facto testemunhará a V. Ex.<sup>a</sup> o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Fazenda. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que acrescente que a Comissão da Reforma dos Estudos de que S. Majestade Imperial me Fez a honra de Encarregar-me só foi dissolvida a 19<sup>2</sup> do corrente, e só ontem pude fechar e ultimar seus livros, que a meu cargo estavam como Vogal e Secretário dela. Também pedirei licença para lembrar-lhe que o meu passaporte e mais títulos só a 18 do corrente me foram expedidos.

Destes simples factos verá V. Ex.<sup>a</sup> que eu tinha prevenido as suas ordens; e peço-lhe que acredite que sinceramente as desejo cumprir. Seguram-me que partiremos amanhã à noite; e assim levarei um dia ou dois adiantado sobre o paquete de 29.

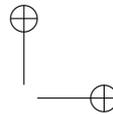
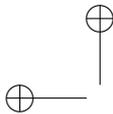
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa em 26 de Junho de 1834

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José Freire,  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>2</sup> 16 corrigido para 19.



CARTA 3

Nº 1 – 1.º V.<sup>me</sup><sup>3</sup>

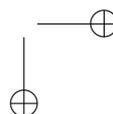
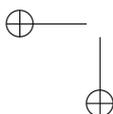
III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Com a única demora dos poucos dias indispensáveis de ficar em Londres para ter a honra de fazer a minha corte a S. M. B., segui directamente a Bruxelas. Desde anteontem fiquei acreditado para com o Governo Belga, e ontem fui publicamente recebido por SS. MM., com quem tive a honra de jantar publicamente em corte. Por aquela ocasião, e previamente autorizado, fiz entrega a S. M. a Rainha da carta particular de que Se Havia Dignado Encarregar-me S. M. I. a Senhora Duquesa de Bragança, e que, de S. M. a Rainha dos Belgas soube depois, continha outra de S. M. Fidelíssima.

Tanto El-Rei como a Rainha expressaram, não só a mim em particular, mas alta e publicamente, sentimentos de verdadeira estima e afeição para com as Pessoas de S. M. F. e de SS. MM. II., e não menos de admiração pelos heróicos feitos de S. M. I. o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, assim como do mais vivo interesse pela causa nacional portuguesa.

As extraordinárias atenções e civilidade com que o Governo de S. M. tem sido honrado na pessoa de seu humilde representante, muito superiores certamente ao meu carácter público e categoria, devem dobradamente penhorar o Ânimo de S. M. I. o Duque Regente, a Quem e à Nação portuguesa são dirigidas. E rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne de assim o elevar ao conhecimento do Mesmo Augusto Senhor. E não exagero certamente quando digo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Nome de S. M. I. é aqui objecto do maior respeito, e para muitos de um quase religioso entusiasmo.

<sup>3</sup> NM [Nota Manuscrita] – “Resp.<sup>do</sup> em 30 de Agosto” / “Continue a promover as relações comerciais, informando do q- poderá fazer-se a este respeito. Quanto a adido, e renda de casas, não pode ter por ora lugar. – Peça-se informação a Abreu e Lima a respeito dos arquivos da antiga Legação dos Países Baixos para se decidir sobre a última parte, comunicando-se isto mesmo a Garette [sic]”.



Tenho tomado todas as disposições para desempenhar devidamente o principal objecto de minha missão, procurando encaminhar daqui algum comércio para os nossos portos, e informando com individualidade e exacção, o Governo de S. M. de quanto possa interessar-nos.

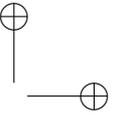
Um caminho-de-ferro que já quase cruza o país e deve chegar em breves dias à Prússia, há-de ser de grande importância para o nosso comércio com o interior da Alemanha, que por Holanda e Hamburgo se fazia com mais que dobradas despesas, risco e delongas do que por aqui se fará.

Desde já posso segurar a V. Ex.<sup>a</sup> que se entrássemos em alguma convenção a respeito de lanifícios belgas e vinhos portugueses (de 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> qualidade sobretudo) não só se concluiria com facilidade mas seria levada a considerável efeito. As produções industriais deste país excedem desmesuradamente todo seu consumo e extracção interna e externa; faltam-lhe absolutamente mercados. E agora, que quase se pode dizer ele existe numa perfeita isolação comercial com ambos os mundos, era decerto o oportuno momento – talvez a ocasião calva que não voltará – de fazermos um arranjo comercial com ele. Segundo as instruções vocais de V. Ex.<sup>a</sup> recebidas à minha partida, tenho já sondado o terreno, e quase posso afiançar que se poderá fazer muito. Lembro porém a V. Ex.<sup>a</sup>, que apesar das aparências, pode de um dia para o outro aparecer aberto o Scalda, e então mudará tudo de figura.

Posto que, se não interpretei mal as intenções do Governo de S. M., a minha missão pouco tem de política além daquela geral e constante intenção conciliadora que nossos mútuos interesses e comunhão de princípios demandam, é todavia indispensável que eu tenha alguma norma de proceder mais explícita, porquanto a posição do Governo da Rainha no actual estado da Europa, e a minha para com os representantes de algumas potências não é sem dificuldades, nem de causa ordinária.

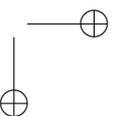
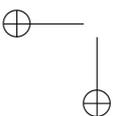
O corpo diplomático nesta corte compõe-se de um ministro (Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário) de Inglaterra; de um encarregado de Negócios interino de França (na ausência do Conde de La Tour-Maubourgh [sic], ministro de 2<sup>a</sup> ordem); um encarregado dos Estados Unidos da América do Norte; um dito de Áustria, outro de Prússia. Esperam-se os de Espanha e Brasil todos os dias. Fiz hoje<sup>4</sup> a minha visita de chegada aos Ministros Inglês, Francês e Americano; mas só deixei bilhete com o meu nome, sem

<sup>4</sup> “hoje” [entrelinha superior].



qualificação oficial, aos de Áustria e Prússia. O que estou certo merecerá a Aprovação de S. M. I. pois era, creio eu, o único meio civil de evitar todo comprometimento.

A transcendente importância europeia da posição deste país, faz com que a sua residência seja, sem questão, ao menos actualmente, a melhor escola diplomática que existe. V. Ex.<sup>a</sup> conhece, melhor do que eu, que aqui se cruzam agora os interesses e as pretensões das duas grandes secções políticas em que de facto estava há muito dividida a Europa, – e de direito, se é própria a expressão, o ficou agora pelo tratado da Quádrupla aliança. No meio e em torno deles giram os das potências menores, ansiosas, a maior parte, de se chegar a nós. Para qualquer mediano observador, se sua posição lhe fornecer os meios, não pode haver campo de maior ou melhor instrução. As mesmas grandes cortes não o podem oferecer nem igual. Demais, o estado de intimidade em que forçosamente se vive numa terra menor e de menos distrações aumenta a vantagem. Estas considerações, sobre muitas outras, me levam a propor a V. Ex.<sup>a</sup> que me pareceu da maior utilidade para o Serviço que para aqui viessem alguns adidos, não tanto para me auxiliar como para estudar e habilitar-se para maiores desempenhos. A existência de algum empregado dessa ordem dará, além disso, mais decente aparência à Legação: e se viermos a alguma negociação (como espero) pode ser de suma utilidade, pois lisonjeará, não só o Governo (o que menos importante é) mas a opinião do País. Como todos os povos novamente independentes, e mais que todos, este que há séculos perdera toda a nacionalidade, a Nação Belga é extremamente ciosa e desconfiada de toda a aparência de menosprezo, e facilima de levar, e (se é licita a expressão) de seduzir com qualquer ostentação de deferência e consideração. Este fraco (que me parece de aproveitar) os leva a estar sempre comparando o actual proceder das Potências a seu respeito, com o que havia sob a dominação Holandesa. Então tínhamos aqui uma missão grande e rica, hoje é a mais pobre de todas. Acredite-me V. Ex.<sup>a</sup> que está longe de mim a menor consideração pessoal. Simples e frugal em todos os meus hábitos, emigrado durante dez anos, com pouco vivo, e estou satisfeito além dos meus desejos, do que o Governo me arbitrou; mas não hesito em asseverar, e a experiência me justificará, que a Nação há-de perder centuplicadamente, com a economia que ora se fizer nestas missões (ainda nas mais pequenas como a minha) cujo principal objecto, segundo entendo, é chamar as relações de povo a povo, de

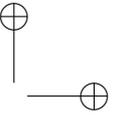
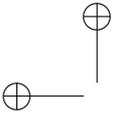


indústria a indústria. Nem suponha V. Ex.<sup>a</sup> que eu daqui quero tirar motivos para lhe pedir aumentos de meus ordenados ou categoria. Nada disso ambiciono. Vejo porém que é indispensável ter alguém como adido-secretário, e ser-me alguma coisa mais abonada para renda de casa em que decentemente coloque a Legação. Tudo isto é insignificante e não vale talvez quinhentos mil réis. Deste módico<sup>5</sup> pedido verá V. Ex.<sup>a</sup> que é zelo unicamente do serviço e utilidade pública o que me move a falar num assunto, aliás desagradável para mim, e que muito repugna a meus hábitos e carácter.

Também devo prevenir a V. Ex.<sup>a</sup> que tenho de criar completamente a Legação e todo o estabelecimento consular, porquanto o Cavalheiro Lima levou consigo para Paris livros, selos, arquivos e tudo. Esta deliberação daquele Ministro, que (segundo ele me escreve) assentou sobre julgar ele que, à separação dos dois países, a antiga Legação do extinto reino dos Países Baixos deve ser continuada legitimamente na futura Legação de Holanda, e não nesta, tem sido aqui objecto de estranhas observações. Repetidas vezes sondado sobre o assunto, com visível ressentimento, tenho-me evadido a toda resposta explícita: o que vejo que se pretende saber é se esta deliberação do Cavalheiro Lima foi tomada por ordem ou de acordo, ou com aprovação do Governo Português. Parece, é verdade, que sendo a Bélgica, a primeira das duas fracções do antigo reino dos Países Baixos que entra em relação connosco, e que, segundo os Belgas alegam, ainda no momento em que toda a Europa era contra nós, de facto nos auxiliava com homens, meios e até alguns adiantamentos, deveria ser nessa primeira que devesse continuar-se a série da antiga comunicação; e não que estivessem o material e arquivos da Legação Portuguesa esperando em País estrangeiro que o Governo Holandês deixe de ser nosso inimigo (segundo é de todo o coração) e que quando for bom prazer de El-Rei Guilherme, sejam então levados a Haia, como e se aquele Soberano se resolver a reconhecer a Rainha Fidelíssima e o Governo de S. M. I. Isto interpretam aqui desfeita e menosprezo injusto e ingrato da nossa parte. Eu geralmente tenho dito, no maior vago que posso, que ainda não pude ocupar-me da Legação e de seus arquivos e que sobre isso espero resolução de S. M. I. A qual resolução rogo muito instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> me queira enviar.

Sei neste momento com certeza que, apesar das tentativas do Pretendente Espanhol, a Chancelaria Austríaca está muito disposta a entrar em relações

<sup>5</sup> “módico” [entrelinha superior].

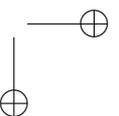
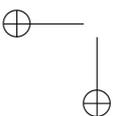


com o Governo se S. M. C. De la on ira vers vous: acrescentou o informante, cujo nome em outra ocasião direi a V. Ex.<sup>a</sup>

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas 30 de Julho de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José Freire,  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 4

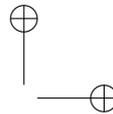
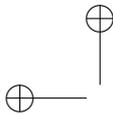
N<sup>o</sup> 2 – 1.<sup>o</sup> V.<sup>me</sup><sup>6</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Ontem, e antes da sua partida para Gand, recebi de S. M. a Rainha dos Belgas as duas cartas juntas para S. M. Fidelíssima e para S. M. I. a Senhora Duquesa de Bragança, a Quem, por intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> tenho a honra de as remeter, beijando muito respeitosamente a Mão a SS.MM.

Hoje se publicou oficialmente a nova organização do Ministério. Só ficou do antigo, o Ministro da Guerra; e são os presentes: interior, Therry de Meylandt; estrangeiros, Felip Armand Muelenare; Antonio Ernest, justiça; Eduardo d’Huart, fazenda. Prepondera o partido aqui dito católico.

As câmaras adiaram-se ontem até à próxima sessão – ou antes, indefinidamente. Deixaram muito adiantado o trabalho da organização administrativa provincial e municipal. Neste sistema belga, que tomou, como o nosso de 1832, a base francesa, há todavia combinações tais, e em sua discussão apareceram ideias tão luminosas, que entendo seria de grande proveito e auxílio para as cortes portuguesas (que forçosamente se hão-de ocupar de iguais matérias) o ter amplo conhecimento do que aqui se tratou: tanto mais quanto o sistema da administração provincial, a própria unidade provincial administrativa é nova, ignorada entre nós, e quase absolutamente peregrina também a ideia de um centro comum dado às municipalidades, ainda dentro de menores distritos do que a província. Se V. Ex.<sup>a</sup> julgar que vale a pena comunicar ao Sr. Ministro dos Negócios do Reino esta minha lembrança, com ordem de S. Majestade, coligirei imediatamente e coordenarei meus apontamentos e observações aqui feitas, e lhes darei o nexa e desenvolvimento necessário para poderem servir aos trabalhos do Governo, se ele quiser, ou oferecer propostas legislativas às Cortes, ou dar sobre a matéria providências regulamentares. O profundo estudo que neste assunto tenho feito, provado pelos únicos trabalhos

<sup>6</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 28 de Agosto 1834”.



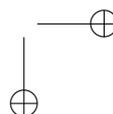
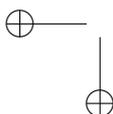
portugueses que sobre ele existem e que foram a base do Decreto de 16 de Maio de 1832, e a plena certeza que o Governo de S. M. não pode deixar de ter do meu zelo e assiduidade, me fazem esperar que Ele se Dignará aceitar este serviço que ofereço.

Não merece menos atenção e estudo a organização fiscal deste país, cujo sistema, fórmulas e funções todas estão decerto mais aperfeiçoadas que na mesma França donde vieram. Sobre ele tenho igualmente coligido, e continuo a coligir, documentos e informação. E com ordem, mas sobretudo, com indicações positivas do Governo, enviarei um trabalho regular e seguido.

Não creio que país nenhum civilizado da Europa esteja no caso de fornecer melhores exemplares em todo o género de administração do que este. Situado ao pé de França, donde lhe vieram os elementos de toda a sua organização actual; perto de Inglaterra, e em tais e tão íntimas relações com ela que as simpatias francesas se modificam visivelmente em tudo pelo contacto; aliás comarcação da Alemanha, literalmente da Prússia – tipo absoluto e único em muitos géneros de administração; há pouco separado de outro notável povo a Holanda; a Bélgica é como o centro de um grande e variado círculo de civilização, cujos raios todos para ele convergem. Assim deve a Bélgica à sua excelente administração o ter um exército no melhor pé de bons 50.000 –; três tribunais de 2<sup>a</sup> instância, 1 de cassação; uma organização administrativa (propriamente dita) completa; vastos estabelecimentos científicos, literários, de ensino, de educação; uma arrecadação fiscal igualmente completa; tribunais e inspecções comerciais; e poder, sobre tudo isto, aplicar vastas somas para obras públicas, e até para estabelecimentos de mero ornato e quase luxo nacional.

Todos estes motivos me levaram a fazer, por intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> aquelas propostas, sobre as quais aguardarei as ordens de S. M.

Igualmente renovo a V. Ex.<sup>a</sup> as mais fervorosas instâncias e rogos para que se digne autorizar-me mais positivamente a respeito de alguma convenção comercial, que intimamente estou convencido poderíamos formar com a Bélgica com grande vantagem de nossa indústria agrícola. Mas agora e já, segundo em meu ofício n<sup>o</sup> 1 de 30 do passado tive a honra de expor a V. Ex.<sup>a</sup>, seria o verdadeiro – talvez o único momento. Um dos grandes escoamentos da indústria fabril deste país eram as colónias holandesas da Índia, que lhe são



ora fechadas. Não seria possível oferecermos-lhes nós alguma vantagem nos mercados das nossas colónias de África e de Ásia?

Eis aqui os principais produtos fabris da Bélgica: Lanifícios desde a primeira até à derradeira sorte, panos, baetões, baetas, castorinas; algodões de cor, estampados, brancos; ferragens; vidros; linhos manufacturados (que são todos os panos que obtêm entre nós a falsa denominação de Holanda) de Brabant, de courtray; e que desde o mais fino, chegam até o que chamamos brim de Rússia, mais cómodos ainda que ele em preço, e superiores em dura e qualidade.

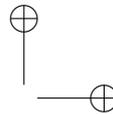
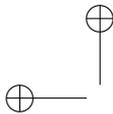
Tenho tido várias reclamações de oficiais e soldados que voluntariamente, ou por inválidos deixaram o serviço da Rainha; e, segundo entendi que o devia fazer, os dirigi à Comissão de Londres.

Espero ter definitivamente organizado, para o futuro correio, a organização consular, que submeterei à Aprovação de S. M. Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas 5 de Agosto de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José Freire,  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios da Guerra, interinamente  
Encarregado da Repartição dos Negócios  
Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 5

Nº 1 Reservado 1º V.<sup>7</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Confiado na benévola intercessão de V. Ex.<sup>a</sup>, e na esperança de que uma vida, não longa ainda, mas toda inteira votada à causa da minha Pátria, da sua liberdade e ilustração, há-de merecer alguma contemplação ao Governo S. M., vou pedir uma pequena e insignificante mercê, que todavia para mim é grande.

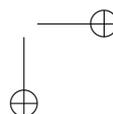
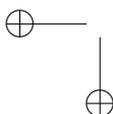
Reduz-se unicamente a que o desconto do pequeno adiantamento que me foi feito em Lisboa se não faça sobre os meus pagamentos futuros como membro do corpo diplomático, e me seja antes encontrado, de uma vez e na sua totalidade contra a dívida de meus ordenados vencidos como oficial da Secretaria de Estado, na emigração e em campanha.

Tantos motivos me assistem para pedir e esperar este favor, que ousou confiar não serão desatendidos de V. Ex.<sup>a</sup>. Doze anos de emigração pela causa da Liberdade, uma assídua e provada aplicação literária, minha vida toda passada ou sob a proscricção ou nos cárceres, duas vezes encarcerado, duas privado por longos anos de todo emprego, o confisco de meus poucos bens, – com a família a meu cargo, a saúde perdida – e sobretudo o tenuíssimo de meus ordenados actuais, a par de uma despesa que tenho receio V. Ex.<sup>a</sup> julgue exagerada por mim, mas que de certo o não é, – tudo são razões que muito confio, tantas e tamanhas como são, hão-de sobejar para tão pequeno pedido.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que o desconto ordinário é pela quinta parte dos pagamentos; portanto toda a economia do Tesouro se reduziria a ser ele<sup>8</sup> embolsado, em cinco anos de pagamentos diplomáticos (que não são 5 anos naturais) da soma de um conto e quinhentos mil réis, i. e., 300\$ cada ano. Ora essa quantia, insignificante para o Tesouro, é enorme para mim, que depois de tantas perdas, estou num país estranho, longe de todos os meus

<sup>7</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 30 de Agosto”.

<sup>8</sup> “ele” [entrelinha superior].



recursos, oprimido ainda das dívidas de tão longa emigração e em todo o sentido arruinado. Se V. Ex.<sup>a</sup> juntar a tudo isto que a Fazenda nada perde na transacção, lisonjeio-me que todas as dificuldades serão removidas.

Certo, é um país barato a Bélgica, mas a corte é, como todas, caríssima; e, apesar da triste, vilã figura com que sou obrigado a representar o Governo de S. M. por meus estreitos limites, não sei como poderei acorrer ainda ao mais estrito necessário. Não dou de jantar, ando a pé, sou o meu próprio secretário, em muitas coisas o meu próprio criado: mas posso eu deixar de ter uma casa decente, de aceitar os convites da corte, e de fazer as mil e uma despesas que absorvem tudo?

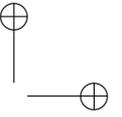
Só as correspondências com os oficiais e soldados que estiveram ao nosso serviço (e de que todos os dias recebo em número imenso) me fazem um gasto de que V. Ex.<sup>a</sup> se espantará.

Antigo companheiro de infortúnio e honrados padecimentos, V. Ex.<sup>a</sup> olhará de certo para a minha sorte com equidade, e me fará este favor, que julgo merecer.

Antes de sair de Lisboa consumi em pagar as minhas principais dívidas todos os avanços recebidos; e com viagens, e princípio de arranjo de casa e da Legação, estou reduzido a viver de crédito. Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> com a maior instância que atenda a tão precária situação. Desde o mês de Fevereiro, que data o Imperial Decreto de minha nomeação, já levo vencidos mais de dois quartéis, e nada recebi ainda.

Entre a nomeação e a partida, o Governo sabe muito bem (e S. M. Imperial me Fez a Honra de Aceitar com Louvor e Aprovação os documentos) de quanto votado foi todo o meu tempo ao Serviço Público na organização das importantes reformas de todos os Estabelecimentos de Instrução e Educação do Reino. Outro menos zeloso teria abandonado (à sombra da nomeação para esta corte) um trabalho improbo que tarde será avaliado. Eu não quis evadir-me; e sacrifiquei tudo à utilidade – remota que ela venha a ser – da minha Pátria, e à satisfação, que por fim tive, de depositar nas Augustas Mãos do Libertador da Geração presente, um código completo de instrução, o único meio de assegurar a liberdade da Geração futura portuguesa.

Se mais não tenho por mim, tenho ao menos, e de certo, provas não comuns de zelo, assiduidade no serviço, e de inabalável lealdade e devoção pela causa da civilização da Pátria, que é a da Nossa Augusta Soberana, e do Re-

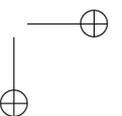
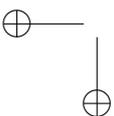


gente e Regenerador de Portugal. [...] (se tanto mereço) pelo favor de V. Ex.<sup>a</sup>  
estes motivos que valerão a benevolência de S. M. Imperial e do Seu Governo.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 8 de Agosto de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José Freire  
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios  
da Guerra, interinamente Encarregado do  
Ministério dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 6

Nº 3 – 1.º V.me<sup>9</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

A minha posição nesta corte se torna de dia a dia mais difícil pela absoluta falta de instruções e até de notícias.

Sobre todas as medidas comerciais, ou que afectam o comércio, sou amiúde perguntado, e não sei responder.

Persegue-me uma quantidade de inválidos, munidos de guias passadas por Carbonell, que os autorizam a haver subsídios de mim; e eu, nem meu nem do Estado, tenho um cêntimo que lhes dar. E quando o tivera, ignoro o que e o como devo fazer.

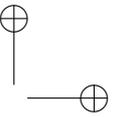
Rogo muito encarecidamente a V. Ex.<sup>a</sup> se digne dizer-me quais são as determinações do Governo de S. Majestade a este último respeito; e a ser do seu agrado, pôr alguns fundos à minha disposição para acorrer a estas reclamações.

Tomo igualmente a liberdade de pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup> que tendo já vencido sete meses de meus ordenados, ainda nada recebi; e começam a crescer sobre mim as dívidas e os credores, com grande mortificação para mim e pouco crédito para o Governo de S. Majestade, que tenho a honra de representar.

Já tive a honra de representar a V. Ex.<sup>a</sup> a absoluta impossibilidade de viver neste país, tendo uma casa, com o pouco que o Governo resolveu arbitrar-me: de novo rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne dar um momento de atenção à triste e precária posição em que aqui me vejo a todos os respeitos.

Só as cartas de reclamações, que de toda a parte recebo, montam a uma soma avultada em portes. Parecerá impossível, mas é certíssimo que não basto eu só, trabalhando zelosamente para satisfazer a esta desagradável e pesada

<sup>9</sup> NM – “À Guerra [Ministério] em 7 de Outubro”.



correspondência; e que fui obrigado a tomar um escriturário, que estou pagando, ou mais exactamente, que está esperando que eu lhe venha a pagar quando tiver com quê.

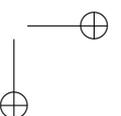
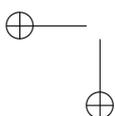
Estas razões todas me fazem pedir muito instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> se digne nomear-me um adido-secretário, pois me parece mais útil que seja um súbdito de S. Majestade quem utilize do emprego que forçosamente há-de ser exercido por alguém, e não cabe em forças humanas que eu só possa com o trabalho.

Reiterando todos os meus pedidos dos ofícios anteriores, acrescento muito especialmente o de instruções comerciais e relativos à navegação, alterações na legislação e regulamentos de portos, na moeda, e outros de que vagamente aqui oiço falar.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas 22 de Agosto de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José Freire  
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios  
da Guerra, interinamente Encarregado  
do Ministério dos Negócios Estrangeiros,

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 7

N<sup>o</sup> 4 – 1.<sup>o</sup> V.<sup>me</sup><sup>10</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

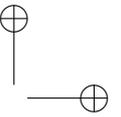
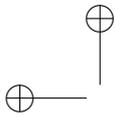
Já tive a honra de anunciar a V. Ex.<sup>a</sup> em meus ofícios precedentes, e particularmente no de 22 de Agosto pp. n<sup>o</sup> 3, que me via perseguido por uma quantidade de Soldados estropiados que obtiveram baixa do Serviço da Rainha por tais, e que sendo portadores de guias assinadas por Carbonnel [sic], nessas mesmas guias expressamente se lhes recomenda de se apresentarem à autoridade Portuguesa do domicílio que escolherem para suas reclamações. Não ignora V. Ex.<sup>a</sup> que estes homens e suas pretensões foram apoiadas pelo Governo Belga, que o Comissário do Governo da Rainha em Ostende, Abreu, tomou sobre si acorrer a tão fortes reclamações, e que com autorização da Comissão de Londres, lhes pagou um franco por dia para seu sustento, enquanto não recebia decisão do Governo de S. Majestade.

Este comissário me escreve enfim em 24 do mês passado dizendo-me que era chegada a resolução definitiva de S. M., e remete-me por cópia um ofício de V. Ex.<sup>a</sup> ao Tesouro público em data de 12 de Julho e outro do conselheiro do mesmo Tesouro Gomes de Castro, dos quais depreendo que o Governo de S. Majestade decidira prover à subsistência dos Estrangeiros Fulano e Fulano, mostrando eles autenticamente que se acham inabilitados para todo o trabalho.

Posto que os ofícios deferidos tratam só de três nomes, o dito Abreu deu guias a quatro estropiados, segundo me avisou, e além desses quatro já depois se me têm apresentado doze todos em idênticas circunstâncias todos munidos de autênticos documentos e com certidões de juntas de saúde que os declaram inábeis de todo o serviço e trabalho.

A todos estes homens pagava até aqui o dito Abreu em Ostend um franco por dia com os fundos que recebia da comissão de Londres, e a todos eles suspendeu esse pagamento em 25 de Agosto último.

<sup>10</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> a 24 Nov<sup>ro</sup>”.



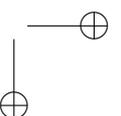
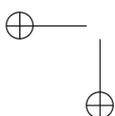
Pública, pela intimação do dito Abreu, e pelos jornais, a decisão do Governo de S. Majestade, munidos de seus papéis, estes homens caíram sobre mim reclamando os socorros concedidos. As autoridades Belgas recusam dar-lhes todo auxílio ainda da mais estreita caridade, já porque muitos deles são desertores Holandeses e Prussianos, já porque persistem em sustentar que seu natural e único protector é a Rainha Fidelíssima por cuja causa derramaram eles o seu sangue e se impossibilitaram uns de ganhar o pão, outros até de jamais voltarem a seu país, onde como desertores que são os esperaria a ignomínia e o patíbulo.

Nestas apertadas circunstâncias e perseguido dos clamores destes infelizes, das instâncias das autoridades e do brado (pouco decoroso para a Nação e Governo português) da opinião geral, resolvi-a tomar sobre meus ombros a carga que o dito Abreu lançou de si, dizendo que à minha instalação em funções, todas as suas tinham cessado, e que ia partir para Londres. Em lugar, porém de 30 francos por mês, como ele pagava, reduzi o subsídio a 25, ao menos que pude. Espero que esta minha resolução forçada (porque outro arbítrio me não restava) terá a aprovação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Nesta mesma data oficio ao nosso ministro em Londres para requerer da comissão de Londres os meios necessários de cumprir com o prometido. Muito bem sabe V. Ex.<sup>a</sup> que eu não tenho fundos alguns do Governo, nenhuns meus: de quase oito meses que já venci de meus ordenados ainda não recebi nada; não tenho nem para pagar ao padeiro, e vi-me necessitado de recorrer à boa fé de um banqueiro deste país para poder pagar a bagatela dos subsídios destes soldados. Eu confio que a Comissão de Londres (ou quem quer que hoje faz suas vezes) acudirá a esta urgente precisão por honra do Governo, mas rogo instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> queira fixar positivamente a regra do meu proceder a este respeito.

Os soldados que até agora se me apresentaram, devidamente legalizados são doze, e um cabo, mas sei que há muitos mais cujas reclamações espero a toda a hora.

Dois destes inválidos são cavaleiros da A. e M. N. Ordem da Torre e Espada de V. L. e M., e reclamam também a sua venera e diploma que lhes foi prometido.



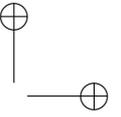
Junto remeto a petição de um deles para esse efeito. E julgo do meu dever avisar a V. Ex.<sup>a</sup> que todos os decorados estrangeiros se queixam amargamente de que as suas decorações foram somente anunciadas na Gazeta e que, tantas vezes prometidas, nunca se lhes deu venera nem diploma. Sobre tudo isto se fazem comentários pouco decentes sobre o Governo de S. Majestade, tanto na boa sociedade como pelo povo.

A ausência de El-Rei e da Rainha dos Belgas, que ainda continuam em Flandres, tem suspenso quase todas as relações oficiais ordinárias. Por este motivo não pude ainda instalar os V. Cônsules nos postos respectivos, na falta do exequatur regio.

Renovo as minhas instâncias para a remessa da legislação comercial ou que afecta o comércio. Não tenho nem um regulamento consular. Suplico uma decisão sobre os arquivos desta Legação que se acham em Paris. Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> algumas instruções que me guiem. O novo ministro dos Negócios Estrangeiros tem manifestado o maior desejo de entrarmos em uma convenção comercial. El-Rei a deseja muito igualmente, e ponderou ele mesmo que as nossas vastas colónias de África podiam ser um grande mercado para a indústria belga já acostumada ao tráfico do Oriente, e com vantagem imensa das duas nações. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe repita quanto urge decidir alguma coisa a este respeito, pois que a França, toda poderosa aqui, a Inglaterra não menos, e os Estados Unidos da América do Norte nos tomam o passo; e será tarde quando se queira tratar alguma coisa. Espera-se aqui um ministro de Espanha, cuja missão principal é também mercantil, e o do Brasil que há três dias chegou se ocupa, e com proveito, de obter vantagens do mesmo género.

Dos fabricantes e negociantes belgas recebo amiudadas perguntas sobre as alterações que ultimamente se têm feito nos direitos das alfândegas, dos portos, na moeda e mil outras coisas em Portugal, sobre produtos, comunicações, etc., etc. – e peja-me e pesa-me dizer que nada sei nem posso dizer positiva e oficialmente, pois nem de V. Ex.<sup>a</sup> nem da Real Junta do Comércio recebi ainda uma linha ou um impresso.

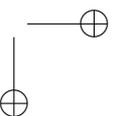
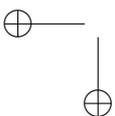
Dou pois respostas vagas, evasivas, e procuro animar quanto posso os empreendedores a tentar alguma coisa para dar impulso às relações comerciais que tão importantes podem ser. Mas é necessário, e exige-se por todos, dados



e noções positivas que muito peço a V. Ex.<sup>a</sup> queira mandar fornecer-me.  
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 2 de Setembro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José  
Freire, Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios da Guerra  
Encarregado do Ministério  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 8

Nº 5<sup>11</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebi ontem os dois ofícios, debaixo de n.<sup>os</sup> 1 e 2 e em data de 28 e 30 de Agosto último; sobre o conteúdo dos quais despachos o perigoso estado de minha saúde me não permite que responda como devo.

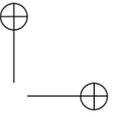
Assim mesmo da cama donde jazo me apresso hoje a fazer parte, pelo Ministério respectivo, a S. M. El-Rei dos Belgas do feliz acontecimento que encontra um eco de aprovação em toda a Europa livre, e que é um novo testemunho da gratidão e justiça da Nação Portuguesa.

Por essa ocasião de ver legalmente confirmada pelas Cortes Gerais a já mais que legitima Regência de S. M. Imperial, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne levar, por minha humilde parte, à Augusta Presença de S. M. Imperial o Duque Regente os sinceros votos de adesão de um súbdito fiel e zeloso cidadão que, todavia, na acertada e sábia Resolução das Cortes Gerais aplaudiu mais à glória e fortuna da Nação que assim se ilustrou por esse acto de nobre confiança do que pela glória que daí pudesse resultar a um Príncipe que de nenhuma carecia já.

Folgo de me persuadir que a preciosa saúde de Sua Majestade Imperial não dá sério cuidado a todos os que, como eu, temos a nossa vida e a vida da Liberdade, por que votámos a nossa, como dependente da sua que tanto havemos mister, e por cuja continuação e prosperidade ardentemente rogamos a Providência que protege Portugal.

---

<sup>11</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.

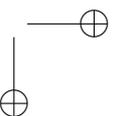
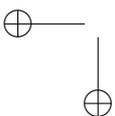


Aflito eu mesmo de uma moléstia de peito que me não dá repouso, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe de terminar aqui este ofício.

Deus G<sup>de</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas aos 16 de Setembro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José  
Freire, Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios da Guerra  
Interinamente Encarregado do Ministério  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista da S. Leitão de Almeida Garrett



## CARTA 9

Nº 6<sup>12</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

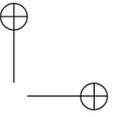
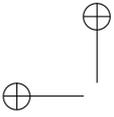
Apesar do meu estado de saúde que apenas me deixará assinar este ofício, não quero deixar passar este correio sem pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne levar à Augusta Presença de S. M. Imperial o Duque Regente, a ansiosa solicitude do meu coração, e os ardentes votos que, como todos os bons Portugueses, não cesso de formar pelo inteiro restabelecimento de Sua preciosa saúde.

Só no princípio desta semana, a 22 de corrente mês de Setembro, consegui enfim organizar o pequeno corpo consular Português neste reino; e nomeei, em virtude dos poderes que S. M. Imperial se Dignou conceder-me, um Vice-Cônsul em Antuérpia, outro em Ostende, para o serviço do comércio dos dois países. Nomeei outrossim um Vice-Cônsul em Bruxelas com o fim de o encarregar da Chancelaria da Legação e do Consulado Geral, e para manter, nesta última qualidade, a correspondência com os outros Vice-Cônsules, e dar assim a unidade e nexos necessários à administração consular.

Posto que pelo facto de eu ser encarregado do Consulado Geral na Bélgica, todas as patentes dos antigos Cônsules e Vice-Cônsules dos portos e distritos desta parte do antigo reino dos Países Baixos, foram implicitamente revogadas, eu procurei todavia, quanto em mim estava, não fazer descontentes; e assim era minha intenção dar (se elas quisessem aceitar) nomeações de Vice-Cônsules às mesmas pessoas.

Mas o antigo Cônsul de Antuérpia João Charro tinha sido, além disso, demitido por desafecto à causa de Sua Majestade a Rainha pelo Decreto de 3 de Agosto de 1833; e o Vice-Cônsul de Ostende J. de Mette, além de compreendido na generalidade e espírito daquele Decreto, é conhecido por não menos adido à causa da usurpação, segundo fui informado pelo Inspector de Revistas e Comandante do Depósito em Ostende José Romão d'Abreu, única

<sup>12</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.



pessoa que nesta matéria podia esclarecer-me, e com cujo conselho procedi à nomeação dos novos empregados.

Assim nomeei para Vice-Cônsul em Antuérpia a Prospero Terwangne, banqueiro e negociante daquela praça; para Vice-Cônsul em Ostende nomeei a João Duclos-Assandri, negociante da mesma praça a quem os emigrados e o mesmo Governo da Rainha devem grandes obrigações pelos adiantamentos pecuniários que por vezes fez e com que acudiu tanto à emigração como à formação dos Corpos Belgas que aqui se formaram para serviço da Rainha.

Finalmente nomeei a Martin Maris, que já havia servido militarmente em Portugal, para Vice-Cônsul em Bruxelas encarregando-o da Chancelaria da Legação e do Consulado Geral.

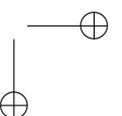
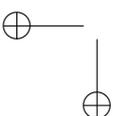
Na falta de Súbditos Portugueses não me pareceu poder fazer melhor escolha. E lisonjeio-me que ela merecerá a aprovação do Governo de S. M.

Apenas algum ar de melhora mo permita, circunstanciarei mais por miúdo todos os pormenores desta pequena organização. Actualmente só posso acrescentar que de todo me faltam as forças, e que espero desculpa de não poder fazer mais.

Deus G<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 30 de Setembro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José  
Freire, Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 10

Nº 7<sup>13</sup>

Confidencial

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

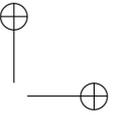
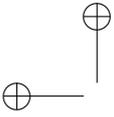
Não havendo, desde o meu último ofício ocorrência ou negócio algum novo que valha a pena de ser elevado ao conhecimento de S. M. Imperial o Duque Regente, limitar-me-ei hoje a pedir a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de alguma resolução sobre os vários objectos que nos meus anteriores tenho exposto, muito particularmente pelo que diz respeito aos inválidos Belgas.

Por esta ocasião rogo também a V. Ex.<sup>a</sup> se digne elevar à Augusta Presença de S. M. uma particular súplica minha em que o meu coração e toda a minha existência estão empenhados.

Há algumas semanas que recebi o terrível golpe da morte de meu Pai, e do total abandono de minha Mãe e família. Tenho tentado em vão prover daqui mesmo a tantos e tão complicados negócios quantos me incumbem por este penoso acontecimento. Mas desenganado de que em tal distância será impossível, muito humilde mas muito instantemente suplico a S. M. Imperial a graça de três meses de licença para ir a Lisboa tratar do arranjo da minha família. São aqui tão poucos os negócios, que a minha ausência em nada pode prejudicar o serviço; e ousou contar sobre uma favorável decisão a este meu pedido, muito principalmente de V. Ex.<sup>a</sup>, segundo muito encarecidamente lho rogo, se dignar interessar por mim. Mas o motivo é tão justo, direi ainda tão santo, que julgo dever estar certo de ser atendido.

---

<sup>13</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.

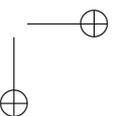
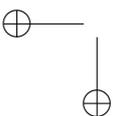


O meu deplorável estado de saúde não me dá mais força. V. Ex.<sup>a</sup> me desculpará.

Deus G<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em o 1<sup>o</sup> de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Agostinho José  
Freire, Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 11

Nº 8

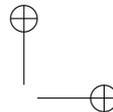
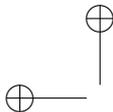
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebi ontem, pelo correio de terra, a circular, sob n.º 4, em que V. Ex.<sup>a</sup> me anuncia Haver Sua Majestade Imperial o Senhor Duque de Bragança, obrigado pela lamentável e gravíssima enfermidade que o afligia, declarado a sua impossibilidade de exercer a Regência e que em que [sic] em consequência as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação haviam declarado Maior a Sua Majestade Fidelíssima a Rainha Reinante; e que enfim A Mesma Augusta Senhora Havia Assumido o Ceptro e Começado a Intender na Administração de Seus Reinos.

Imediatamente fiz parte a Sua Majestade o Rei dos Belgas destes importantes acontecimentos. Profundamente aflito pelo motivo doloroso que trouxe estes grandes sucessos, ainda me restava todavia até hoje alguma débil esperança de que Portugal não tivesse de chorar tão pronto a deplorável perda de Seu Augusto e Magnânimo Libertador. Mas as folhas Inglesas, que neste momento recebo, me tiraram toda a esperança.

Queira V. Ex.<sup>a</sup> depor aos pés da Rainha Nossa Augusta Soberana, o sincero testemunho da minha dor verdadeira, e fazer-me a honra de Lhe beijar a Mão em meu nome, renovando os protestos da minha firme e provada lealdade.

A lamentada morte de Sua Majestade Imperial, Q. E. S. P. descansa, tem sido neste país verdadeiramente sentida como a de um Príncipe Generoso e Sábio que Havendo dado a Liberdade a seus Súbditos, não poupou sacrifícios para lha reconquistar depois, restituindo o trono a Sua Augusta Filha, e consolidando mutuamente, e uns pelos outros, os princípios, que nunca deveram



achar-se em opposição, da autoridade legítima do Príncipe, e da justa liberdade dos Povos.

Não devo todavia ocultar a V. Ex.<sup>a</sup> que as mudanças na Administração, originadas por aquele fatal acontecimento, foram todavia vistas com a maior satisfação por todos os partidos, em razão de agoirarem delas, mais segura e pronta consolidação de um sistema prudente e avisado, que, sem empecer ao progresso interno, nos reconcilie todavia com as potências estrangeiras, que nos olham ainda com muita desconfiança.

O embaixador de Inglaterra, o Ministro de Áustria e o Encarregado de Negócios Interino de Prússia, que aqui têm estado conversando comigo sobre este objecto, e que, se me não engano, falaram assim tão explicitamente para que eu o escrevesse a V. Ex.<sup>a</sup>, todos unanimemente se expressaram no mesmo sentido.

Por minha humilde parte só me resta fazer votos pela constante prosperidade do novo reinado, que é o de uma Soberana a quem não só as Leis da Monarquia, mas os sacrifícios do Seu povo elevaram a um Trono quase miraculosamente arrancado das garras da usurpação que todos os bons Portugueses combatemos.

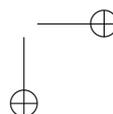
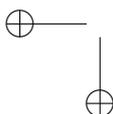
Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que eu renove por esta ocasião a súplica já por vezes feita, e cujo deferimento será a maior Mercê que Sua Majestade Pode conceder-me. São três meses de licença para ir cuidar dos negócios de minha casa inteiramente abandonada, e de minha Mãe viúva e só, que nenhum outro arrimo e protecção tem.

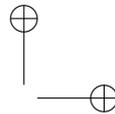
Segundo já tomei a liberdade de ponderar em meu ofício do 1<sup>o</sup> de Outubro, sob n.<sup>o</sup> 7, a minha ausência desta corte em nada pode prejudicar o serviço público, pela quase<sup>14</sup> completa nulidade dos negócios que aqui possamos ter. Actualmente não há nem o mais insignificante.

A inquietação moral em que vivo, depois que recebi o fatal golpe da morte de meu Pai, pelo estado de minha Mãe e família, tem agravado antigos padecimentos, e, posto que há dias experimento alguma melhora, tenho estado perigosamente doente. Por todos estes motivos, rogo instantemente a V. Ex.<sup>a</sup>

---

<sup>14</sup> “quase” [entrelinha superior].



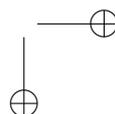
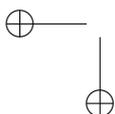


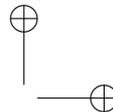
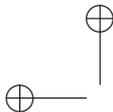
se digne levar à Presença de Sua Majestade, as minhas instantes súplicas por uma favorável e pronta decisão do meu pedido.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 7 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 12

Reservado  
N.º 9<sup>15</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

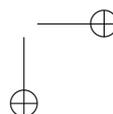
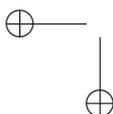
Em quase todos os meus passados ofícios mas, sobre todos, nos que vão sob n.º 3, 4 e 1 reservado, expus a V. Ex.<sup>a</sup> a minha triste e deplorável posição nesta corte, que de dia a dia se torna mais aflita e desesperada, pela absoluta falta de todos os recursos e pela recrescente despesa a que é forçoso fazer face.

Em meu ofício de 30 de Julho, n.º 1, julgo ter provado incontestável e claramente a absoluta impossibilidade de sustentar o decoro de Sua Majestade e do Seu Governo que tenho a honra de representar nesta corte, com os escassos ordenados que o Governo de S. Majestade julgou dever arbitrar-me. Certamente faltaram ao Governo rectas informações desta residência, que é por extremo cara e dispendiosa. Sem o menor fasto, limitando-me unicamente ao que a estrita decência exige, habituado por longos anos de imigração à mais severa economia, eu tenho feito quanto humanamente se pode fazer para balançar a minha despesa com o pouco de que posso dispor. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> me faça a honra de acreditar que falo com a verdade e singeleza que está em meu carácter, e de que dou por penhor uma vida inteira, graças a Deus, irrepreensível e proba. Mas é impossível; não há meio nenhum de se conseguir o proposto.

Pelo ofício de 30 de Agosto último, sob n.º 2, me fez V. Ex.<sup>a</sup> a honra de me comunicar que apesar do exposto, S. M. Imperial o Duque Regente<sup>16</sup> não Podia contudo Aceder, por enquanto, ao meu pedido, que se limitava ao mais módico e apertado subsídio que eu conscienciosamente supplicava, e era a insignificante soma de quinhentos a seiscentos mil réis, pagos a título de ajuda de custo para renda de casas.

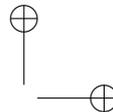
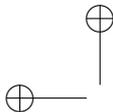
<sup>15</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.

<sup>16</sup> “Regente” [entrelinha superior].



Esta decisão me deixava contudo alguma esperança; resignei-me a esperar, e limitei-me a solicitar algum pagamento de meus ordenados já vencidos. Estes se elevam já a nove meses, e ainda não recebi a mais pequena soma. Por um lado as minhas despesas diárias, por outro os subsídios, que segundo expus em meu ofício n.º 4 era forçoso dar aos veteranos aqui residentes, esgotaram, há muito, não só os recursos módicos de minhas pequenas rendas, mas até a generosidade dos emprestadores a que me vi forçado a recorrer. O pequeno adiantamento que recebi à minha saída de Lisboa apenas cobriu as despesas de minha viagem e algumas das dívidas que uma emigração de 5 anos (a que eu ajuntei um ano de campanha) me tinham acarretado. Enfim com nove meses de dívida, em uma terra inteiramente estranha, com pesados encargos públicos e particulares, um ordenado já insuficiente, tendo de comprar até os livros, as estantes, os bancos, os selos para esta Legação que não possuía um só papel, V. Ex.<sup>a</sup> me fará decerto a justiça de crer que não exagero em asseverar que a minha posição é lamentável. E em meu triste e abandonado estado chego a supor que talvez, sem o saber, tenha cometido algum crime grave e incorrido no desagrado de S. Majestade que assim Julgue Dever Punir-me. Mas permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe pondere, que ainda nesse caso o castigo fora sobremaneira duro e cruel. Vendo pelas folhas oficiais de Portugal que todos os empregados no Reino andam pagos, não só em dia mas adiantados, custa-me a conceber como seja das Reais Intenções que um Empregado Diplomático, que tem a honra de representar a sua corte, que proporcionalmente é obrigado a maiores despesas do que nenhum empregado em seu país, – que vive longe dos seus, da sua casa, dos seus recursos, esse seja privado de tudo, e inteiramente abandonado. Se estas razões têm, geralmente falando, alguma força, peço encarecidamente a V. Ex.<sup>a</sup> queira aplicá-las à minha posição especial. Eu, que começo a minha residência aqui sem meios, que nem sequer pude formar-me um crédito no país, que não achei um antecessor, um só empregado já estabelecido ou conhecido antes, em uma terra pequena onde tudo se sabe, vivendo estreitamente entre si, mais talvez que em nenhuma corte, o corpo diplomático, eu sou inquestionavelmente, o mais desgraçado empregado do Governo de S. Majestade.

Em nome da humanidade pois, do próprio decoro de S. Majestade e do Seu Governo eu vou de novo e instantemente rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne levar à Augusta Presença de Sua Majestade a minha cruel posição e obter remédio



que a bondade de S. Majestade, e ousou ainda lisonjear-me, o favor e mercê que sempre Lhe tenho merecido, não me recusará.

O que peço é bem limitado, e consiste unicamente em que se me mandem pagar os nove meses já vencidos por inteiro, fazendo-se o desconto dos adiantamentos recebidos em Lisboa, sobre os ordenados, que aliás me são devidos pelo Tesouro, de Oficial da Secretaria de Estado e que se elevam a bons cinco anos. Este último favor, que a outros empregados se tem feito, já me foi prometido em ofício de 30 de Agosto n.º 2.

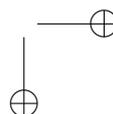
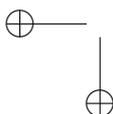
Renovo também as mais vivas instâncias por que, do modo que S. Majestade Houver por mais conveniente, me sejam fornecidos os meios pedidos para os subsídios que aqui se estão dando aos veteranos belgas que deixaram o Serviço da Rainha por mutilados ou doentes. Tomo a liberdade de reclamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o meu ofício n.º 4 em que longamente expus este assunto.

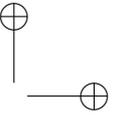
Receoso de fadigar a V. Ex.<sup>a</sup> não reitero o meu pedido para o aumento do meu insuficiente ordenado; mas são tão fortes e convincentes as razões que tenho exposto, que ousou esperar que V. Ex.<sup>a</sup> as contemplará como merecem.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas aos 10 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro e  
Secretário de Estado dos Negócios  
Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 13**N<sup>o</sup> 10<sup>17</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebi hoje e muito retardada, pelo correio de terra, a circular, sob n<sup>o</sup> 3, em data de 6 de Setembro do corrente ano, na qual, para regularidade do serviço e da correspondência com esse Ministério, se prescrevem indispensáveis regras de informação de chancelaria, que pontualmente seguirei e farei executar nesta Legação.

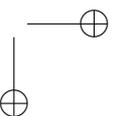
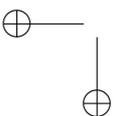
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 11 de Outubro de 1834

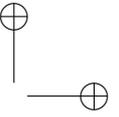
III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro e Secretário  
de Estado dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>17</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.





**CARTA 14**

Nº 11<sup>18</sup>

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebo neste instante, por via de terra, o ofício circular em data de 25 de Setembro último, sob nº 1, no qual V. Ex.<sup>a</sup> me faz a honra de me comunicar que por Decreto de 24 daquele mês Fora Sua Majestade a Rainha Servida Nomeá-lo Seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; e que dali em diante eu deverei dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> todos os negócios que haja de submeter à Decisão de Sua Majestade pela dita repartição.

Pronto sempre em cumprir Reais ordens com desvelo e satisfação, estou certo que V. Ex.<sup>a</sup> acreditará com que dobrado gosto<sup>19</sup> cumprirei esta, que me põe em contacto com uma das pessoas que mais respeito e considero, e cuja nomeação para o importante cargo que a Rainha se Dignou confiar-lhe tem sido aplaudida por todos os que desejam o bem da nossa Pátria.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas aos 12 de Outubro de 1834.

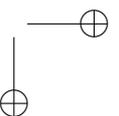
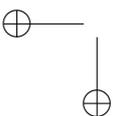
III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>18</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.

<sup>19</sup> “gosto” [entrelinha superior].



## CARTA 15

N.º 12<sup>20</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

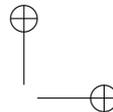
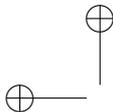
Recebi hoje, e com o mais vivo pesar, o ofício de 26 de Setembro do corrente ano, sob n.º 2, em que V. Ex.<sup>a</sup> me comunica a irreparável perda que a Nação Portuguesa tão justamente deplora, anunciando que fora Deus Servido levar para Sua Santa Glória o Augustíssimo Duque de Bragança no dia 24 daquele mês, etc., assim como me determina, de Ordem de Sua Majestade a Rainha, que haja de conformar-me por parte desta Legação com as Reais Determinações que mandaram tomar luto à Corte, aos Tribunais, e aos Funcionários públicos por tempo de seis meses na forma da pragmática.

Imediatamente cumpro a Real Ordem, tomando o luto rigoroso, que bem diz com os verdadeiros sentimentos do meu coração, e não obstante achar-me inteiramente destituído de todos os meios, não poupei todavia despesas para dar todas as demonstrações públicas, em uso nesta corte, do meu dó e pesar, e do sentimento da Soberana e da Nação cujo Governo tenho a honra de representar.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que leve à Sua consideração, todavia, que estes esforços para mim tão pesados, vieram acrescentar as minhas dificuldades pecuniárias e aumentar consideravelmente as dívidas que em tão curta residência me tenho visto forçado a contrair, já pela insuficiência dos meus ordenados, já por um atraso de quase nove meses, isto é, de todo o tempo que tenho vencido desde a minha nomeação.

Apesar de que V. Ex.<sup>a</sup> me não indica, é tal a afeição e sincero afecto que SS. MM. El-Rei e a Rainha dos Belgas Têm sempre manifestado pelas Augustas Pessoas de Sua Majestade a Rainha Nossa Soberana e de toda a Real Família de Portugal, assim como tão vivo o interesse que sempre Tomam por quanto respeita ao bem e fortuna da Nação Portuguesa, que julguei do meu

<sup>20</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.



dever, e segundo o uso recebido geralmente, notificar a SS. ditas Majestades a chorada morte de S. Majestade Imperial, pela via do Ministro respectivo, assegurando-lhe que em breve esperava a notificação mais formal das devidas cartas de gabinete.

No mesmo dia me enviou S. M. a Rainha dos Belgas as duas cartas juntas, sendo uma para S. M. I. a Senhora Duquesa de Bragança, que V. Ex.<sup>a</sup> terá a bondade de fazer chegar a Sua Alta Destinação. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> por especial favor, o de me fazer a honra de beijar, por mim de novo a Augusta Mão de S. Majestade a Rainha e de lhe entregar a outra<sup>21</sup> carta a<sup>22</sup> qual Lhe envia a Rainha dos Belgas com especial recomendação, que Se Dignou fazer-me, de Lhe testemunhar quanto profundamente sentia a mágoa de Sua Majestade, e A Acompanhava em seu sentimento.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 12 de Outubro<sup>23</sup> de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

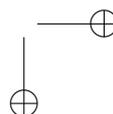
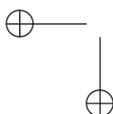
João Baptista de Almeida Garrett<sup>24</sup>

<sup>21</sup> “a outra” [entrelinha superior].

<sup>22</sup> “a” [entrelinha superior].

<sup>23</sup> “Outubro” [escrito, rasurando “Setembro”].

<sup>24</sup> No verso da última folha desta carta, consta o seguinte: “1. Acusar a recepção da circular sob nº 2; 2. Aviso de ter tomado o luto segundo a ordem; 3. Notificação a SS.MM. o Rei e Rainha dos Belgas; 4. Remessa de duas cartas da Rainha dos Belgas para S. M. a Rainha e para S. M. I. A Senhora Duquesa de Bragança”.



## CARTA 16

Reservado  
Nº 13<sup>25</sup>

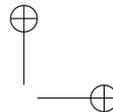
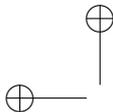
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Antes de ontem veio aqui às casas desta Legação o Embaixador de Inglaterra, Sir Robert Adair, para me comunicar que ele acabava de saber, por via segura, e de uma maneira positiva e indubitável, que o ex-Infante D. Miguel, à hora que ele Sir Robert me falava, devia achar-se desembarcado em Portugal. Tais foram suas próprias palavras. Fiz algumas diligências para ver se descobria a origem de uma informação que apresentava um carácter tão positivo: e a amizade que este antigo e ilustre diplomata me tem sempre manifestado, a confiança e, direi ainda, uma mui íntima ligação que entre nós se tem formado, me fariam obter dele o segredo, se, como me assegurou, não tivera dado a sua palavra de honra de o não revelar. E dizendo-lhe eu que ia imediatamente escrever o que ele me dizia ao nosso Ministro em Paris, acrescentou que me autorizava plenamente a usar do seu nome na comunicação que ia fazer para Paris, e em qualquer outra que julgasse dever fazer.

Resolvi-me a escrever ao Ministro de Paris, porque, fosse ou não nova para ele a notícia, era contudo de bastante interesse para se transmitir; e a sua posição e meios o habilitariam melhor para julgar se deveria ou não transmiti-la a V. Ex.<sup>a</sup> por via extraordinária. Eu, falto absolutamente de todos os recursos, não pude nem sequer enviar esta comunicação a Paris senão pelo correio ordinário.

Por esta ocasião julgo do meu dever solicitar de novo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o miserável estado desta Legação, onde não há um real para satisfazer aos instantes encargos que sobre ela pesam, segundo por vezes tenho humildemente representado a Sua Majestade.

<sup>25</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 25 de Outubro”.



Por uma conversa que tive ontem com o ministro de Áustria, o conde Dietrichstein, pareceu-me descobrir que a notícia de Sir Robert viera de Viena, e não creio que por ele, mas por um certo príncipe Luís de Rhoan assaz notório em Paris, e creio que em toda a parte. Este príncipe, que afecta todos os exteriores de um indiferentismo cínico, está contudo ao corrente de quanto se passa no partido absolutista, tão ligado hoje e unido entre si, como V. Ex.<sup>a</sup> melhor sabe do que eu, e tão claramente o explicou em uma memorável ocasião. O príncipe Luiz está há dias em Bruxelas, e várias vezes me tenho encontrado com ele. Se me não enganam conjecturas, a sua residência aqui não é estranha às intrigas do partido apostólico, absolutista ou como queiram chamar-lhe.

Outro ponto, que estes três dias tenho feito toda a diligência por averiguar, era saber se o ex-Infante se tinha dirigido a Portugal directamente por mar, ou por via de Espanha. Todas as pessoas que sabem alguma coisa deste mistério, falam como se a tentativa do louco príncipe tivesse tido lugar sobre um porto de Portugal. Conquanto me pareça improvável esta versão, não sei todavia julgar até que ponto ela mereça crédito ou descrédito.

Aproveito mais esta ocasião para renovar as minhas instantes súplicas a Sua Majestade a fim de obter a Licença que tanto necessito.

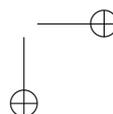
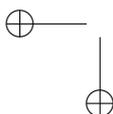
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 14 de Outubro<sup>26</sup> de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett<sup>27</sup>

<sup>26</sup> “Outubro” [escrito, rasurando “Agosto”].

<sup>27</sup> No verso da última folha desta carta, lê-se: “1. Comunicação do Embaixador de Inglaterra sobre uma tentativa do ex-Infante D. Miguel. 2. Transmissão desta comunicação ao Ministro da Rainha em Paris. 3. Solicitação de recursos para a Legação. 4. Novo esclarecimento sobre a comunicação do Embaixador de Inglaterra. 5. Incerteza do caminho que tomaria o ex-Infante. 6. Reiteração da súplica para uma licença já pedida”.



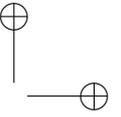
## CARTA 17

N.º 14<sup>28</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

1. A 15 deste mês chegaram aqui Suas Majestades e Altezas a Rainha dos Franceses e as Princesas Maria e Clementina. Houve por esta ocasião um grande jantar no paço, a que foi convidado todo o corpo diplomático, exceptuados o Ministro do Brasil e eu, por causa do nosso luto. É este o comendador Lisboa, que aqui chegou há algumas semanas com o carácter de Encarregado de Negócios daquele Império e tomou pelo falecimento de S. M. I. o mesmo rigoroso luto, e se anojou por oito dias. O Ministro de Espanha o Cavalheiro d'Argais, que igualmente tem o carácter de Encarregado de Negócios, e haverá duas semanas que reside, tem duvidado tomar luto antes que esta Corte o faça; o que, segundo El-Rei mui atenciosamente me enviou dizer pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros em pessoa, não terá lugar antes da chegada das cartas de gabinete, salvo se antes a Corte de França tomar luto, porque então o fariam aqui ainda sem esperar por aquelas cartas. Todos os membros do Corpo Diplomático, incluso os próprios agentes das Potências que não estão ainda em relação connosco, me vieram cumprimentar por esta triste ocasião.

2. Tomo de novo a liberdade de elevar à Presença de Sua Majestade as mesmas respeitadas súplicas e considerações que já pelo Ministério a cargo de V. Ex.<sup>a</sup> tive a honra de submeter à Sua Decisão em meus officios, n.º 1 de 30 de Julho, e n.º 3 de 22 de Agosto, deste ano, relativamente à indispensável necessidade de haver aqui nesta Legação um Secretário ou adido-Secretário. Além do Embaixador de Inglaterra (que eu por engano em meu officio de 30 Julho

<sup>28</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 8 de Novembro”.

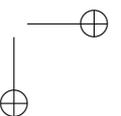
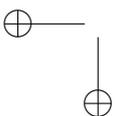


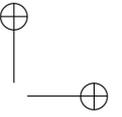
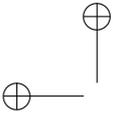
último, sob n.º 1, designei a V. Ex.<sup>a</sup> como Enviado extraordinário e ministro Plenipotenciário), e do Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de França há aqui seis legações, incluindo a de Portugal, cujos chefes todos têm o mesmo carácter que eu, e nem uma delas deixa de ter seu Secretário. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe diga, o que é verdade, que esta insignificante economia dá, sobretudo pela singularidade da circunstância, bem pouco decente aparência à Legação de S. M. Fidelíssima nesta Corte, e tem sido objecto de estranhas observações, não só da parte dos nacionais deste país, mas dos meus próprios colegas. Confessarei ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que, vexado das perguntas que todos eles me fazem a este respeito, ousei faltar um tanto à verdade dizendo que todos os dias esperava um Secretário. No que rigorosamente não menti porque em officio de 30 de Agosto, sob n.º 2, pelo Ministério hoje a cargo de V. Ex.<sup>a</sup> se me não tirou de todo a esperança de assim se fazer. Não me parece que seja desprezível a reflexão, que já naquele citado officio n.º 1 tomei a liberdade de fazer, de quanto se poderia aproveitar nesta escola a educação diplomática dos que a esta carreira se destinam, pelo importante da posição, pelas contínuas relações que se fazem, e pela intimidade, que mais que em nenhuma corte aqui há, entre os membros do Corpo Diplomático. E desta opinião dou uma autoridade certamente irrecusável, a de Sir Robert Adair, illustre decano da diplomacia inglesa, cuja amizade e conversação tenho cultivado assiduamente desde a minha chegada aqui, e cuja confiança me lisonjeio ter merecido, e dela recebo diariamente as mais distintas e penhorantes provas.

Recomendo, com os meus mais instantes rogos, a V. Ex.<sup>a</sup> o objecto do meu officio reservado, em data de hoje e sob n.º 15, cuja favorável resolução espero da Bondade e Justiça de S. Majestade a Rainha, muito principalmente se V. Ex.<sup>a</sup>, como ouso lisonjear-me, me fizer a honra, o favor, e também a justiça, de apoiar o meu peditório.

3. Ontem o Encarregado interinamente dos Negócios de Prússia muito positivamente me renovou a asserção de que em breve partiria de Berlim um agente daquela corte para a de Lisboa.

4. Para fazer face às despesas da manutenção dos inválidos Belgas ao Serviço da Rainha, me autorizou o Coronel Ramon y Carbonell a sacar sobre ele por mil e quinhentos francos, o que fiz em data de 14 do corrente mês, se-



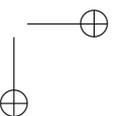
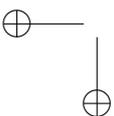


gundo com mais individuação aquele agente terá comunicado ao Governo de S. Majestade pelo Ministério respectivo.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 21 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 18

Nº 15<sup>29</sup>

Reservado

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Quando S. M. Imperial o Duque de Bragança, Q.E.I.G.E., me Fez a honra de me nomear encarregado de negócios de Sua Augusta Filha A Rainha Nossa Augusta Soberana junto a esta Corte, hesitei longo tempo se aceitaria a Mercê que S. Majestade se Dignava fazer-me, por exigir o Governo, além da economia pública, que eu exercesse conjuntamente as funções do Consulado Geral de Portugal neste mesmo país.

À parte todas as pretensões ambiciosas, que outro qualquer em minhas circunstâncias não duvidaria ter, sobretudo comparando-se, como não posso deixar de me comparar, com os outros servidores do Estado, certamente eu não podia nem devia em consciência aceitar um lugar inferior em categoria aos que já tinha servido, e em cujo desempenho me houve sempre com zelo e eficácia, pelo menos, e ousou dizer com algum proveito do Serviço Público.

Bacharel formado em Leis e com alguma distinção, fui, no mesmo ano da minha formatura, há 12 para 13 anos, chamado para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a dirigir em Chefe a Repartição de Instrução Pública, e desde logo como oficial ordinário da mesma Secretaria. V. Ex.<sup>a</sup> não ignora de certo que os lugares de oficial da Secr.<sup>a</sup> de Estado já são reputados de superior graduação aos de Encarregados de Negócios e Secretários de Embaixada, e como tais dados em recompensa de serviços feitos nestas duas últimas qualidades.

Quando em 1832 me fui juntar às fileiras do Exército Libertador, logo nos Açores, por ordem de S. M. o Duque Regente (expedida a 27 de Abril pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça) fui incumbido dos mais

<sup>29</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 8 de Novembro”.

difíceis e melindrosos trabalhos legislativos, que desempenhei a aprazimento do Mesmo Augusto Senhor, e que hoje regem como Lei do Reino.

Entrando no Porto como simples soldado da expedição, fui poucos dias depois da nossa entrada, incumbido pelo Ministro que então era dos Negócios do Reino, o Duque de Palmela, de organizar e dirigir a Secretaria daquele Ministério, como Oficial Maior dela, lugar que servi todo o tempo da minha residência ali.

Pouco depois e por Decreto de 18 de Agosto do mesmo ano, fui igualmente nomeado membro da Comissão que S. M. I. Encarregara do novo Código Criminal.

E a – 19 – de Novembro do dito ano, saí para Londres na Missão extraordinária que ali foi então enviada, e numa categoria que, posto que não determinada, nunca podia ser inferior à de Secretário de Embaixada, segundo era elevada a categoria dos Chefes da Missão e a transcendência dela e das circunstâncias.

Voltando (só alguns meses depois, a Lisboa, por motivos que fora longo, e mui doloroso para mim recordar) fui-me apresentar ao corpo Académico em que estava alistado, mas em cujo serviço não permaneci muito tempo, porque Houve S. M. I. por bem incumbir-me da mais difícil, penosa e delicada tarefa, qual era a Reforma Geral da Universidade e de todos os Estabelecimentos de Instrução e Educação do Reino, nomeando-me por Decreto de 2 de Novembro de 1833 Vogal e Secretário da Comissão para aquele fim criada.

Se desempenhei ou não por minha parte a tarefa imposta, dirá um dia a opinião imparcial, pois que os meus trabalhos completos e compreendendo a mais ampla organização de estudos que em língua nenhuma existe, e que tive a honra de depositar nas Augustas Mãos do Regente, nunca puderam ver luz pública, e foram desprezados do Governo, oxalá que seja para utilidade da Pátria e para melhor Serviço e Glória da Soberana, segundo me resigno com toda a humildade a supor.

Todavia estes têm sido os meus serviços, e estes os encargos públicos que tenho servido, sempre com zelo e distinção; e depois deles, seria, repito, descer demasiado, o vir para tão longe dos meus e da minha casa para ser um simples cônsul geral encarregado de negócios junto de um Governo da derradeira ordem entre as Potências Europeias.

Esta minha deslocação seria tanto menos justa, quanto, no corpo diplomático Português exceptuados os ministros de França e Espanha, nenhum empregado há que antes tivesse servido lugar algum já não digo superior mas nem sequer igual aos de que eu tenho sido encarregado. Digne-se V. Ex.<sup>a</sup> dar um momento de reflexão a esta minha asserção, e verá que ela é exacta, e ainda modestamente exposta por mim.

Por alguma atenção e deferência a estas observações, que já naquela época de minha nomeação fiz, decidiu o Governo de Sua Majestade acreditar-me principalmente como Encarregado de Negócios junto a este Governo [não como Cônsul encarregado de Negócios] e incumbir-me de exercer ao mesmo tempo as funções do Consulado Geral, com boas esperanças de que esta incumbência seria tão somente interina.

Chegado aqui, acreditado e recebido na minha qualidade diplomática, foi-me necessário recorrer à officiosa condescendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros Belga, para guardar secreta, quanto possível era, a minha desgraçada agência consular: ao que ele, por decoro também da sua própria Corte, se prestou de bom grado. Mas sem esta officiosidade, eu teria tido bem tristes dissabores na minha residência, e seria tratado dos outros Ministros Estrangeiros com aquele menoscabo que só ignora quem não tem vivido nesta difícil e penosa vida.

Segundo em meu officio de 27 último, sob n.<sup>o</sup> 6 dei parte a V. Ex.<sup>a</sup>, estão já nomeados, reconhecidos e em funções os Vice-Cônsules necessários para prover às necessidades do comércio, havendo sido demitido por Decreto de 13 de Junho do ano passado o Cônsul de Antuérpia João Charro, e implicitamente o Vice-Cônsul de Ostende J. De Vette, além de que, ambos absolutamente o foram pelo facto de minha nomeação ao Consulado Geral.

Assim arranjado e constituído o pequeno corpo consular neste país já fica inteiramente inútil a minha existência aqui como cônsul geral. Para centro de unidade e direcção, tanto o pode dar o Encarregado de Negócios tendo a qualidade de Cônsul Geral como não a tendo. Como Cônsul não tenho nem venço ordenado algum; e nem eu nem o Estado perdemos, só podemos ganhar com a absoluta extinção desta triste comissão.

Se agora que as nossas relações diplomáticas se vão estender, S. M. a Rainha Se Dignar Tomar em consideração meus longos e penosos serviços e padecimentos que soffro por Sua Nobre Causa, Promovendo-me a outro lugar

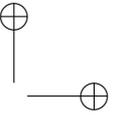
cuja categoria me ponha mais a par de tantos que por muito menos, mereceram tanto mais; se de outro modo for mais do Agrado de Sua Majestade empregarme em qualquer outra carreira, em qualquer dos casos bendirei a Augusta Mão da minha Soberana que enfim Se Digna levantar-me do abatimento em que tão imerecidamente jazo. Se porém a Sua Majestade Aprouver que eu seja o único Português que sacrificado por Sua Santa Causa, não mereça ser promovido na minha carreira; se aqui devo ficar, enfim, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> muito encarecidamente que nas novas credenciais que devo receber pela acessão de S. M. ao Poder Supremo, eu seja unicamente acreditado como Seu Encarregado de Negócios, e dando-me a demissão do Consulado Geral, seja nomeado para estas funções o actual Vice-Cônsul em Antuérpia Prospero Tewangne, rico banqueiro daquela praça, homem probo que honrará o lugar, e o servirá com muito gosto sem por isso haver ordenado. Por este modo se preencherão as indicações económicas do Governo, e S. Majestade me fará uma Mercê pela qual louvarei para Sempre o Seu Nome, e ganhará muito o decoro da Sua representação neste país.

Se alguma coisa mereça ao Governo por quem tudo quanto sou me tenho votado, se a V. Ex.<sup>a</sup> devo alguma pequena consideração, tudo empenho com a maior instância para obter este que, insignificante como é a todos os respeitos, eu receberei como insigne favor e honraria.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 21 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 19**

N.º 16<sup>30</sup>

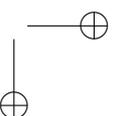
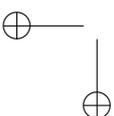
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Ontem recebi o despacho de V. Ex.<sup>a</sup> em data de 2 de Outubro corrente, e sob n.º 3, no qual me determina que por todos os modos possíveis desminta a falsa notícia (que pelo Ministro francês residente nessa Corte constou ter-se espalhado neste país) de que o Governo de Sua Majestade a Rainha aumentara os direitos de importação das mercadorias estrangeiras, averiguando e informando esse outrossim sobre a origem daquela notícia.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que, antes de responder ao conteúdo do referido Despacho, eu recorde o que expus em meu ofício de 2 de Setembro último, sob n.º 4. O estado desta Legação, desde aquela data continua o mesmo. Não chegou ainda nem colecção de legislação, nem sequer a Gazeta oficial regularmente, pois só por favor do nosso Ministro em Londres a recebo há algumas semanas, e com falta de muitos números. De toda a imensa cópia de Decretos que, desde a instalação da Regência em Angra até à abertura das Cortes Gerais, foram quase diariamente reformando a antiga legislação, apenas tenho as ideias gerais que, por minha instrução particular e como jurisconsulto que sou, me cumpria adquirir. Como Agente do Governo de S. Majestade não conheço uma só destas leis. Minha própria não possui uma colecção autêntica tão pouco: e assim (conforme naquele citado ofício n.º 4 expus) vejo-me, com grande desgosto e até vergonha, na impossibilidade de responder às questões que os nossos cônsules e outras muitas pessoas a este respeito me fazem. Há quatro meses que deixei Portugal, e exceptuadas as notícias da acção de S.

---

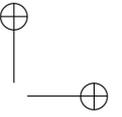
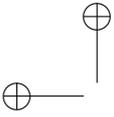
<sup>30</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 8 de Novembro”.



Majestade a Rainha ao pleno exercício de Seus Poderes Políticos, e da para sempre chorada morte de S. M. I. o Duque de Bragança (que me foram comunicadas pelas circulares sob n.º 4, 1ª série, e 2 da 2ª série) nenhuma outra nova soube desse país senão as que bem desfiguradas andam pelos jornais que aqui posso ler. E poucos são; porque com uma dívida de quase nove meses, faltam-me até os meios de acudir às imediatas e indispensáveis precisões da vida. Para dar uma ideia do meu estado, basta dizer que, não havendo já nesta casa com que pagar à porta as cartas do correio, fui precisado a imaginar um arranjo em virtude do qual me abrissem uma conta para pagar no fim de cada quartel. Mas os quartéis passam sem eu receber a mais pequena soma; e não sei em verdade como hei-de fazer.

Repisei esta fastidiosa exposição para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> os nenhuns meios de que posso dispor, e em consequência, a impossibilidade em que estou de fazer os meus deveres. Para ter acesso com os jornais é necessário fazer algumas despesas, já de assinaturas, já outras. Para desmentir ou dar notícias oficiais, é necessário recebê-las. Apesar das dificuldades em que estou, fiz ontem mesmo subscrever aos dois jornais de mais peso que aqui se publicam, o Independente papel moderado, monárquico e semi-oficial, e o Correio Belga, papel da oposição demagógica. Pesa-me dizer que um Chanceler que aqui tenho para fazer o serviço indispensável da Legação, e a quem não sei ainda como poderei pagar, é que adiantou as pequenas somas necessárias para estas assinaturas, assim como para a do Moniteur Belge, o jornal oficial do Governo sem o qual em verdade se não podia passar. Remeto hoje as folhas publicadas, e continuarei em devido tempo.

Fiz proceder às mais exactas averiguações sobre a falsa notícia do aumento dos direitos; mas ninguém de tal aqui sabe, a não ser algum boato dos muitos que os jornais (e nenhuns tão mentirosos como os Belgas) diariamente espalham, e de que ninguém faz caso. Será contudo, hipoteticamente, desmentida a notícia por todos os modos ao meu alcance. E se ela de facto circulou, tanto se fará, que se lhe há-de saber a origem. O que posso afiançar é que, se apareceu, não foi acreditada, nem lembra já. Apesar do ignorante em que vivo de tudo o que se passa em Portugal, eu teria tomado sobre mim desmenti-la, se em meu tempo aqui girasse; e para o fazer com fundamento recorreria aos nossos Ministros em Londres ou Paris, sem aguardar para

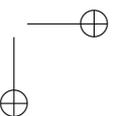
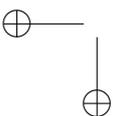


o fazer, ordem do Governo. Quando menos, segundo era meu dever, teria dado conta a V. Ex.<sup>a</sup> de como tal notícia aqui se espalhara.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 24 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 20

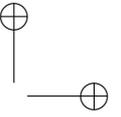
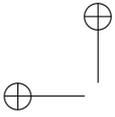
Nº 17<sup>31</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

1 – Em cumprimento das ordens de Sua Majestade a Rainha que V. Ex.<sup>a</sup> me fez a honra de transmitir por despacho de 4 do corrente mês, sob n.º 4, determinando-me que comprasse e remetesse com a maior brevidade possível, o código ultimamente feito na Bélgica, procedi imediatamente, e apesar da certeza que do contrário tinha, às mais escrupulosas investigações sobre o dito suposto código; as quais todavia não serviram senão para me confirmar naquela certeza que eu já tinha de que tal código não existia.

2 – V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que as províncias que hoje compõe [sic] o reino da Bélgica, diversas entre si em linguagem, costumes, história e até na origem de sua população algumas, formaram, até à incorporação francesa no fim do século passado, quase outros tantos estados, e com quase tantos príncipes quantas eram suas estreitas divisões. Investidos muitos deles em soberanos de outros países modificaram por vezes com a daqueles, a sua legislação pela maior parte contumière ou praxista. O mais perfunctório conhecimento da história, assaz notável, dos Países-baixos Espanhóis, e depois Austríacos, mostrará a verdade desta asserção pelo que respeita a Flandres e ao Brabante. Não assim das outras províncias e principalmente do antigo marquesado de Liège, cuja história política e legislativa não foi ainda suficientemente decifrada.

3 – Mas à incorporação com a França, todos receberam o direito comum da república e do império: o código napoleão, e toda a legislação francesa, civil, criminal, administrativa e fiscal foi universalmente estabelecida, e recebida como um benefício. A Holanda, que igualmente recebera (e conserva ainda hoje) o direito comum francês, não alterou, durante a sua dominação

<sup>31</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 15 de Nov.<sup>ro</sup>”.



na Bélgica, senão algumas formas e denominações na organização administrativa, quase nada se modificou no civil e crime. A revolução e separação da Bélgica pouco mais fez. A proposta nova organização administrativa, que na última sessão da legislatura se discutiu, difere pouco da Francesa, no essencial, e menos ainda da que estabeleceu em Portugal o decreto de 16 de Maio de 1832; e todavia não foi convertida em lei. É contudo em muitas coisas superior ao nosso direito actual; e estou persuadido que, emendado aquele Decreto de 16 de Maio, segundo as ideias deste projecto, conciliaria as opostas opiniões que observo dividirem os ânimos em Portugal a este respeito, e agitá-los com tanta acrimónia.

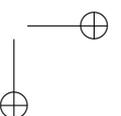
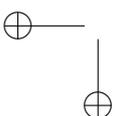
4 – Fui prolixo nesta exposição para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> quão mal servido foi o Governo de S. Majestade por quem o informou a este respeito, e quão exactas, posto que sucintas, foram as relações que pelo Ministério a cargo hoje de V. Ex.<sup>a</sup>, tive a honra de lhe dirigir, especialmente em meu officio sob n.º 2, de cujo conteúdo, bem como de nenhum outro, não recebi até hoje resposta alguma.

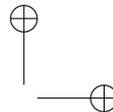
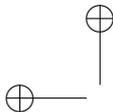
5 – Nenhum código há pois feito na Bélgica nem ultimamente, nem de há muitos séculos; e se pode chamar-se codificação a reforma proposta da organização administrativa, essa está ainda em projecto, apenas aprovada na câmara dos representantes a parte municipal (aqui dita comunal), e nem ainda começada a discussão sobre a parte provincial.

6 – No exemplar que tenho a honra de remeter junto e que acaba de publicar-se verá V. Ex.<sup>a</sup> as pequenas modificações que o Direito francês aqui recebeu.

7 – Se todavia o Governo da Rainha desejar mais ampla informação do estado administrativo deste país, redigirei, Ordenando-mo S. Majestade, os meus trabalhos de há muitos anos, trabalhos que (posto que muito contra minha consciência e humilde opinião alterados) serviram de base ao célebre Decreto de 16 de Maio, sobre que tanto se disputa, e que (seja-me permitido dizer) tão pouco se entende, porque não já só a prática, mais a teoria mesma da Administração, é ignorada completamente entre nós, e não a pode conferir, sem prévio, longo e teimoso estudo, a simples nomeação de Prefeito, e cuidado que nem a eleição de Deputado.

8 – Durante o tempo que tive a honra de servir a Rainha, dirigindo a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, como official maior dela, sobejo





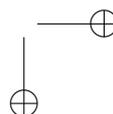
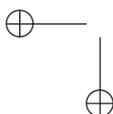
me convenceram desta verdade os factos administrativos; mas nem então me pareceu, nem hoje me parece, senão fácilimo de remediar aquele mal, sem todavia proscrever como inimiga da liberdade do cidadão, a mais benéfica, a mais útil e sublime das instituições modernas, a que mais e melhor pode proteger e garantir essa liberdade, se rectamente entendida e aplicada.

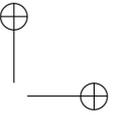
9 – Por multiplicadas razões (entre as quais até o sentimento da própria dignidade) me deveria abster de tudo quanto não fosse rigorosamente minha obrigação de súbdito e empregado, contendo-me na humilde esfera que minha posição me assigna, e não tomando a que talvez será julgada presunçosa liberdade de oferecer meus pobres serviços onde se não precisam nem querem. O zelo pela causa da soberana, e o amor que não acabo comigo em que o perca à minha pátria, podem todavia mais; e eles me obterão, confio, a indulgência de V. Ex.<sup>a</sup>, se acaso pequei, por excesso daquele zelo e amor, intrometendo-me a falar do que me não respeita e porventura não cumpre.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 28 de Outubro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 21

Nº 18<sup>32</sup>

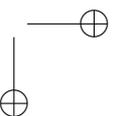
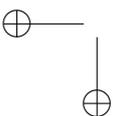
—————  
Duas anexas  
Nº 1 e 2  
—————

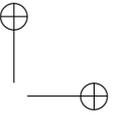
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Depois de meu ofício, sob nº 16, em data de 24 do corrente Outubro, houve de mudar de opinião sobre o que, por intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> tive a honra de levar ao conhecimento de Sua Majestade relativamente ao objecto do ofício nº 3 desse ministério em data de 2 do mesmo mês.

Com efeito consegui saber, à força de diligências, que me tinham enganado sobre aquela matéria as mesmas pessoas cujo testemunho deveria ser maior de toda excepção: o que não é infrequente neste país. Retractando-me pois do que no citado ofício asseverei, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que com efeito teve este Governo uma comunicação (cuja data não pude averiguar) do seu Encarregado de Negócios em Lisboa anunciando-lhe que tais eram as diligências e esforços da diplomacia Inglesa para fazer revogar o Decreto de 16 de Abril, que a equalização de direitos por ele estabelecida se não devia considerar como coisa estável, e na qual os negociantes belgas se pudessem fiar para empreender suas especulações. Desta informação, e da parte que dela comunicou o ministério às Câmaras do Comércio deste país, nasceram os rumores que, pelo ministro de França, chegaram ao Governo de S. Majestade; rumores pelos quais, só agora que os entendo, posso explicar as contínuas perguntas e pedidos da Legislação novíssima portuguesa que me vinham dos nossos agentes Consulares e de muitas pessoas, segundo, desde o meu primeiro ofício pelo Ministério a cargo de V. Ex.<sup>a</sup> até o derradeiro, continuei sempre a informar o

<sup>32</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 15 de Nov.<sup>ro</sup>”.





Governo, e a solicitar providências; porque em verdade não sei como me hei-de haver, e cumprir minha obrigação na ausência de todo o documento, e não podendo, nem devendo, responder positivamente a coisa nenhuma, pois que de coisa nenhuma tenho conhecimento legal e autêntico.

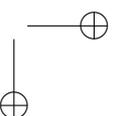
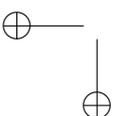
Porte agora, pela primeira vez, da autorização e informação que V. Ex.<sup>a</sup> me transmitiu no citado despacho n.º 3, assim como do resultado de minhas averiguações, dirigi ao ministro dos Negócios Estrangeiros a nota que remeto por cópia, (anexo n.º 1) e aos V. Cônsul encarregado da direcção do Consulado Geral o ofício, que também junto por cópia (anexo n.º 2) e em todos os jornais do país desmenti (segundo as ordens de S. Majestade) aquela tão falsa notícia. V. Ex.<sup>a</sup> observará que evitei em tudo dar-me por sabedor das vias e modo porque a dita falsa notícia viera, e somente falei em geral e no sentido e letra do mesmo referido despacho de V. Ex.<sup>a</sup> N.º 3.

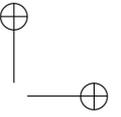
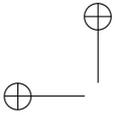
Cuido ter interpretado rectamente as intenções de S. Majestade e as de V. Ex.<sup>a</sup> e se não acertei nos meios, não foi de certo por falta de zelo e cuidado.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 31 de Outubro de 1834

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett





Cópia nº 8

Bruxelles le 30 Octobre 1834

---

Anexo nº 1

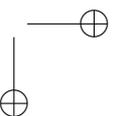
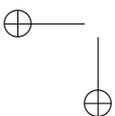
---

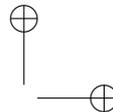
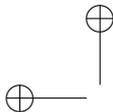
Sa Majesté Très-Fidèle ayant appris avec étonnement et regret qu'il s'étaient élevés des doutes sur la teneur claire et précise du Décret du 18 Avril de l'année courante portant égalisation de droits d'entrée sur toutes les marchandises étrangères importées en Portugal, et que trompé par de faux rapports le commerce Belge avait cru que le Gouvernement de la Ditte Majesté aurait revogué ou altéré les dispositions du dit Décret en augmentant les droits d'importation. Elle A ordonné au soussigné de faire connaître au Gouvernement de sa Majesté le Roi des Belges que rien n'est plus éloigné de la pensée de Son Gouvernement q'une telle augmentation de droits.

Par la promulgation du Décret sur mentionné, le Gouvernement de la Reine, en invitant a ses ports et marchés toutes les nations commerçantes, s'est en quelque sorte engagé envers elles par ses propres promesses: les retirer d'une manière si étrange et si peu attendue, ce serait manquer à sa bonne foi proverbiale, cette bonne foi jamais démentie et qui seule, et au moment même de sa plus grande détresse lui a obtenu ce crédit illimité dont il jouit, cette confiance sans bonne dont il est partout honoré. Le soussigné en communiquant à Son Excellence Monsieur Le Ministre des Affaires Etrangères cette déclaration franche, et sincère de son Gouvernement, la prie, par ordre de la Reine Son Auguste Maitresse, de vouloir bien porter le tout à la connaissance de Sa Majesté le Roi des Belges afin que toute erreurs sur en objet si important soi entièrement dissipée. Il profite de cette occasion pour réitérer à Monsieur de Muelenaere l'assurance de sa haute estime, et considération. Signé, De Almeida Garrett. À Son Excellence Monsieur de Muelenaere.

Conforme

De Almeida Garrett





Nº 15 Cópia

---

Anexo nº 2

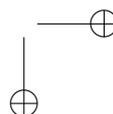
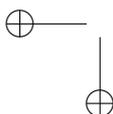
---

Constando a Sua Majestade a Rainha Nossa Augusta Soberana que neste Reino da Bélgica se espalhou a notícia de que o Governo da Mesma Senhora aumentara os direitos de importação das mercadorias estrangeiras, quando é certo terem sido equalizados todos a quinze por cento que pagavam as mercadorias inglesas segundo os tratados existentes entre as duas nações, foi S. Majestade Servida Ordenar-me, por Despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros em data de dois do corrente – Outubro, que por todos os meios desmentisse tão falsa e injusta notícia, sendo um deles o dos jornais. O que V. Ex.<sup>a</sup> comunicará a todos os V. Cônsules Portugueses neste reino, transmitindo-lhes o presente por cópia.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 30 de Outubro de 1834. Assinado, De Almeida Garrett. – Sr. Martin Maris, V. Cônsul, Encarregado do Consulado Geral de Portugal.

Conforme

De Almeida Garrett



CARTA 22

Nº 19<sup>33</sup>

Três anexos<sup>34</sup>  
Nº 1, 2 e 3

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

1 – Tenho a honra de levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup> para serem presentes a S. Majestade, pelo modo competente os inclusos requerimentos em que

nº 1 – reclama o soldado Pedro Kanny o seu diploma e assevera do A. e M. N. O. da T. E. do V. L. e M., em que obteve o grau de cavaleiro;

nº 2 – reclama Magdalena Depaes viúva de José Francisco Livaegemmeter, morto ao Serviço da Rainha, a certidão de óbito do dito, e pede socorros de que está em grande necessidade;

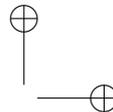
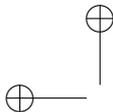
nº 3 – reclama indemnização de várias perdas, e reparação de injustiças, que expõe.

Por esta ocasião, rogo de novo a V. Ex.<sup>a</sup> queira fazer presente a S. Majestade a Rainha quanto é absolutamente impossível passar esta Legação sem um Secretário. Todas as outras missões aqui, exceptuada a de França e Inglaterra, têm<sup>35</sup> como esta, por chefe um agente de terceira classe, e todavia nem uma só deixa de ter secretário. Ora, não há em qualquer delas a metade do trabalho que nesta há, ocasionado pelas gentes de todas as nações que serviram na última guerra em Portugal, que todos se queixam, que todos reclamam, e que, muito receio, todos ou quase todos têm razão. Mas eu é que não tenho forças para tanto, e sem a mínima ocupação para o espírito, mato o corpo com um

<sup>33</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 15 de Nov.<sup>ro</sup>.”.

<sup>34</sup> Não constam neste espólio.

<sup>35</sup> “têm” [entrelinha superior].



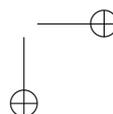
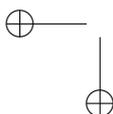
trabalho mecânico que nem já a minha saúde nem as minhas forças podem comportar.

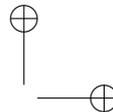
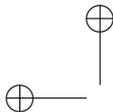
O que muito rogo a V. Ex.<sup>a</sup> queira elevar à presença de S. Majestade, e obter o indispensável remédio.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 31 de Outubro de 1834

III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro e Secretário de Estado  
dos Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 23

N<sup>o</sup> 20<sup>36</sup>

Três anexos<sup>37</sup>  
N<sup>o</sup> 1, 2 e 3

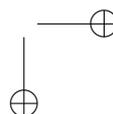
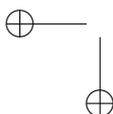
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

1<sup>o</sup> – Acuso a recepção do ofício sob n<sup>o</sup> 5, em data de 10 de Outubro último, no qual, de ordem de S. Majestade a Rainha, V. Ex.<sup>a</sup> me faz a honra de comunicar ter feito presente à Mesma Augusta Senhora o meu ofício n<sup>o</sup> 4, datado de 2 de Setembro próximo passado, e bem assim me participa V. Ex.<sup>a</sup> as diversas resoluções que S. Majestade Houve por bem Tomar sobre os vários objectos que tive a honra, no dito ofício, de submeter à sua consideração.

2<sup>o</sup> – Chegou-me este despacho, ignoro por que via (não de certo pela da nossa Legação em Londres) muito retardado, segundo há tempos me chegam todos. E por esta ocasião, tomarei de novo a liberdade de representar quão graves inconvenientes resultam da irregularidade e do mui defectivo das comunicações da Secretaria de Estado com esta pobre Legação; queixa que observo ser geral, pois que recorrendo aos chefes das que são mais próximas para obter de Londres ou Paris o que seria muito longo para esperar de Lisboa, recebo ordinariamente em resposta que se acham na mesma falta. O pouco e vago que sei de Portugal é colhido de alguns números da Gazeta que o nosso Ministro em Londres me fornece, e este mesmo fornecimento oficioso é, pelas razões apontadas, interpolado muitas vezes. Desde o dia 26 de Junho deste ano até o presente, ainda não pude ter seguido o jornal oficial do Governo, que daquela data me falta, e que nem uma só vez me foi remetido pela Secretaria de Estado. Com o que muito padece o serviço, não podendo eu responder às

<sup>36</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 22 de Nov.<sup>ro</sup>”.

<sup>37</sup> Não constam neste espólio.



incessantes perguntas dos Cônsules, zelosos em promover as comunicações comerciais dos dois países.

3º – Nestas circunstâncias rogo, de novo e especificadamente, a V. Ex.<sup>a</sup>:

I. A remessa para uso desta Legação de um exemplar do jornal oficial do Governo, a começar naquela data de 26 de Junho deste ano, e a sua regular continuação por todos os Paquetes.

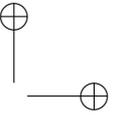
II. A remessa, para uso dos três Agentes Consulares neste reino, de três exemplares do dito jornal, começando em Janeiro último, e continuando igualmente com a mesma regularidade.

III. A remessa de três exemplares da tarifa da Alfândega de Lisboa para uso dos Consulados, sem a qual não é possível fazer nada para excitar o movimento comercial, que tão proveitoso nos pode ser, e que por falta de esclarecimentos jaz em apatia, irresoluto e sem confiança.

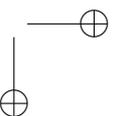
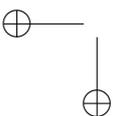
4º Reitero também as mais pressurosas instâncias, solicitando as remessas das condecorações dadas por Sua Majestade ao Governador de Ostende e outras autoridades Belgas, a quem vai num ano se anunciou a mercê, e que em suas repetidas solicitações me têm representado ignorarem em que pudessem ter incorrido no desagrado de S. Majestade para que lhes retirasse (assim o cuidam) a graça já feita.

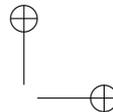
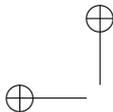
5º Mais três soldados belgas ao Serviço da Rainha, se me apresentaram estes dias, dois dos quais foram feitos prisioneiros por Bourmont, remetidos para Espanha, de onde atravessaram até aqui e vêm pedir-me socorros. Acudi à sua miséria com a maior parcimónia; mas renovo as mais vivas solicitações para que Sua Majestade Se Digne ordenar-me por instruções positivas, o que devo fazer em tais casos, tão repetidos, como eles são, e que de dia a dia amiúdam mais. Para os abandonar não ousou; nem certamente o farei, salvo se uma ordem clara e precisa de V. Ex.<sup>a</sup> me tirar toda a responsabilidade deste abandono, que será (permita-me que o diga) mui pouco decoroso para a Nação e Governo Português. Para os socorrer, faltam-me os meios, que em vão tenho solicitado. Em qualquer dos casos, todavia, insta, urge forçosamente uma positiva resolução de Sua Majestade que muito ansiosamente Lhe Suplico.

6º Segundo por vezes, e especialmente em meus officios n.<sup>os</sup> 2, 3, 4, 14, 15 e 16, tenho representado, o trabalho desta Legação tem aumentado consideravelmente, com as reclamações dos demitidos, com o pagamento dos inválidos e com as diligências preparatórias para formar um trabalho estatístico da in-



dústria e comércio Belga que nos possa guiar na direcção das relações (que bem quisera ver estreitar) com este país. Os dois primeiros objectos, sobretudo, absorvem um tempo e demandam uma quantidade de trabalho com que eu decerto não posso. Em vão me tenho esforçado por vencê-lo, em vão tenho sacrificado o pouco que me resta de saúde. É materialmente impossível. Tenho contudo continuado na esperança de que S. Majestade Se Dignaria, enfim anuir às minhas súplicas e acudir com o indispensável remédio de um adido-secretário. Medida que, segundo expus em meus ofícios n.ºs 1, 3 e 14, tanto aliás aproveitaria ao serviço público e da mesma Senhora. Mas tal é por um lado o estado de minha saúde, e tal, por outro o aumento do trabalho, que era forçoso ceder; e eu ia largar absolutamente mão de tudo, abandonando, por mais não poder, todos os negócios, quando um feliz acaso me proporcionou os meios de acorrer à precisão urgente, e por um modo tão económico, que mui confiadamente vou rogar e espero de Sua Majestade a aprovação da proposta que a este respeito, e com o maior empenho, Levo sob a protecção de V. Ex.<sup>a</sup> à Sua Augusta Presença. Achando-se neste país Joaquim de Roboredo, emigrado desde o principio de 1829, por sua lealdade à Rainha e cujo procedimento distinto, sufficiente habilitação literária, e boa educação o fazem certamente mui digno da Real contemplação, e lembrando-me ao mesmo tempo quanto ganha o serviço em que se vão formando com a prática dos negócios e uso das formas e hábitos dele, mancebos bem educados e hábeis que possam depois ser aproveitados para maiores desempenhos, julguei dever chamá-lo a mim e ao trabalho desta Legação, em que muito e mui zelosamente se ocupa com inteligência e assiduidade não vulgar, organizando os arquivos e tudo o mais que nesta Legação não havia ou estava em miserável confusão. Levado principalmente do desejo de aprender e de se habilitar de modo que venha a merecer de futuro a contemplação de S. Majestade, ele se limita a pedir unicamente algum subsídio ou parca ajuda de custo, confiado que as provas de seu zelo e aptidão obterão de futuro maior consideração e aumento, segundo os sacrificios feitos e os trabalhos sofridos pela causa da Soberana e da Pátria o fazem com razão esperar. Nestas circunstâncias, rogo, com o maior empenho, a V. Ex.<sup>a</sup> e como graça que receberei como para mim, se digne Solicitar a S. Majestade a nomeação do dito Joaquim de Roboredo para Adido-Secretário desta Legação, concedendo-lhe o pequeno vencimento (ou ajuda de custo) igual ao que têm os amanuenses de primeira classe das Secretarias de Estado.





O que vem a ser quatro contos e oitenta mil réis, quantia insignificante, e que pelo lado da economia não achará certamente dificuldade. Achando-se aqui já, poupa igualmente o Estado as ajudas de custo de viagem e adiantamentos de costume. Demais, poderá por este modo exercer as funções do Consulado Geral, sem por isso haver ordenado. As quais funções eu seguramente não posso continuar a exercer, e das quais de novo muito humilde, mas muito instante e fervorosamente rogo a S. Majestade Haja por bem aliviar-me. Além das muito e ponderosas razões que para isso dei em meus passados ofícios, especialmente no de n<sup>o</sup> 15, a minha saúde é realmente tal, que me não é possível sustentar o violento trabalho com que estou sobrecarregado.

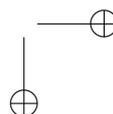
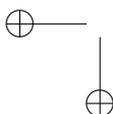
7<sup>o</sup> Dignando-se S. Majestade Aprovar, como espero, esta proposta, fica desnecessária o que sobre o mesmo assunto do Consulado Geral tive a honra de levar à Sua Augusta Presença no dito Ofício n<sup>o</sup> 15.

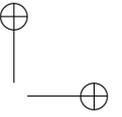
8<sup>o</sup> Organizada por este proposto modo a Legação, ela fica arranjada de uma maneira muito mais decente, mais em harmonia com que geralmente praticam outros governos e até com o que já foi estabelecido entre nós, juntando de mais a mais as vantagens de uma economia que em tempo nenhum se fez.

Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 7 de Novembro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett





**CARTA 24**

Nº 21<sup>38</sup>

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Hoje pela uma hora da tarde abriu El-Rei a Sessão ordinária das Câmaras Belgas, com o discurso de que tenho a honra de enviar junto um exemplar.  
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 11 de Novembro de 1834.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett

SESSION DE 1834-1835

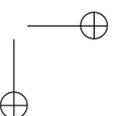
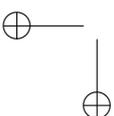
**DISCOURS DU ROI**

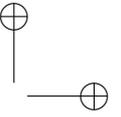
MESSIEURS,

L'ouverture de votre session annuelle est une solennité à laquelle j'aime à m'associer. Je me plais à me retrouver au milieu des Représentans du peuple Belge et à donner la première impulsion aux travaux qui doivent achever de consolider notre état social.

---

<sup>38</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 29 Nov.<sup>ro</sup>”.





Nos rapports politiques prennent chaque jour une nouvelle extension. Mon gouvernement est reconnu par la plupart des Puissances. Il y a un an, des relations officielles et réciproques se sont ouvertes avec les deux grandes Puissances de l'Allemagne. Vous apprendrez avec satisfaction, Messieurs, que les mêmes relations viennent de s'établir avec l'Espagne, le Portugal et l'Empire du Brésil.

Forts des engagements qui nous sont garantis, il nous est permis d'envisager l'avenir avec confiance, et de reporter tous nos soins sur les améliorations intérieures.

L'armée continue à mériter nos éloges; l'instruction qu'elle a acquise et l'esprit qui l'anime nous donnent la conviction qu'elle ne manquerait pas à la patrie si un appel était fait à son courage.

La garde civique est rentrée dans ses foyers avec de justes titres à la reconnaissance du pays. Nous pouvons compter sur son zèle et son dévouement.

Je vous ferai communiquer des projets sur l'organisation des réserves de l'armée active, ainsi que sur les mesures qui me paraissent nécessaires pour donner au pays une ligne défensive vers le Nord. L'État trouvera dans une sage combinaison de ses moyens de défense une des meilleures garanties de son indépendance.

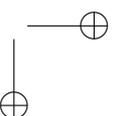
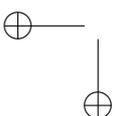
J'introduirai dans les dépenses de l'armée toutes les réductions compatibles avec une bonne organisation et la sûreté de l'État. Il est à désirer que des lois sur les pensions, sur l'avancement et sur la justice militaire donnent à l'armée la constitution définitive à laquelle elle a droit.

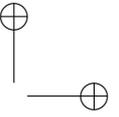
Nos finances sont dans un état satisfaisant. L'ordre qui préside à leur gestion nous permettra, je l'espère, d'entreprendre successivement de grands travaux d'utilité générale.

Des propositions vous seront faites à l'effet de modifier quelques-unes de nos lois financières; le but de ces modifications est de répartir l'impôt d'une manière plus équitable. Une loi vous sera présentée pour régler définitivement les comptes de 1830 et 1831. Ceux de 1832 et 1833 pourront même être réglés provisoirement.

Une sévère économie dans les dépenses publiques rendra possible une nouvelle diminution des centimes additionnels.

Vous vous êtes déjà occupés, Messieurs, des lois d'organisation provinciale et communale; le pays en attend le vote définitif de la session qui s'ouvre.





La loi sur l'instruction publique et celle sur la garde civique ne sont pas moins urgentes.

La Belgique a toujours été hospitalière, mais il ne faut pas que cette hospitalité puisse devenir une arme contre elle-même. Une loi spéciale sur les étrangers, qui vous sera incessamment soumise, viendra, concurremment avec la loi sur l'extradition, fixer, d'une manière incontestable, les droits et les devoirs du gouvernement à leur égard.

Les lois sur la compétence judiciaire, sur les faillites, les sursis, les hypothèques et la procédure civile réclament des modifications essentielles qui pourront être livrées à vos méditations.

Les intérêts industriels et commerciaux ont été l'objet de la sollicitude particulière du gouvernement. Des négociations sont ouvertes avec la France et ne tarderont pas à l'être avec d'autres pays.

Nous arrêterons, après de mûres délibérations, les réformes dont notre tarif des douanes est susceptible.

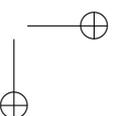
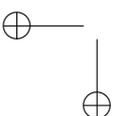
Un arrangement récemment conclu avec l'administration des postes de la Grande-Bretagne a doublé les moyens de communication entre ce pays et la Belgique, et promet des résultats avantageux pour le commerce.

L'exécution du chemin de fer se poursuit avec une grande activité. Il y a lieu jusqu'à présent d'espérer que les dépenses resteront au-dessous des prévisions premières.

En même temps que le commerce et l'industrie prennent tous les jours plus de développements, les sciences et les arts excitent de nobles efforts, et tout nous présage que la Belgique nouvelle ne sera pas infidèle à son antique renommée.

Je suis heureux de voir régner dans le royaume l'ordre le plus parfait. La Belgique sait apprécier l'esprit de justice et d'impartialité qui préside aux actes de mon gouvernement.

Dans les provinces que j'ai récemment visitées, j'ai pu remarquer avec satisfaction des signes certains de prospérité, et l'accueil que j'ai reçu m'est un bien doux témoignage de l'attachement du pays à ses institutions et à la dynastie qu'il s'est donné. Cet accueil m'est aussi un sûr garant du concours que je dois attendre de la représentation nationale.



## CARTA 25

N<sup>o</sup> 22<sup>39</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

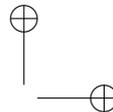
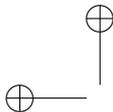
1<sup>o</sup> – Tenho a honra de acusar a recepção do Ofício n<sup>o</sup> 6 em data de 25 de Outubro último, em que V. Ex.<sup>a</sup> me anuncia haver feito presente a Sua Majestade a Rainha vários Ofícios meus, e me comunica as Reais Resoluções sobre o objecto de alguns deles.

2<sup>o</sup> – Ser-me-ia por extremo sensível o reparo de Sua Majestade sobre a remoção dos antigos agentes Consulares Portugueses neste país, se ela tivera sido um acto meu. Conquanto justo e indispensável, conquanto eu o tivera de certo praticado, a espécie de desaprovação que o Governo parece dar-lhe me teria, repito, vivamente sensibilizado, porque nada há tão alheio de meus princípios constantemente seguidos como o proceder sobre factos que sobejamente não estejam provados e evidentes. Mas justo ou injusto, prudente ou não prudente, o acto da remoção daqueles empregados não é meu, mas do Governo. O Decreto de 3 de Agosto de 1833 publicado na parte oficial da Crónica Constitucional de Lisboa n<sup>o</sup> 13 demitiu o Cônsul de Antuérpia João Charro, e por consequência forçosa, o Vice-Cônsul de Ostende Julano Devete. Encarregado eu, pelo Decreto de 14 de Fevereiro da gerência do Consulado Geral, não podia portanto, não devia (que mais é) consentir em que continuassem a exercer suas funções. Assim o fiz, violentado por meu dever, e bem pesaroso de ter de proceder às nomeações que como Cônsul Geral me incumbia em todo o caso fazer. Quase dois meses demorei estas nomeações, pelo desejo de as fazer acatadas, e assim o representei, em tempo, ao Governo de Sua Majestade. Não me cabendo pois nem censura nem elogio pela remoção daqueles agentes, devo contudo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que posto que, antes de informado, me parecesse um tanto severa a disposição do Decreto citado de 3 de Agosto de 1833, agora que melhor conheço as circunstâncias, vejo

<sup>39</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 5 de Dez.<sup>ro</sup>”.

que ela foi uma medida salutar e indispensável pelo que toca à Bélgica. O ex-cônsul por aquele Decreto demitido, não só serviu oficiosamente a causa da usurpação portuguesa, entendendo-se com o rebelde Visconde de Canellas, mas ainda continua a estar de inteligência com os Agentes Carlistas em Holanda nas bem notórias transacções que naquele país se têm feito a favor do ex-infante de Espanha D. Carlos. Tanto este Consulado de Antuérpia como o seu Vice-Consulado [...] em Ostende precisam além destas razões políticas, de ser exercidos por pessoas de alguma consideração no comércio, a qual nenhum dos dois removidos podia obter, sendo um falido, e outro quase o mesmo. A qualidade de Holandês de um deles, fazendo-o de mais obnoxio ao actual Governo e opinião do país, tornava a sua remoção indispensável. Recapitulando pois, direi que bem ou mal fundada em sua origem, a medida acertou justa; e que o Governo de Sua Majestade não pode senão aplaudir-se de a haver tomado. Quanto a mim e a parte mínima que neste negócio tenho, ousou confiadamente esperar que Sua Majestade melhor Informada agora se Dignará antes Aprovar a prudência e resguardo com que procedi.

3º – Oficiei imediatamente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, anunciando-lhe haver recebido, para fazer a devida entrega à Sua Soberana, as cartas de Gabinete que Sua Majestade a Rainha Lhe Dirigia Notificando Sua Acessão ao exercício dos Poderes Majestáticos, e a deplorada morte de Seu Augusto Pai. Pareceu-me que a solenidade e importância do caso exigia que eu desse ao acto desta entrega toda a exterioridade possível; e assim insisti em o fazer pessoalmente e em audiência de El-Rei. Não tive pequenas dificuldades em conseguir, o que entendo era devido à honra da Coroa de Portugal e à Memoria do Ilustre Chefe da Augusta Casa de Bragança, porque a minha qualidade de Ministro de terceira classe, e o ciúme dos representantes de outras cortes, que diferentemente haviam sido tratados me punham obstáculos quase invencíveis. Mas com alguma arte e muito zelo, tive a satisfação de vencer aquelas dificuldades todas; e ontem me mandou El-Rei anunciar pelo Ministro competente, que me receberia amanhã em audiência particular para Lhe entregar as ditas Cartas. O Ministro de França especialmente (Conde de La Tour Maubourg, enviado extraordinário) foi o que mais me obstou, e cuja influência, toda poderosa aqui, mais admirou a todos que eu pudesse vencer. É do meu dever levar, por esta ocasião ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que a expedição pouco regular daquelas Cartas de Gabinete me causou não pequeno



dissabor pela impossibilidade de a encobrir ao Rei e ao Governo. Não vieram cópias das Cartas, segundo é de rigorosa formalidade: e querendo iludir esta falta, oficiou-me o Ministro pedindo-as, para serem presentes a El-Rei. Não respondi, mas fui pessoalmente dar desculpa alegando o invencível trabalho que as sessões das Cortes ocasionam nas Secretarias, etc., e introduzindo outros assuntos, mudei a conversação, e passou o negócio. São porém tão mexeriqueiros e folgam tanto de lançar o ridículo sobretudo os jornais deste país, que será milagre se não descobrirem a falta e sobre ela não fizerem seus comentários acusando o Governo Belga (pois de resto o acusam) e criticando o nosso.

4<sup>o</sup> – Muito reconhecido pelo favor da licença que Sua Majestade Se Dignou conceder-me, espero ter em breve a satisfação de ir beijar a Real Mão por esta nova mercê.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 18 de Novembro de 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett<sup>40</sup>

---

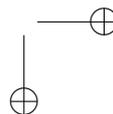
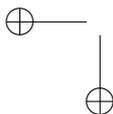
<sup>40</sup> No verso da última folha desta carta, lê-se: “Índice

1.<sup>o</sup> Acuso a recepção do Despacho n<sup>o</sup> 6.

2.<sup>o</sup> Sobre o haverem sido demitidos os antigos agentes consulares nos portos da Bélgica.

3.<sup>o</sup> Sobre a apresentação a El-Rei dos Belgas das Cartas de Gabinete, e sobre a expedição pouco regular das mesmas.

4.<sup>o</sup> Reconhecimento pela licença que Sua Majestade Se Dignou conceder-me”.



CARTA 26

Nº 23<sup>41</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

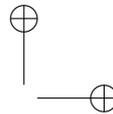
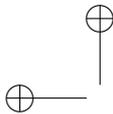
Em comunicação de 11 do corrente me avisa o nosso Ministro em Londres que nas listas para os pagamentos diplomáticos, enviadas pelo Ministério a cargo de V. Ex.<sup>a</sup>, eu só venho abonado na quantia de Rs 413.193 (quatrocentos e treze mil cento e noventa e três réis) pelos meus vencimentos até 30 de Setembro deste ano. Por conselho do mesmo Ministro, me apresso a reclamar contra este manifesto erro da Secretaria de Estado, bem certo que V. Ex.<sup>a</sup> o mandará corrigir segundo é justiça.

No fim de Setembro deste ano tinha eu vencido dois quartéis e meio (ou seja 7 meses e 1/2) o que equivale à soma de Rs 1250.000.

Por outro lado não só de Sua Majestade Imperial o Duque Regente, que Santa Glória Haja, tive a solene promessa que o desconto dos adiantamentos recebidos seria feito pela dívida em que me está o Tesouro de meus antigos ordenados da Secretaria de Estado, mas por ofício do antecessor de V. Ex.<sup>a</sup>, em data de 30 de Agosto deste ano se me confirmou esta promessa. Favor aliás insignificante, que a outros empregados foi feito, e que pelas razões alegadas em meu ofício nº 7, A, reservado, de 8 de Agosto último ninguém merecia já não direi com mais mas nem com tanta razão como eu.

Aquele erro da Secretaria de Estado seguramente causado pela afluência dos Negócios e falta de reparo, teria, se passasse, as mais funestas consequências para mim, que confiado na boa fé do Governo e em suas promessas aceitei esta missão abandonando todos os meus recursos e interesses, e nessa boa fé tenho contraído dívidas para formar o meu pequeno estabelecimento, dívidas que de outro modo não poderei satisfazer agora, senão entregando tudo aos meus credores, e abandonando a residência em que me não seria possível permanecer.

<sup>41</sup> NM – “Respond. em 2 de Jan.<sup>ro</sup> 1835”.



A tão penosa alternativa não pode ser de certo a intenção de Sua Majestade de trazer um Servidor seu antigo, fiel, que nunca hesitou em optar entre o dever e o interesse, nem se poupou jamais a sacrifício algum para servir o Soberano, a Pátria, e a Liberdade Constitucional, resistindo às seduções dos partidos, às calúnias, e às promessas assim como às afrontas com que de todos os lados tem sido perseguido.

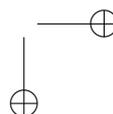
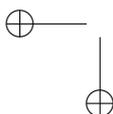
Animam-me a falar assim de minha própria humilde pessoa, tanto a íntima consciência como a segura confiança que me inspiram as qualidades reconhecidas do Ministro a quem falo, cujo amor da justiça é a mais certa garantia para mim que a tenho.

Peço pois a V. Ex.<sup>a</sup> com a maior instância o favor de mandar que se corrija quanto antes aquele erro tão fatal, reformando-se as listas segundo exponho, e sendo eu abonado pelos dois quartéis e meio que me são devidos até 30 de Setembro último isto é Rs 1.250.000, verificando-se o desconto do adiantamento dos três quartéis que recebi (Rs 1.500.000) pela antiga dívida do Tesouro segundo a Promessa Real, e mercê já feita.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 21 de Novembro 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 27

Nº 24

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

1. Ontem recebi uma carta de A. de Ramon y Carbonell em data de 27 de Novembro último, remetendo-me por cópia um Ofício que diz lhe dirigira, em data de 8 do mesmo mês um Conselheiro do Tesouro Público, relativamente às reclamações dos inválidos aqui residentes. Diz-se no dito ofício do Conselheiro do Tesouro, que para deliberar sobre aquelas reclamações, precisa o Governo, de ter presente uma relação nominal declarativa dos reclamantes etc., e que esta resolução seja comunicada pelo dito Carbonell ao Encarregado de Negócios de Sua Majestade em Bruxelas.

Não sei se me engano em supor que directamente e só pelo Ministério de V. Ex.<sup>a</sup> me podem ser transmitidas as Reais Determinações. Antepondo porém a tudo o zelo do serviço, fiz logo proceder a todas as indagações necessárias e requeridas, mas aguardarei as directas ordens de Sua Majestade e as de V. Ex.<sup>a</sup> para dar a este negócio o seguimento que elas me indicarem.

2. Segundo anunciei em meu ofício nº 22 de 18 de Novembro último, fiz entrega em audiência particular, a S. M. El-Rei dos Belgas, das Cartas de Gabinete de Sua Majestade a Rainha: e em consequência da participação de uma delas, tomou esta Corte o luto por 21 dias.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 5 de Dezembro 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett<sup>42</sup>

<sup>42</sup> No verso da última folha desta carta, lê-se: “Índice:

1.º Carta de que recebi de Carbonell, relativamente aos inválidos aqui residentes.

2.º Entreguei as Cartas de Gabinete de S. M. Fidelíssima, a El-Rei dos Belgas”.

## CARTA 28

Nº 25<sup>43</sup>

---

Com dois anexos  
A e B

---

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Sexta-feira 26 do corrente chegaram a esta Corte o Marquês de Ficalho e o Visconde de Sá da Bandeira, com os quais, depois de me informar do objecto da Sua alta Missão, tive a honra de consultar sobre as medidas que conviria tomar relativamente à passagem por este reino de Sua Alteza Real o Príncipe Augusto de Portugal.

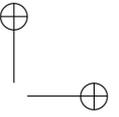
Plenamente autorizado por aqueles cavalheiros, fiz então o que V. Ex.<sup>a</sup> verá circunstanciadamente relatado no Ofício que nesta mesma data lhes envio a Munique e aqui anexo por cópia A.

Para maior satisfação de sua Majestade, a Quem suponho que será agradável, junto igualmente por extracto sob B os últimos parágrafos do ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros a que me refiro no anexo A. É impossível mostrar nem mais empenho nem mais sinceridade do que esta Corte tem mostrado em conciliar a afeição da de Portugal. E ousou lisonjear-me que (segundo me testemunha o Ministro) por minha humilde parte não tenho feito pouco para estreitar estes vínculos de benevolência e amizade, que para minha grande satisfação vejo unir os Soberanos e os Súbditos de dois países que assim fraternizam em sentimentos e princípios.

Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que a sua Alteza Real o Príncipe Augusto de Portugal então Duque de Leuchtenberg, há três para quatro anos, esteve quase eleito Rei dos Belgas. Esta circunstância o tornou até um certo ponto obnoxio

---

<sup>43</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 14 Jan.<sup>ro</sup> 1835”.



ao Rei actual; e neste caso tratou de fazer valer a pouca benevolência do Gabinete das Tulherias (aqui onnipotente) habilmente exercida pelo Ministro daquela Corte, e apoiada pelo de Espanha, os quais não deixaram ambos de me procurar bastantes embaraços, que, apesar de minha inexperiência e mesquinha representação nesta Corte, tive contudo a boa fortuna de vencer, auxiliado da pessoal benquerença com que me honra El-Rei, e da amizade que me tenho sabido conciliar dos Ministros, sendo o único Encarregado de Negócios que tenho acesso imediato e pessoal ao Soberano, e que sou tratado, em atenção para com a Rainha, de uma maneira muito superior à minha graduação diplomática.

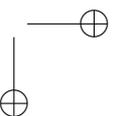
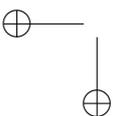
Espero que, com permissão de Sua Alteza Real, terei a honra de O acompanhar até Lisboa, usando assim da graça que Sua Majestade me Concedeu; e então terei a honra de depor a Seus Augustos Pés a Homenagem dos ardentes e humildes votos que formo por tão Auspiciosa Aliança, de que tantas venturas esperamos todos os bons Portugueses.

Sirva-se V. Ex.<sup>a</sup> levar tudo ao conhecimento de Sua Majestade a Rainha, que ousou lisonjear-me Se Dignará Aprovar o modo por que procedi, premiado com essa aprovação o incansável zelo com que sempre me empenho em Seu Serviço.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 26 de Dezembro 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett



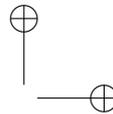
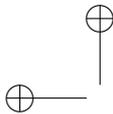
Cópia

Ao n<sup>o</sup> 25

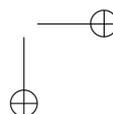
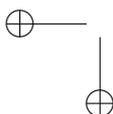
Anexo A

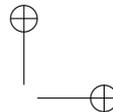
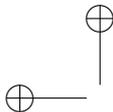
Bruxelas aos 26 de Dezembro 1834

Ill.mo e Ex.mo Snr. Segundo conviemos, logo no dia imediato à partida de V.V. E.Ex.<sup>as</sup> fiz (confidencialmente) parte a esta Corte da tenção provável que teria Sua Alteza Real o Príncipe Augusto de Portugal de passar pela Bélgica na sua viagem para Lisboa. A ilimitada confiança com que VV. E.Ex.<sup>as</sup> me fizeram a honra de me autorizar a tratar este negócio (tão importante e delicado pelas altas Personagens a que diz respeito) me fez proceder com redobrada cautela a fim de não comprometer por um lado a Dignidade da Rainha Fidelíssima e de Seu Augusto Esposo, nem por outro lado ferir, de modo algum a excessiva sensibilidade desta Corte, que como todas as pequenas Cortes, da mais leve coisa se assombram. Mas ficou inútil toda a minha cautela, tal foi e tão decidido o empenho com que El-Rei se apressou a manifestar seus ansiosos desejos de dar os mais públicos testemunhos de sua Alta Estima e Sincera Amizade para com a Rainha e o Príncipe de Portugal. Por sua ordem veio logo o Ministro dos Negócios Estrangeiros pessoalmente a esta Legação, para me dizer que El-Rei esperava que Sua Alteza Real lhe desse ocasião de lhe mostrar quanto folgava de o acolher e receber em seus Estados e em Sua Corte com toda as demonstrações que a Sua sincera amizade e a Alta Categoria de Sua Alteza Real demandavam; é que no dia seguinte me escreveria um Offício (pois tal era a vontade de El-Rei) para consignar de modo mais positivo as suas intenções. Com efeito, recebi um Offício do Ministro em que nas mais penhorantes expressões me comunica a vontade e desejos de El-Rei de fazer a Sua Alteza Real as maiores honras que ainda neste país se fizeram a Príncipe algum sem excepção das Festas Coroadas. De tal modo que não havendo pre-



cedente algum de caso parecido nem depois da independência da Bélgica nem durante a sua união com a Holanda, El-Rei fez procurar uma Lei ou Decreto do tempo do Império, e regular por ele as honras que a Sua Alteza Real devem ser feitas, iguais às que então se mandaram prestar ao Imperador e a S. A. I. o Príncipe regente de Itália. Tornou de novo pessoalmente o Ministro para me dizer que S. M. contava com que o Príncipe lhe não negaria o gosto de o receber em Bruxelas e lhe dar ao menos um jantar em seu Palácio, assim como que por esta ocasião lhe desejava conferir a Grã Cruz da Sua Ordem. Concluiu enfim pedindo-me que obtivesse quanto antes de Sua Alteza Real o itinerário de sua viagem na Bélgica para que El-Rei se pudesse conformar com ele. Respondi a tudo, como devia, com expressões de gratidão e reconhecimento em nome de S. M. a Rainha e de Sua Alteza Real, guardando-me bem todavia de comprometer por nenhum modo as deliberações do Príncipe. Se me é lícito porém oferecer minha humilde opinião, estou plenamente convencido que já agora é moralmente impossível a Sua Alteza Real, deixar de aceitar obséquios por tal modo oferecidos, sem escandalizar vivamente um Soberano amigo e uma Nação que ambos à porfia têm mostrado para connosco a mais viva simpatia e que não menos professam um inexplicável sentimento de veneração pelas recordações de Glória que acompanham o Ilustre Príncipe que ora vai associar-se à Real Família de Bragança. A natureza e circunstâncias desta comunicação são tais que entendi não devia esperar por despachos de V.V. E.E.<sup>as</sup> e que aliásurgia fazer-lha chegar quanto antes. Em consequência despacho com ela e como Correio de Gabinete o meu Secretário particular Joaquim de Roboredo, interinamente encarregado da Secretaria da Legação, com ordem de correr a posta e com toda a pressa supondo como devo supor, que Sua Alteza Real folgará de receber esta comunicação e de a ter em vista quando determinar o seu itinerário. Seja porém qual for a resolução de Sua Alteza Real, rogo muito instantemente a V.V. E.E.<sup>as</sup> se sirvam comunicarm-a enviando-me com a possível brevidade cópia do itinerário que o Mesmo Augusto Senhor Houver determinado, tanto para meu governo como para satisfação desta Corte. Aproveito ansiosamente esta ocasião para pedir a V.V. E.E.<sup>as</sup> o favor de depor aos pés de Sua Alteza Real a homenagem de meus respeitos, e os sinceros votos de minha fidelidade, que um dos primeiros súbditos Portugueses, eu tenho a satisfação de ofertar-lhe. Aceitem V.V. E.E.<sup>as</sup> as





as reiteradas protestações da alta consideração e estima com que tenho a honra de Ser De V.V. E.E.<sup>as</sup>

Assinado João Baptista d'Almeida Garrett

Está conforme

De Almeida Garrett

Ao N<sup>o</sup> 25

Anexo B

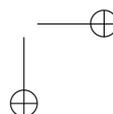
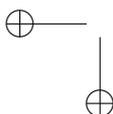
Extrait d'une lettre du Ministre des affaires étrangères (du Roi des Belges) à M. Le Chevalier de Almeida Garrett, Chargé d'Affaires de S. M. I. Fidele

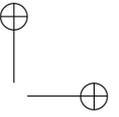
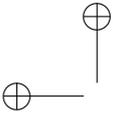
– Les sentiments du Roi envers Sa Majesté la Reine de Portugal et l'Auguste Prince qui va s'associer à les Destinées, vous sont connus. Je n'ai pas besoin de vous dire, Monsieur Le Chevalier, combien il sera agréable au Roi de pouvoir donner personnellement à Son Altesse Royale, lors de son passage à Bruxelles, de prouver sans équivoques de sa bonne estime et de Sa Sérieuse Amitié.

J'espère, Monsieur Le Chevalier, que ce voyage fournira au Roi une nouvelle occasion de veuillez [...] à Sa Majesté Très-Fidele et a son Altesse Royale le vif désir qui l'anime de resserrer chaque jour d'avantage les relations bienveillantes que vous avez si efficacement contribué à établir entre la Belgique et le Portugal.

Pour copie conforme et extrait

De Almeida Garrett





CARTA 29

Nº 26<sup>44</sup>

Com um anexo<sup>45</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho de 24 de Novembro último nº 9, em que de Ordem de Sua Majestade a Rainha, V. Ex.<sup>a</sup> me manda proceder a uma Relação de todos os indivíduos que tendo servido militarmente a Mesma Augusta Senhora, tem por esta Legação reclamado subsídios ou decorações que julgam ser-lhes devidas, ou que lhes foram prometidas.

Segundo em data de 5 de Dezembro sob nº 24 tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> já eu havia mandado proceder a esta relação, que agora remeto por anexo.

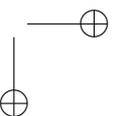
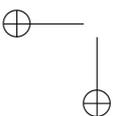
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 27 de Dezembro 1834

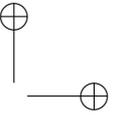
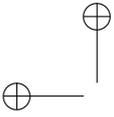
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett

<sup>44</sup> NM – “À Guerra, 13 Jan.<sup>ro</sup> 1835” / “Resp.<sup>do</sup> em 20 de Maio de 1835 pend.<sup>er</sup>”.

<sup>45</sup> Não consta neste espólio.



**CARTA 30**N<sup>o</sup> 27<sup>46</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção dos ofícios n<sup>o</sup> 7, 8, 11 e 13 nas datas de 8, 15 e 27 de Novembro e 2 de Dezembro corrente, contendo um deles a Carta Credencial que Sua Majestade A Rainha Foi Servida Mandar passar para continuar a acreditar-me junto a este Governo em minhas antigas funções, e anunciando-me nos outros a recepção de vários Ofícios meus sobre que devo aguardar as futuras deliberações de Sua Majestade.

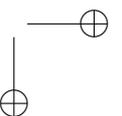
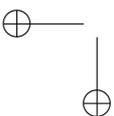
Como eu bem terei a satisfação de ir beijar a Augusta Mão de Sua Majestade por essa ocasião, apresentando a V. Ex.<sup>a</sup> os meus respeitos, exporei de viva voz as circunstâncias e particulares de alguns destes negócios, e folgo de me persuadir tais elas são que V. Ex.<sup>a</sup> me fará a honra de apoiar e proteger as minhas súplicas.

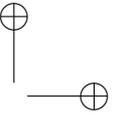
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 27 de Dezembro 1834

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

---

<sup>46</sup> Esta carta não se encontra assinada.





**CARTA 31**

Nº 28<sup>47</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de anunciar a V. Ex.<sup>a</sup> a recepção do seu Despacho circular sob nº 12 e em data de 2 de Novembro, (que suponho ser a de 2 de Dezembro) do presente ano, em que para minha satisfação e para que haja de tomar parte no júbilo nacional, me anuncia a celebração do consórcio de Sua Majestade a Rainha com Sua Alteza Real o Príncipe Augusto Duque de Leuchtenberg e Santa Cruz.

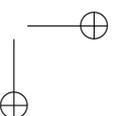
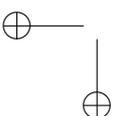
Confio em Sua Majestade, fazendo justiça a meus provados sentimentos de lealdade por Sua Augusta Pessoa e da devoção pela causa da Pátria, Se Dignará Acreditar a Acolher benignamente os sinceros e ardentes votos que formo pela prosperidade de tão Auspicioso Consórcio. E ousou rogar a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de beijar em meu nome a Régia Mão por tão fausto motivo.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 27 de Dezembro 1834

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

---

<sup>47</sup> Esta carta não se encontra assinada.



## CARTA 32

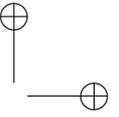
Nº 29<sup>48</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Julgo dever comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> para ser presente a Sua Majestade que tendo-se-me dirigido uma pessoa com loja de lençaria nesta cidade, por nome M. Cloupé, dizendo que se achava autorizada pela Camareira Mor da Mesma Augusta Senhora, a preparar vários objectos para Seu Enxoval, e que reclamava a minha protecção e auxílio para poder fazer passar pelas Alfândegas Belgas vários artigos defesos que de Paris mandava vir, e bem assim para fácil e livre despacho (sem exame) das caixas que remetia para Lisboa, e igualmente para que me incumbisse da remessa por via de Londres das referidas Caixas.

Não tendo recebido ordem ou aviso algum a este respeito, hesitei sobre o que devia fazer; e até se S. Majestade Levaria a bem que me intromettesse em um negócio que nunca me fora encarregado. Parecendo-me porém que esta pessoa que assim me falava era honesta, e por algumas palavras que o Ministro de Sua Majestade em Londres me escrevera há tempo, crendo que realmente lhe fora dada a dita incumbência, resolvi fazer o que se me pedia; e solicitei deste Governo todas as facilidades necessárias que amplamente, e com a maior generosidade me foram concedidas, expressando-se o Ministro de modo e tão obsequiosamente que julgo dever propor, sob os auspícios de V. Ex.<sup>a</sup> e mui respeitosamente, a Sua Majestade, parecer-me ser ele digno de receber um testemunho da Real Munificência, tanto mais quanto, segundo mais longamente exporei em outra ocasião, já ao mesmo Ministro estamos os Portugueses assim como a Rainha Fidelíssima e Seu Augusto Esposo, em grande obrigação de Afecto, Estima e respeitosa benevolência.

Junto remeto por cópia, anexo único, uma carta confidencial em que o dito Ministro me confirma (por escrito) o que verbalmente me asseverara (V.

<sup>48</sup> Esta carta não se encontra assinada.



Ofício n.º 25c anexo)<sup>49</sup> sobre as intenções de El Rei para a oferta da Sua ordem ao Príncipe.

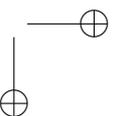
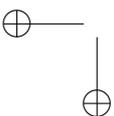
Rogo pois a V. Ex.<sup>a</sup> Se Digne levar estas considerações (se lho merecerem) ao Real Conhecimento; e em breve espero poder expor verbalmente tudo a V. Ex.<sup>a</sup> mais e melhor circunstanciado, e com certeza que tenho de que merecerão a Contemplação de Sua Majestade.

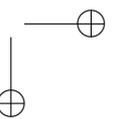
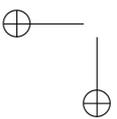
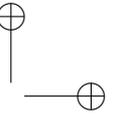
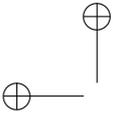
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 27 de Dezembro 1834

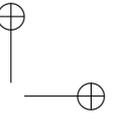
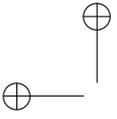
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

---

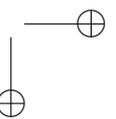
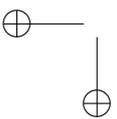
<sup>49</sup> Este anexo não se encontra neste espólio.

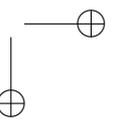
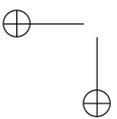
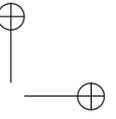
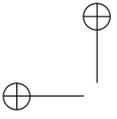


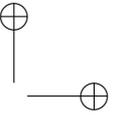




**1835**







CARTA 33

Nº 30<sup>50</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de anunciar a V. Ex.<sup>a</sup> que neste momento acaba de chegar de Munique, o meu Secretário particular, encarregado interinamente da Secretaria desta Legação Joaquim de Roboredo, que eu expedi como Correio àquela Corte, para anunciar a Sua Alteza Real o Príncipe Augusto de Portugal, a deliberação que El-Rei dos Belgas havia tomado, de receber Ao Mesmo Augusto Senhor, com todas as honras devidas à Sua Alta Categoria, na sua passagem pela Bélgica.

Sua Alteza Real partiu de Munique no dia 2 de Janeiro corrente, pela manhã, e chegará a esta Corte no dia 8 ou 9.

Para acorrer à despesa com a expedição daquele Correio e assim às mais que são necessárias fazer para receber aqui a Sua Alteza Real, e na impossibilidade absoluta em que eu estava de poder satisfazer a isso, saquei sobre o Agente financeiro em Londres, a soma de £150. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> aprovará esta minha resolução.

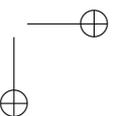
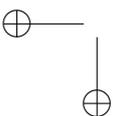
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 6 de Janeiro 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>50</sup> NM – “N. Estrang.<sup>ro</sup> 28 Jan.<sup>ro</sup>”.



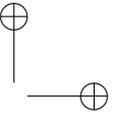
## CARTA 34

Nº 30<sup>51</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

No dia sete do corrente, à noite, chegou a Bruxelas o Marquês de Ficalho precedendo de algumas horas a S. Alteza Real o Príncipe Augusto, segundo por Sua Ordem me anunciou. Fiz, segundo me fora pedido, imediatamente parte a El-Rei, que sem demora mandou as suas carruagens para a porta desta Legação, para estarem às minhas ordens, e irem pôr-se à disposição do Príncipe. Acompanhava também o General d'Hone ministro de Estado, primeiro Ajudante de Campo de S. Majestade, com ordem de me acompanhar até onde eu fosse ao encontro de S. Alteza Real, e aí O cumprimentar em nome de El-Rei. Às três horas da madrugada (no dia seguinte 4) parti pois com o dito General para Louvain a encontrar o Príncipe, e aí O achei, e tive a honra de felicitá-LO pelo fausto motivo de Sua vinda. Pedi-Lhe então, e obtive, licença para apresentar o General, que introduzido a S. Alteza Lhe fez um breve discurso cumprimentando-O em nome de El-Rei por Sua chegada àquele país. Fez-me S. Alteza a honra de me convidar ao seu almoço, e de me encarregar que em Seu Real Nome convidasse também ao General d'Hone. Partimos logo depois de almoçar para Bruxelas, com grande acompanhamento de cavalaria, precedendo a carruagem do Príncipe, depois a minha, e seguindo as do Paço, e depois as da comitiva de S. A. Real.

Tendo-se S. A. Real Dignado Aceitar a oferta que Lhe fiz da minha pobre casa, que por única Portuguesa na terra, por primeira, a que chegava, de um Súbdito da Rainha Fidelíssima, e enfim por Sua que era como casa da Legação de sua Majestade Fidelíssima, era, apesar de humilde, a mais própria pousada do Augusto Hóspede, – para a dita minha casa se dirigiu o Cortejo Real, e aí achámos já uma guarda de capitão, três oficiais de ordens a S. Alteza, e a oficialidade toda da guarnição com o governador civil e o militar da província

<sup>51</sup> Esta carta tem a numeração repetida.



[de Brabante] a cumprimentá-Lo e recebê-Lo, por não ter a rapidez de nossa marcha dado lugar a que, segundo as ordens de El-Rei, o tivessem feito às portas da cidade. Daí a pouco de ter o Príncipe descansado, veio a casa Real em corpo com todos os oficiais mores e menores dela, e tendo à sua frente o Mordomo-Mor [Grand Maréchal du Palais] receber as ordens de S. A. Real. Com pequeno intervalo seguiu o Ministério de El-Rei em corpo, tendo à sua frente o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros que em nome de todos dirigiu a S. A. um breve discurso, ao qual assim como a todos, além da verbal e lisonjeira resposta do Príncipe, respondi por ordem do mesmo Augusto Senhor, nos termos mais agradecidos e penhorados que soube, em Nome da Rainha, assegurando-Lhes quanto S. M. Fidelíssima se Recordaria sempre de obséquios em que tanta parte Ela Tomara.

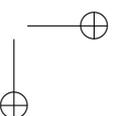
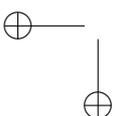
À volta das duas horas, e depois de S. Alteza Real me ter feito a honra de aceitar um segundo almoço em que mais o festejavam os bons desejos e coração que o hospedavam, do que a qualidade do banquete, fomos a El-Rei que com a Rainha e em todo o estado recebeu o Príncipe não só com todas as honras e que se dão às Testas Coroadas e quais se não fizeram ainda a Soberano algum neste País, mas com<sup>52</sup> verdadeira e sincera afeição, repetindo-me muitas vezes, um e outro daqueles Soberanos, que bem dissesse à Rainha Fidelíssima quanto eles folgavam de ter tido aquela ocasião de Lhe dar mostras do Alto Apreço em que tem, e do<sup>53</sup> empenho com que desejam cultivar Sua Amizade, e bem assim manifestar à Nação Portuguesa a estima e consideração que Lhe professam. Voltámos à Legação, onde continuou S. A. Real a permitir-me que Lhe apresentasse os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o Embaixador em missão especial de S. M. Britânica, o Ministro do Brasil, e vários outros membros do corpo diplomático, assim como Generais e outras pessoas de distinção que à porfia solicitavam esta honra.

Às seis e meia da tarde, e pelo convite de S. M. partiu S. A. Real para o Paço a jantar com El-Rei, tendo eu e toda a comitiva do Príncipe, recebido o mesmo honroso convite.

Voltando, depois do jantar, à Legação, e tendo-me El-Rei dito em particular o sentimento que tinha de que a demora inesperada em se aprontar a decoração (ou venera) o privasse do gosto de apresentar ele por sua mão ao

<sup>52</sup> “com” [entrelinha superior].

<sup>53</sup> “do” [entrelinha superior].



Príncipe a Grã-Cruz de sua Ordem, mas que pois tardara, enviaria o Ministro dos Negócios Estrangeiros trazer-lha em Seu Nome, – pedi as ordens de S. A. R. para esta apresentação que com efeito teve lugar, com todas as cerimónias devidas, nas casas da Legação, vindo o Ministro referido com o oficial Maior da repartição e acompanhado de numeroso séquito, e com um apropriado discurso ofereceu em Nome de El-Rei, aquela Grã-Cruz, que S. A. R. Recebeu e Agradeceu com as devidas expressões que ninguém melhor que Ele sabe escolher e empregar.

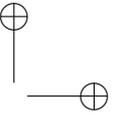
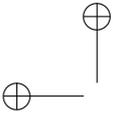
Tendo-me S. A. R. permitido que tivesse a honra de O acompanhar fazendo parte da sua comitiva, deixei os negócios da Legação ao cuidado do ministro residente do Brasil o Comendador Lisboa encarregado dos Negócios daquele Império, segundo os estilos recebidos.

À meia-noite saímos a caminho de Ostende, onde no outro dia pela tarde chegámos sem novidade, recebendo S. A. Real por todo o caminho não só todas as honras devidas, mas a mais sinceras mostras de cordial afeição. De maneira que se pode dizer que a Sua Auspiciosa passagem pela Bélgica foi um continuado triunfo.

Aqui achámos o Conselheiro Sarmiento, Ministro de S. M. em Londres, o Conselheiro Mendinha e logo chegou o Visconde de Itabaiana que todos tiveram a honra de ser recebidos por S. A. Real e convidados a jantar; assim como o foi Lord Adolphus Fitz Cloremi que por ordem de El-Rei de Inglaterra o veio buscar num iate da Casa Real (de vapor) no qual na noite do dia 10 para 11, saímos para Londres, e com feliz passagem desembarcámos em Gravesend.

Terminada aqui a parte que meu dever me incumba de relatar da jornada de S. Alteza Real, resta-me pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva levar este meu breve relatório à Presença de Sua Majestade, a Quem, nesta como em todas as ocasiões procurei servir com meu costumado zelo.

E não exagero de certo asseverando a V. Ex.<sup>a</sup> que não foram pequenas nem poucas as dificuldades com que tive a lutar, e que todas superei muito além das minhas esperanças, apesar dos nenhuns meios à minha disposição, dos poderosos adversários que tive, e direi ainda da minha pouca experiência, unicamente ajudada do muito zelo pelo Serviço da Rainha e honra da Nação e Governo, que, posto que indigno, tenho a honra de representar.



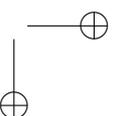
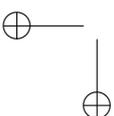
A necessidade absoluta em que me vi pelas recrescentes despesas, e pouxada de S. A. Real, fez com que, de acordo com o Marquês de Ficalho, me deliberasse a sacar de novo sobre o nosso Agente Financeiro em Londres pela quantia de duzentas libras esterlinas. Ignoro ainda se esta soma chegará – ou talvez, posto que dificilmente o suponho, sobeje; mas de tudo darei devida conta, logo que volte à residência e possa organizar o de que agora não sei fazer nem a mais vaga ideia.

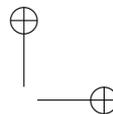
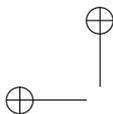
Lisonjeia-me que Sua Majestade Se Dignará Aprovar tudo o que tenho feito, e ousa esperar que por Sua Benignidade Lhe Aprovará Dar-me algum testemunho de Sua Real Benevolência, em firmeza pública de que tive a boa fortuna de merecer essa Real Aprovação que será a única recompensa que ambiciono.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Gravesend em 11 de Janeiro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 35**N<sup>o</sup> 1<sup>54</sup>

---

Anexos A e B<sup>55</sup>

---

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de remeter a V. Ex. [nos anexos A e B] a lista das despesas da secretaria da Legação de Sua Majestade em Bruxelas no 3<sup>o</sup> quartel do ano próximo passado, a qual se eleva à soma de florins setecentos e setenta, e doze cents; e bem assim a do quarto quartel do mesmo ano, que se eleva à quantia de florins quatrocentos e trinta e um; somando ambas – mil duzentos e um florins, e doze cents.

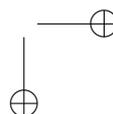
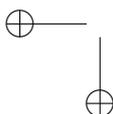
As despesas destes primeiros quartéis são mais avultadas do que ordinariamente virão a ser em circunstâncias regulares, porque tudo foi preciso comprar e estabelecer de novo onde não havia nada, nem um papel nem um selo. Feitas porém estas primeiras despesas, as do corrente serão, como digo, incomparavelmente inferiores.

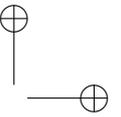
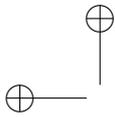
Tendo-me chegado só agora estas listas, e devendo eu ainda aos fornecedores a maior parte dos artigos delas, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de sofrível brevidade no pagamento desta pequena soma, que para mim, e para as muitas dívidas que infelizmente tenho contraído naquela residência, é assaz considerável.

---

<sup>54</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 7 de Fev.<sup>ro</sup>”.

<sup>55</sup> Não constam neste espólio.

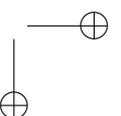
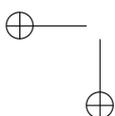


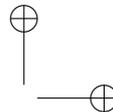
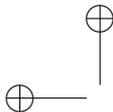


Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa em 5 de Fevereiro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro Secretário de Estado dos Negócios  
Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 36**N<sup>o</sup> 2<sup>56</sup>

---

anexo A<sup>57</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de levar à presença de V. Ex., para ter o conveniente destino, [e sob anexo A] o incluso requerimento ou memorial em que Carlos Gustavo Richter residente em Bruxelas e oficial que foi do exército Libertador reclama certas indemnizações a que diz ter direito.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa em 5 de Fevereiro de 1835

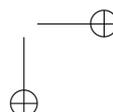
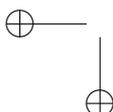
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real  
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios  
Estrangeiros

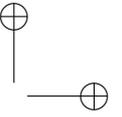
João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>56</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 28 Fev.<sup>ro.</sup>” / “O anexo à Guerra em 6 de Fev.<sup>ro</sup> 1835”.

<sup>57</sup> Não consta neste espólio.





**CARTA 37**

Nº 3<sup>58</sup>

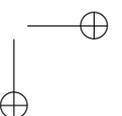
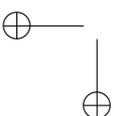
III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Por comunicação que me faz o meu Secretário particular em Bruxelas, vejo que em Despacho de V. Ex.<sup>a</sup>, nº 15, de 2 de Janeiro, se me declara não ter havido erro nas listas, quando, em lugar de Rs 1:250\$000 que eu reclamava, se me manda pagar Rs 413\$193, porquanto, 1º não constava do registo que se me descontariam os adiantamentos recebidos por minha antiga dívida do Tesouro; 2º não têm os agentes diplomáticos direito de seus ordenados senão depois que saem para seus destinos.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que em breves palavras lhe mostre quanto estes fundamentos, geralmente exactos, de nenhum modo o são no meu caso e circunstâncias especiais, antes a sua aplicação seria injustíssima.

Desde Dezembro de 1833 me Fez S. M. I., que S. G. H., a honra de me nomear Encarregado de Negócios em Bruxelas e no mês antecedente me Tinha Feito outra muito maior, Incumbindo-me do mais difícil, penoso e delicado trabalho que em Portugal ainda se fez – a Reforma Geral da Universidade, das Academias Militares e Civis e de todos os estabelecimentos de Instrução e Educação do Reino. Ansioso de partir para o meu destino, logo que fui despachado para a Bélgica, não o fiz por se exigir de meu zelo que primeiro fosse acabado aquele grande e importante trabalho, assegurando-se-me que em nenhum sentido eu podia ou devia perder de meus interesses pelo desempenho de tão distinta comissão. – Fiado nesta promessa, promessa que não tive por escrito (e agora vejo quanto errei em a não pedir) eu me dei todo quanto sou, e com o zelo e eficácia de que deu prova o resultado, ao desempenho daquele trabalho, que afinal tive o gosto de ver aprovado pela comissão que S. M. para isso Nomeara, e a satisfação de o depor completo, e quanto humanamente

<sup>58</sup> NM – “À Fazenda em 10 de Março”.



pode ser perfeito, aos Pés do meu Augusto Senhor, que de viva voz e por Portaria do Ministério do Reino se Dignou Agradecer-mo.

No entanto, e por estes motivos, o meu Decreto de Encarregado de Negócios só em Fevereiro seguinte se expediu e desta data é que eu reclamo os vencimentos competentes porque nessa (e antes dela se pudesse) eu teria partido se o Serviço Público e Serviço reputado maior e mais importante mo não impedissem.

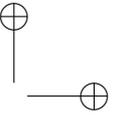
Quanto ao favor que pedi e me foi prometido de que os adiantamentos recebidos me não fossem descontados pela 5<sup>a</sup> p<sup>te</sup> dos futuros ordenados mas de uma vez encontrados numa insignificante parte da considerável dívida em que me está o Tesouro, eis aqui os meus fundamentos – 1<sup>o</sup>. Ter-se já feito esse favor a outro empregado diplomático. 2<sup>o</sup>. Terem aqueles ditos meus ordenados devidos sido vencidos em grande parte no Porto e nos Açores, e haverem, em iguais circunstâncias sido pagos a outros empregados. 3<sup>o</sup>. Não ter eu nada recebido do tempo que servi de Secretário na Missão especial que em 1832 foi enviada às Cortes de Londres, Paris e Madrid e cujo chefe era o Duque de Palmela. Estas considerações já tinham merecido ao antecessor de V. Ex.<sup>a</sup> que em ofício de 30 de Agosto último me anunciava que se tratava de satisfazer ao meu pedido.

Esta exposição é exacta e sincera. Não a fiz tão extensa em meu ofício n<sup>o</sup> 23 (a que foi resposta o n<sup>o</sup> 15 de V. Ex.<sup>a</sup>) porque eram notórios os factos alegados e os supunha constantes na Secretaria. Estou certo que V. Ex.<sup>a</sup> não hesitará em atender à minha razão. Servi e trabalhei fiado na boa fé de promessas que não eram puramente de graça e mercê, mas de equidade, e se é lícito dizê-lo, de justiça. E confio muito na de V. Ex.<sup>a</sup> que não duvidará fazer-me um favor que certamente se convencerá ser também justiça.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa 11 de Fevereiro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 38**

59

60

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

João Baptista Leitão d'Almeida Garrett pretende que se lhe abone o ordenado de Encarregado de Negócios desde 24 de Fevereiro 1834, data do Decreto da Sua nomeação, e não desde o dia da sua partida, alegando que se o não fez antes, foi por estar encarregado do trabalho da reforma Geral de todos os Estabelecimentos de Instrução em Portugal, e ter tido ordem de S. M. I. para não ir para o seu destino enquanto não concluísse aquele trabalho.

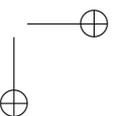
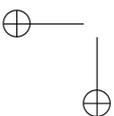
Nesta Secretaria de Estado nada consta em abono desta pretensão, antes pelo contrário existe nela uma Portaria dirigida ao dito Garrett, em 26 de Junho daquele ano, ordenando-lhe que partisse para Bruxelas no primeiro Paquete que se fizesse de vela, sob pena de perder o seu emprego, constando mais, como já se lhe disse, que ele recebeu o ordenado e emolumentos de oficial da Secretaria do Reino até ao fim do mês de Junho.

Em 17 de Fevereiro 1835

Monteverde

<sup>59</sup> Esta carta não está numerada. Embora não seja da autoria de Garrett está incluída neste conjunto.

<sup>60</sup> NM – “Ao Tesouro 10 Março 1835. Pode-se-lhe abonar quando estiver pronto a partir. Deve-se 546\$807 Rs”.



## CARTA 39

---

61Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tive a honra de enviar ao antecessor de V. Ex.<sup>a</sup> em data de 11 de Janeiro último, um relatório do acontecido desde a chegada de S. A. R. O Príncipe D. Augusto, Q. D. T. em G., às fronteiras da Bélgica, até à sua chegada a Inglaterra. Segundo aí referi e a V. Ex.<sup>a</sup> é notória como S. A. R. me fizesse a honra, à sua passagem por Bruxelas, de pousar em minha casa, e além disso, por dever meu, O fosse eu buscar às fronteiras, e O acompanhasse até Ostende, incorri em desembolso e despesas extraordinárias: e não tendo absolutamente meio algum de acorrer a tanto gasto, recorri, na aflição e aperto em que me vi, ao mesmo meio que noutra ocasião recorrera, sacando sobre o agente financeiro do Governo em Londres por duzentas Libras esterlinas.

Como tive a honra de acompanhar a S. A. R., deixei a minha residência no mesmo dia que ele, e ignoro ainda, ou não sei, pelo menos, bem certo se aquela soma chegará ou sobrá para todas as despesas feitas. Mas tendo agora de voltar à minha Missão, é do meu dever, para prevenir todas as eventualidades, rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva dizer-me se mereceu, como espero, a aprovação da Rainha, este passo que dei, abonando-se aquele dinheiro pedido, salvo o restituir ou receber eu a diferença que houver de excesso ou defeito depois de organizadas as contas.

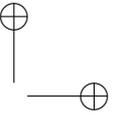
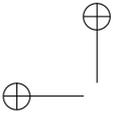
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Lisboa em 14 de Abril de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

JB. de Almeida Garrett

---

<sup>61</sup> Esta carta não está numerada.



**CARTA 40**

\_\_\_\_\_ 62

\_\_\_\_\_ 63

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Como V. Ex.<sup>a</sup> não foi por fim à Secretaria, e aí me disseram que a pasta com o expediente lhe fora mandada para casa, remeto por este modo a V. Ex.<sup>a</sup> o off.<sup>o</sup> de que esta manhã lhe falei.

De V. Ex.<sup>a</sup>

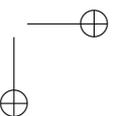
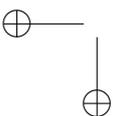
15 de Abril 1835

JB. de Almeida Garrett

---

<sup>62</sup> Esta carta não está numerada.

<sup>63</sup> NM – “III.<sup>mo</sup> Sr. Bayard. Se achar possível conceder-se este pedido, queira fazer as participações necessárias. Pode entrar em linha de conta com as despesas do M. de Ficalho e V.<sup>de</sup> de Sá”.



## CARTA 41

Nº 4<sup>64</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Desde o dia 20 do corrente, que aqui cheguei, demorei escrever a V. Ex.<sup>a</sup> porque o primeiro objecto de minhas comunicações devia ser o elevar ao conhecimento de S. Majestade que as Suas Ordens haviam sido cumpridas, e desempenhada a honrosa comissão, que Se Serviu Encarregar-me, de apresentar a S. Majestade El-Rei dos Belgas a Grã-Cruz da Sua Ordem de Cristo.

Pesa-me hoje ter de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> quão mal acolhida foi esta dádiva (o que me não surpreendeu) e que desde o dia vinte até ontem à noite, estive muito duvidoso se com efeito El-Rei a Aceitaria ou não. Mas como relatar todos os incidentes desta transacção seria longo; e a esta hora (2 da tarde) que chego ao Paço, não poderia, a não ser tão breve, alcançar a hora do Correio, contento-me por hoje de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que afinal consentiu El-Rei em receber da minha Mão a insígnia e Carta Régia que a acompanhava, decidindo o Ministro dos Negócios estrangeiros o não tomar nenhuma parte no acto.

No seguinte correio responderei igualmente aos muitos despachos de V. Ex.<sup>a</sup> que aqui achei à minha espera.

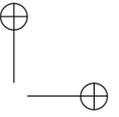
V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que há dois meses nasceu um Príncipe Real, com grande regozijo desta Corte, e sem dúvida se pode dizer, da maior parte da nação.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 26 de Maio 1835

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

JB de Almeida Garrett

<sup>64</sup> NM – “Responda-se que fico esperando a explicação deste ofício sem a qual não posso apresentá-lo à consideração de S. M. nem interpretar razoavelmente a sua significação” / “Resp.<sup>do</sup> em 12 de Junho de 1835”.



**CARTA 42**

N<sup>o</sup> 5<sup>65</sup>

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção (retardada pela minha ausência) do despacho circular de 29 de Novembro do ano passado, em que V. Ex.<sup>a</sup> me ordena a mais estrita vigilância no dar de passaportes tanto a nacionais como a estrangeiros.

Posso afiançar que eu sempre, tanto por mim como por meus subordinados, tenho tido e feito ter o maior escrúpulo em tais casos; e que por tanto as Ordens de S. Majestade não só serão pontualmente executadas, mas já de antemão estavam prevenidas pelo zelo desta Legação.

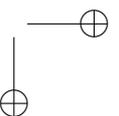
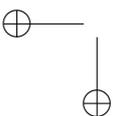
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 27 de Maio 1835

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

JB de Almeida Garrett

---

<sup>65</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 20 de Junho de 1835”.



## CARTA 43

N<sup>o</sup> 6<sup>66</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que durante a minha ausência se receberam nesta Legação os seguintes officios e despachos da Secretaria de Estado a cujo Ministério V. Ex.<sup>a</sup> preside: e permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que, por evitar repetições confusas, os vá enumerando, um a um, e acrescentando o seguimento que julguei dever dar-lhes, segundo as Reais Ordens; fazendo todavia excepção daqueles que, pela importância de seu objecto, demandam separada e mais extensa resposta.

N<sup>o</sup> 14 Os Despachos de n<sup>o</sup> 14 a 20 da 1<sup>a</sup> série do Ministério de V. Ex.<sup>a</sup>, anterior.

A n<sup>o</sup> 14 em 29 de Dezembro último, responderei devida e extensamente quanto à possibilidade de um tratado comercial com esta corte.

N<sup>o</sup> 15 Sobre dúvidas nas contas do meu ordenado, e sobre as mercês de ordens militares feitas a súbditos Belgas. Sobre um e outro objecto já respondi devidamente.

N<sup>o</sup> 16 Sobre um mapa dos empregados diplomáticos e consulares: a que já mandei proceder, e em breve subirá à Real Presença.

N<sup>o</sup> 17 Contém a Aprovação que S. Majestade se Dignou Dar ao que fiz relativamente à passagem de S. A. R. o Príncipe D. Augusto que E. S. P. D.

N<sup>o</sup> 18 Contém o relatório do desembarque do mesmo Augusto Senhor em Lisboa, e festividades que o seguiram.

N<sup>o</sup> 19 Comunica-me a aprovação das contas de despesas desta legação no 3<sup>o</sup>. e 4<sup>o</sup>. trimestres do ano próximo passado.

N<sup>o</sup> 20 Despacho circular abolindo as prestações para lutos.

<sup>66</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> em 20 de Junho de 1835”.

IIº. Os Despachos da série do Ministério do Sr. Duque de Palmela, de nº 1 a 14.

Nº 1 A comunicação da acessão daquele Ministro a este cargo.

Nº 2 Comunicação de mercês de pensões a inválidos Belgas: sobre a qual em separado.

Nº 3 Ordem para informar sobre as pretensões de Henry Chapman: sobre a qual em separado.

Nº 4 Decisão da pretensão de Carlos Guston Richter: que será devidamente comunicada ao interessado.

Nº 5 Ordem para subscrever a Enciclografia Médica: que está executada, e os números serão remetidos regularmente.

Nº 6 Transmissão da cópia da Portaria por que S. Majestade Mandou fixar um termo para as reclamações dos oficiais, e mais praças. Deu-se-lhe devida publicidade pelos jornais.

Nº 7 Ordem para o luto pelo falecimento de S. M. I. e R. Apostólica: a qual foi devidamente cumprida.

Nº 8 Comunicação da sentida morte de S. A. R. o Príncipe D. Augusto.

Nº 9 Relata os movimentos inconsiderados de alguns perturbadores da ordem pública na capital no dia 29 de Março último.

Nº 10 Comunicando a revogação da circular de 18 de Fevereiro relativa aos lutos de corte.

Nº 11 Falta. Há provavelmente engano no nº.

Nº 12 Abonando as despesas feitas por ocasião da passagem de S. A. R. o Príncipe D. Augusto, de Santa Memória, por esta residência.

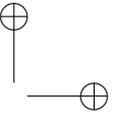
Nº 13 Remetendo um exemplar do discurso proferido por S. M. no encerramento das Cortes: a que se deu a devida publicidade.

Nº 14 Remetendo a carta autografada de S. M. a Rainha para S. M. El-Rei dos Belgas com a participação da chorada morte de S. A. R. o Príncipe D. Augusto de Santa Memória. Sobre a qual carta e sua entrega terei a honra de expor algumas observações em separado.

IIIº. Os despachos do Ministério de V. Ex.<sup>a</sup> (2ª série) de nº 1 a 2.

Nº 1 Comunicação de Haver S. M. Transferido a V. Ex.<sup>a</sup> do Ministério da Marinha para o que actualmente exerce.

Nº 2 Comunicando que de ora em diante serão remetidas todas as leis publicadas nesse reino.



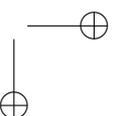
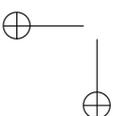
Repito que de todos estes despachos tomei miúdo e escrupuloso conhecimento, já para minha informação, e regular cumprimento das ordens que envolvem execução permanente, já para dar seguimento, como tenho dado, aos que por sua natureza o demandam.

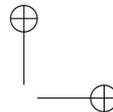
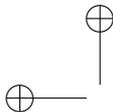
E destes, aos que precisam de mais especializada resposta a irei dando em separado; cumprindo-me todavia levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que é tal o estado de minha saúde, tão incomportável o trabalho desta Legação (e tão destituído eu de todos os meios e de toda a informação, pois V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não havia um papel no arquivo dela) que junto isto tudo a outros motivos e circunstâncias especiais em que me acho em relação a esta corte, e que mais devagar exporei a V. Ex.<sup>a</sup>, forçosamente hei-de ser lento, e porventura pouco exacto, na execução de meus deveres apesar do zelo que sempre me animou e excita no serviço de S. Majestade.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 28 de Maio 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 44

N<sup>o</sup> 7<sup>67</sup>

---

Com dois anexos<sup>68</sup>  
N<sup>o</sup> 1 a 2

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup> a lista das despesas desta Legação no 1<sup>o</sup> quartel do ano presente, a qual se eleva ao total de cento e noventa e nove mil e quinhentos e cinquenta e cinco Réis.

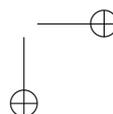
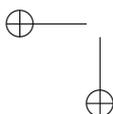
Junto igualmente as parcelas mandadas abonar pela circular de 8 de Abril pp. para os dois lutos de S. M. I. o Sr. Duque de Bragança, e de S. A. R. o Príncipe D. Augusto. A primeira destas parcelas tinha sido, por esquecimento, omitida nas Contas do 4<sup>o</sup> trimestre do ano pretérito.

Pelas adições da despesa do correio poderá V. Ex.<sup>a</sup> julgar quão enorme é o trabalho material desta repartição em que não há um dia que eu não seja perseguido com cartas de toda a parte (além das visitas pessoais) de oficiais e soldados que estiveram ao nosso serviço, as de suas viúvas, órfãos e parentes em todo o grau, que uns e outros pedem esmolas, pensões, informações, certidões, e quanto lhes parece. Nem pense V. Ex.<sup>a</sup> que se limita aos confins da Bélgica esta minha fatal correspondência, e estas terríveis visitas: da Holanda, da Prússia, da França mesmo, e dessa Alemanha tudo vem sobre mim. O Mi-

---

<sup>67</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 3 Julho”. / “Ao Tes.<sup>o</sup> [Tesouro] 25 de Agosto 1835”. / [a lápis] “Para ser examinado pelo Sr. Of. M.<sup>r</sup> [Oficial Mor]”.

<sup>68</sup> Não constam neste espólio. Com base neste ofício e, cremos, nos respectivos anexos, existe, no espólio, um memorando (pp. 142-143), que resume os pedidos apresentados e propõe decisões a tomar face aos mesmos.



nistro do Brasil que, na minha ausência, fez os bons ofícios costumados de Ministro da Corte parente, protesta ter tido mais que fazer nos três meses de minha licença com a nossa Legação do que nunca lhe dá a sua em três anos.

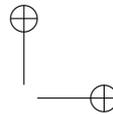
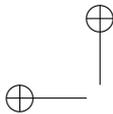
E desde já devo advertir a V. Ex.<sup>a</sup> que o próximo quartel que vai findar no cabo deste mês, trará ainda mais trabalho, e também mais despesa, pelo que as pensões concedidas por Decreto de 17 de Fevereiro a vários, têm excitado de esperanças, de ciúmes, e de reclamações. O gasto nesta Legação há-de, por estas circunstâncias especiais, elevar-se a muito mais do que aliás era natural, e não poderá ser regulado pelas despesas de qualquer outra Legação da mesma categoria, pois, segundo já por vezes tenho exposto a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Ministros seus antecessores, se exceptuar as Missões de Londres e Paris, em nenhuma outra portuguesa na Europa<sup>69</sup> há a metade do trabalho e negócios que nesta acodem, e que tanto mais pesam, quanto é menor e insignificante sua importância. E é providência que não haja aqui desses negócios graves, pois todo o tempo se vai irremediavelmente com estoutros a que não é possível escapar.

Desde o princípio deste ano foi necessário fazer uma despesa que eu até então tinha economizado ao Tesouro, qual a de um porteiro: mas os pagamentos que há a fazer, e a afluência dos pretendentes de toda a espécie fez tomar, durante a minha ausência, a resolução de o fazer; resolução que não pude deixar de aprovar à minha chegada.

E por esta ocasião me permite V. Ex.<sup>a</sup> que de novo reitere as minhas instantes súplicas a S. Majestade para que Se Digne conceder-me alguém que me auxilie neste trabalho, pois realmente se torna superior às minhas forças e às de qualquer homem. Não é a qualidade, é a quantidade: acredite V. Ex.<sup>a</sup> que não há uma palavra de exageração no que lhe digo; mas a estatística do trabalho desta insignificante secretaria faria estremecer a qualquer dos empregados Portugueses que não podem fazer ideia do que é, não só ouvir e falar a todos, mas ter de ler e responder às suas cartas.

Nem me parece que a despesa com um adido-secretário seria objecção: pois com o mesmo ordenado de um amanuense de 1<sup>a</sup> classe das Secretarias de Estado, que são 480\$ Rs poderia um homem só viver decentemente aqui, e porventura, quase certo, se pouparia alguma parte dessa despesa, nas que se

<sup>69</sup> “na Europa” [entrelinha superior].



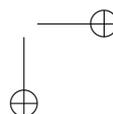
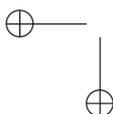
fazem na Secretaria por eu não poder acudir a tudo, e ter de me confiar em estranhos.

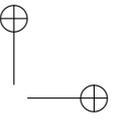
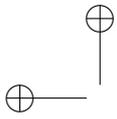
Em suma, não está esta pequena Legação na regra geral das suas iguais, mas em circunstâncias tão excepcionais que (a este respeito) se pode pôr acima de muitas superiores. Eu solenemente e pela minha palavra protesto a V. Ex.<sup>a</sup> que antes preferiria que passassem para outras mãos estes afazeres de incidente, pois que o trabalho diplomático nenhum é, e facilmente posso eu só com ele, nem preciso de ninguém para isso. Mas o zelo do Serviço de S. Majestade obriga-me a repisar este peditório.

Os objectos comerciais e de indústria, que são importantíssimos, é a que eu quisera dar agora o meu tempo e cuidados principais: e estou certo, sem a menor dúvida, que hei-de poder fazer muito serviço e bom, indicando, expondo – e ainda promovendo relações comerciais muito vantajosas para nós (e especialmente sobre este assunto escrevo em separado a V. Ex.<sup>a</sup>); mas sincera e lealmente, não tenho tempo, que todo me absorvem os negócios das partes, e o trabalho do expediente ordinário tão enfadonho quanto de nenhum proveito nem público nem dos mesmos pretendentes.

Dê V. Ex.<sup>a</sup>, por quem é, um momento da sua reflexão ao que lhe exponho; e confio que há-de conhecer quanto é exacto, convencendo-se facilmente que de uma tão pequena despesa como a que proponho, podem, e, estou seguro, hão-de resultar vantagens reais e que bem a valem.

Além de que, também creio que passados estes dois primeiros anos, e entrada esta Legação em causa ordinária, certamente e sem a menor dúvida, não se precisará aqui de mais que de um encarregado de negócios sem ninguém mais. E talvez ainda, se não foram as atenções e civilidades desta corte para com a nossa, bastaria um Cônsul Geral, – que todavia residisse em Antuérpia e não em Bruxelas, onde de nada pode servir. Este último arbítrio ofenderia mortalmente o Governo e a Nação – mas não seria nem mais económico nem melhor que o que tomaram outras Potências tendo um só Ministro acreditado nesta corte, na de Holanda e em Hamburgo, com um Cônsul-geral para todos os três estados também.



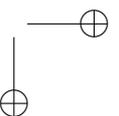
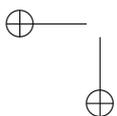


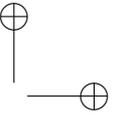
Peço perdão da digressão, que todavia poderá merecer para o futuro alguma atenção ao Governo de S. Majestade.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 6 de Junho 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett





**CARTA 45**

N<sup>o</sup> 8<sup>70</sup>

---

3 anexos  
N.<sup>os</sup> 1, 2 e 3<sup>71</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Tenho a honra de levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, para seguirem o competente destino, os inclusos requerimentos em que:

N<sup>o</sup> 1 Pierre Sauvage, pensionário Belga pede que lhe seja paga por uma vez somente uma quantia equivalente ao direito que tem à sua pensão vitalícia;

N<sup>o</sup> 2 Nathan Edouard faz igual súplica;

N<sup>o</sup> 3 Jean Joseph Wilgot faz igual súplica.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 6 de Junho 1835

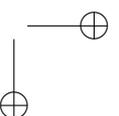
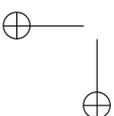
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

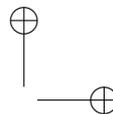
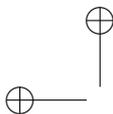
João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>70</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 26 Agosto 1835” / “À Guerra em 30 de Ag.<sup>o</sup> de 1835 com 3 documentos” / [a lápis] “Peça-se esclarecimentos e decisões ao Min.<sup>o</sup> da Guerra”.

<sup>71</sup> Não constam neste espólio.



**CARTA 46**Nº 9<sup>72</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Fiz entrega nas mãos de S. Majestade El-Rei dos Belgas da Carta de participação que Lhe Fez S. Majestade a Rainha da morte de Seu Augusto Esposo, e que V. Ex.<sup>a</sup> me remeteu em data de 24 de Abril do ano corrente.

Até o presente não tomou esta corte luto por S. A. Real.

Soube por confidência de um de meus colegas que se fizera algum queixume de que sendo este Governo o primeiro a nos obrigar com civilidades e obséquios, o nosso (dizem) lhos não tem retribuído, antes tem tratado esta corte como a de uma potência muito inferior e muito indiferente. O grande artigo de queixa é (segundo nesta mesma data digo a V. Ex.<sup>a</sup> em outro ofício) a questão das ordens militares.

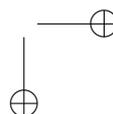
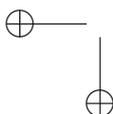
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 7 de Junho 1835

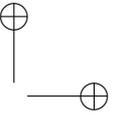
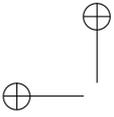
III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa-Real

João Baptista de Almeida Garrett

PS. Ao fechar deste ofício, vejo no Moniteur Belge que a corte toma luto de 11 dias por S. A. R. o Príncipe D. Augusto de saudosa memória.

<sup>72</sup> NM – “R. em 11 de Julho 1835” / [parcialmente escrita sobre o próprio texto]: “Responda-se que o objecto de que trata este ofício não deve ser tratado senão com toda a reserva e que não é fundado na minha opinião de maneira nenhuma a desconfinça que se supõe da parte do Governo de S. Majestade [...]”.





**CARTA 47**

Nº 10

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Conformemente com a ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, em ofício de 5 de Março (cuja recepção acusei já em 28 do mês passado sob nº 6) assinei a Enciclografia de Ciências Médicas desde o nº 29, que remeto.

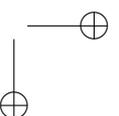
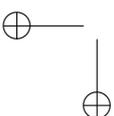
O preço é (segundo está impresso na capa) de francos 5:25 – a fl. 2:50 cts por cada volume, que lançarei em conta.

Tenho em meu poder mais 4 volumes, que irei remetendo, assim como os seguintes, à progressão.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 7 de Junho 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 48

Nº 11<sup>73</sup>

reservado

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Por diversas vezes tenho tido a satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e dos Sr. Ministros seus antecessores, para subir ao de Sua Majestade A Rainha Nossa Augusta Soberana, os muitos, repetidos e não equívocos testemunhos de cordial amizade, e sincera afeição que esta corte e Governo continuamente têm dado, tanto para com as Pessoas de S. Majestade e de Sua Augusta Família, como para com a Nação Portuguesa em geral. E folgo de poder afiançar a V. Ex.<sup>a</sup> que nisto os Soberanos e Governo Belga não faziam mais do que expressar e representar os sentimentos e voto universal de seus súbditos. Neste tão agradável estado de relações havia circunstâncias que, se é lícita a expressão, removiam toda a ideia de banalidade do que vulgarmente se chamam relações de boa amizade entre Potências que não têm um imediato e forte interesse que as una.

Entre estas circunstâncias era sem dúvida a primeira as ligações de estima e afecto que a Augusta Família de Portugal, quando quase toda refugiada em Paris aí formara com a da Rainha actual dos Belgas, Princesa cujas virtudes, raro merecimento, e transcendente instrução e talentos fazem a admiração de quantos têm a fortuna de a conhecer. Segunda, mas não secundária em influên-

<sup>73</sup> NM – “R. em 11 de Julho 1835” / “Ao Reino na m.<sup>ma</sup> data” / [a lápis] – “Qual das Secretarias costuma passar os diplomas da Ordem de S.<sup>ta</sup> Isabel? Será pela do reino ou directamente pela Rainha? Creio que se deve oferecer esta ordem à Rainha dos Belgas. Passe-se o Decreto da Comenda da Conceição para Mr. de Mullenauer com expressão de apreço e reconhecimento”.

cia, é certamente a bondade e lhaneza de coração de El-Rei, sua muito verdadeira devoção pela Pessoa e hoje ainda pela memória de S. Majestade Imperial que Deus tem em Glória, e seu vivo interesse pela causa constitucional em que os Portugueses tanto bem merecemos da Europa por nossos sacrifícios, perseverança e vitórias. Em último lugar enfim, mas não derradeiro, devo mencionar os estreitos vínculos e gratidão e benevolência que entre esta nação e a portuguesa se formaram pela longa residência das muitas famílias emigradas que aqui acharam aquela franca, generosa e proverbial hospitalidade flamenga, de que nenhum outro povo – nem os que mais nossos amigos se disseram sempre – nos deram nem mostra leve nos dias de nossa desgraça e abandono. Nem são pequenas provas desta verdade as quantiosas dívidas que os nossos aqui contraíram, das quais se bem o nosso Governo já fez embolsar quase todo o dinheiro, não está todavia pago o que valia mais que ele, a generosidade e confiança com que foi prestado. V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que, além desses auxílios particulares, os nossos os receberam também dos cofres públicos da Nação; e também saberá decerto que ainda devemos a este Governo uma soma não insignificante por equipamentos de soldados que do Serviço Belga passaram para o da Rainha Fidelíssima. E deve acrescentar, em honra da verdade, que se todos estes obséquios e favores lembravam ao benfeitor, era só para lhe fazer mais aceite o beneficiado (segundo tanto amiúde se vê) mas nunca percebi a menor indicação de que eles lembravam para se lançarem em cara.

Tendo eu pois tido a fortuna de fazer comunicações tão agradáveis, dobrado me pesa a amargura hoje o ter de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estão mui longe de ser actualmente os mesmos aqueles sentimentos de cordialidade e afecto. E se (o que Deus afaste) a desgraça ou a precisão nos tornasse a pôr em circunstâncias de recorrer à simpatia desta Nação, de quem tanto nos valemos, havíamos de achá-los bem diferentes e outros.

De que nos acusam pois, e quais são as queixas que de nós têm? Acusam-nos de ingratos, e de esquecermos na prosperidade os amigos do tempo do infortúnio, que agora desprezamos e tratamos de resto, enquanto somos todos deferências e obséquios para com aqueles que então nos desprezaram e agravaram. Bagatelas, insignificantes sem dúvida, mas a que em toda a parte, como a sinais de convenção se dá importância deram causa a estes queixumes, que tiveram sua origem na corte, mas que se estenderam pelo país, e se nacio-

nalizaram estendendo-se. O fundo de tudo é que El-Rei se sentiu muito de que em retribuição pelos extraordinários obséquios que, não só ele (note V. Ex.<sup>a</sup>) mas a Nação Belga toda fez a S. A. R. o Príncipe D. Augusto de Saudosa Memória, a nossa corte lhe enviasse a ordem de Cristo, que também não só ele mas todo o mundo aqui sabe quão pouco estimada é hoje dentro e fora do Reino, que nunca se enviou per si só a nenhum Soberano, que no mesmo grau em que a Ele se deu, não só muitas vezes antes, mas naquela mesma ocasião fora dada a pessoas de condição tão inferior à Sua, que em verdade maravilha fora se uma Testa coroada se não ofendesse da comparação. Nem a El-Rei (que silenciosamente e sem uma palavra recebeu a insígnia que lhe entreguei, conversando longamente, e com uma espécie de afectação, comigo sobre outros objectos) nem ao Ministro ouvi uma palavra que pudesse traduzir-se, nem retorto colio neste sentido, mas por vias seguras – e pela voz geral, pública, e de nenhum modo disfarçada, o conheci, nem me posso fazer ilusão sobre estas coisas.

Tenho dito quanto me sugeriu o desejo de desfazer uma opinião que no fundo de minha consciência, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que diga, não posso taxar de injusta. Disse que a ordem de Cristo era a primeira e mais nobre do Reino; a mais antiga porque herdeira e continuadora de toda a Glória da Cavalaria do Templo, cujo hábito, cores e bens adoptou, não chegando aquela a extinguir-se entre nós, apesar da Sentença do Sumo Pontífice, mas convertendo-se nesta. Disse estas e muitas outras coisas; mas respondeu-se-me: “que em todo o mundo não havia distinção que distinguisse tão pouco; que de Lisboa, do Rio-de-Janeiro, e até de Roma se espalhava e vulgarizava por toda a parte; e em suma que a não ser para mostrar a pouca conta em que nós tínhamos uma nação que tanto nos ajudara e obsequiara e um Soberano que ainda há pouco dera tão generosas provas de sua amizade (generoso, aludindo à rivalidade da eleição entre os dois Príncipes) na recepção do Esposo da Rainha Fidelíssima, não se podia saber por que motivo fora tratado o Rei dos Belgas como nenhum outro Soberano de grande ou pequena Potência ainda o fora pela nossa corte.”

O procedimento da corte de Madrid veio fazer ainda, pelo contraste, mais sensível a suposta injúria. A Rainha Regente enviou a El-Rei Leopoldo (haverá 2 meses) a ordem do Tosão de Ouro, a de Isabel Católica à Rainha, e a Grã-Cruz de Carlos III ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. “Comparem,

dizem os Belgas, o proceder da corte de Espanha que nada nos deve, com a de Portugal que tão obrigada nos é.”

Conhecendo bem o desagradável e obnoxio mister que faço em transmitir a V. Ex.<sup>a</sup> comunicações desta natureza, persuadi-me todavia que era forçoso dever não deixar ignorar ao meu Governo coisas que a mim me não parecem insignificantes – pois que se trata de sua honra, de o acusar de mesquinho e ingrato –; e a V. Ex.<sup>a</sup> fica dar-lhe o peso que julgar elas merecem. Devo todavia preveni-lo que, pelo receio – bem fundamentado – de que se venha a saber fora da Secretaria de Estado tudo o que aqui relato, modero e visto muitas expressões que originalmente tiveram outra energia e nudez. Mas também repito que toda esta acrimónia da opinião é estranha à corte e ao Governo que só manifestaram seu desgosto com um absoluto silêncio.

É certo porém que o Ministro dos Negócios Estrangeiros disse ao Encarregado de Negócios de Espanha que lhe pesava e pejava muito o ser-me dito quanto folgaria de que a Rainha Fidelíssima lhe desse a mesma prova de agradecimento que, por muito menores serviços dera ao Governador Ballio e não me lembra que outra autoridade de Bruges e Ostende, quando ele mais servira os Portugueses do que ninguém, obtendo do Governo (Belga), como Prefeito (Governador civil) que então era da Flandres ocidental, os socorros que os livraram da fome. – E o Secretário Geral, ou Oficial Maior dos NN Estrangeiros, esse a mim directamente me disse que El-Rei por obsequiar o Ministro lhe dera a comissão de vir trazer ao Príncipe de Portugal (como de facto trouxe e a V. Ex. o relatei em meu ofício de 10 de Janeiro último) a Grã-Cruz da Sua ordem, esperando, ele El-Rei, que a Rainha Fidelíssima desse ao seu Ministro o costumado testemunho de agradecimento. “Mas (acrescenta o oficial maior) foi o Sr. Mendizabal, nós bem o sabemos, quem fez dar as condecorações às Autoridades de Ostende et c’est là que. . .” não imagino como acabaria esta frase: mas confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que a minha posição em Bruxelas, desde que por desgraça minha aqui passou S. A R., é bem humilhante e desagradável.

Se V. Ex.<sup>a</sup> não conhecesse tão bem o que é o mundo e as frivolidades e pequenezas de seus maiores homens, e quanto os mais ridículos motivos influem e predominam nas coisas mais graves, – eu hesitaria, talvez teria vergonha de lhe dizer que por causa de umas tristes fitas não me atrevo nem sei falar a este Governo em um objecto que me parece tão importante – que sempre supus fácil de arranjar – e em que tinha eu um gosto e empenho especial, e do qual,

quando concluído estou seguro que V. Ex.<sup>a</sup> também havia, senão já, para o futuro ao menos, derivar grande satisfação. Quero falar do tratado comercial de que mais de uma vez tenho tido a honra de entreter a V. Ex.<sup>a</sup>, e sobre o qual, em seu ofício n.º 2 em data de 29 de Dezembro do ano passado, V. Ex.<sup>a</sup> me autorizou por ordem da Rainha a dar alguns passos preliminares.

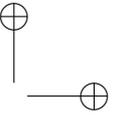
Bem sei que se não trataria por ora, nem deve, senão de sondar quais seriam as intenções do Governo a este respeito. Mas para isto mesmo é preciso ser bem aceite, bem acolhido, estar na posição em que eu me achava antes que esta corte se julgasse ofendida da nossa. Certo de ser mal escutado, não ousei falar, e aguardarei novas ordens da Rainha, que muito rogo a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de me transmitir.

Mas se é dado a um servidor fiel, só movido pelo zelo da glória do seu Soberano e do interesse da Nação que serve, propor um arbítrio que em seu conceito reúne à justiça a prudência e a utilidade ao decoro, eu tomaria a liberdade de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que de um modo muito fácil e simples sem parecer ceder ou conceder, sem dar a menor ideia de que se quis transigir num ponto que seja, se poderia restabelecer perfeitamente a antiga harmonia; e ainda mais que El-Rei Leopoldo tiraria tão penhorado, e mais, como se a nossa corte inventasse um novo género de distinção para o obsequiar a ele. Este meio era que S. Majestade a Rainha enviasse à Rainha dos Belgas uma das ordens que se costumam dar a Damas – e creio que são as de Sta Isabel e da Conceição – do mesmo modo que fez a corte de Espanha e com que El-Rei se pagou infinito, e agora muito mais que pelo nascimento de um herdeiro de seu trono e de seu nome, se lhe tornou dobrado cara a Augusta Esposa que ele e seu povo estimam à porfia.

Apesar de que esperou mais, e que outras cortes o acostumaram a mais, também estou seguro que M. de Mulenner se contentará, e pagará muito de uma comenda de qualquer das nossas Ordens. Pelo menos sei com certeza que El-Rei não espera mais nem pretende mais para o seu ministro.

Ignorante dos motivos que S. Majestade a Rainha Pode ter tido para o procedimento que houve com esta corte, eu em minha humilde opinião ousou julgar digno Dela e de Seu Governo este arbítrio que mui respeitosamente proponho.

Em qualquer caso porém espero que justiça será feita aos motivos de minhas instâncias e representações que são os mesmos que sempre actuaram em

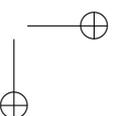
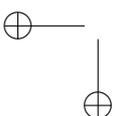


todas as acções da minha vida, o amor da minha pátria e o zelo pelo seu nome e interesses.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 7 de Junho 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 49

N.º 12<sup>74</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Em meu ofício (sob n.º 6) em data de 28 de Maio último acusei recepção do despacho do Ministério a que V. Ex.<sup>a</sup> hoje preside em data de 20 de Fevereiro (sob n.º 2) pelo qual se me manda efectuar o pagamento das pensões constantes da lista nele inclusa.

Posto que nem<sup>75</sup> o dito ofício nem a lista apensa mencionem os prazos ou o modo de se verificar o dito pagamento, pareceu-me que deveria seguir o sistema dos quartéis geralmente adoptado, e assim resolvi fazê-lo, avisando os interessados.

E usando da autorização que o dito ofício me dava, saquei sobre Carbonell pela quantia de cem libras esterlinas, cujo equivalente em francos ou florins<sup>76</sup> faz pouco mais ou menos a soma necessária para o pagamento dos dois primeiros quartéis daquelas pensões. Verificado o seu líquido produto pelo banqueiro Engler e C.<sup>a</sup> desta cidade, que negociou a minha letra, lançá-lo-ei a crédito do Tesouro.

Aproveito mais esta ocasião para de novo suplicar muito fervorosamente a S. Majestade Se Digne Dar-me alguém que me auxilie no recrescente trabalho desta Legação. Não há dia que eu não tenha de escrever dez ou doze ofícios e cartas de avisos, de respostas a reclamações, de negociações pequenas, insignificantes, mas que é forçoso escrever, registar, selar, sobrescritar: e nem há força nem tempo que para tal chegue. Acresce demais uma escrituração mercantil, contas de câmbios e reduções que as anomalias da moeda do país tornam mais enfadonhas e longas do que nenhuma; acresce que é preciso fa-

<sup>74</sup> NM – “Examinar se carece de alguma resposta” / “R. em 11 de Julho 1835”.

<sup>75</sup> “nem” [entrelinha superior].

<sup>76</sup> “ou florins” [entrelinha superior].

zer pagamentos, lavrar recibos, chamar e pagar e aturar intérpretes, porque as classes baixas deste país não falam senão Flamengo, e a maior parte dos soldados que serviram na Legião Belga são Alemães e Holandeses, cuja língua eu entendo um pouco nos livros mas de nenhum modo posso interpretar na escrita, e menos falar ou entender quando falada. E enquanto os meus colegas aqui todos têm adidos e secretários sem terem, uns ou outros, nada que fazer, a desgraçada Legação de Portugal que por si só dá mais trabalho que as outras todas juntas não tem senão um miserável chefe, pobre, mal pago, endividado, fazendo gratuitamente o trabalho do consulado geral, e trabalhando noite e dia, como o menor dos amanuenses de uma estação ínfima do Estado.

Custa-me e amarga-me certamente ser condenado ao trabalho braçal que inutiliza e destrói essa tal qual capacidade mental que Deus me deu e que algum estudo fecundou talvez; mas pesa-me, sobretudo, e rogo a V. Ex.<sup>a</sup> que me creia, porque é verdade, que eu não possa da minha residência neste interessante país tirar para a minha pátria algumas das vantagens que me lisonjeei poder tirar.

Em Portugal ignora-se, e certamente se não tiram vantagens do extraordinário estado de indústria fabril, agrícola e comercial deste pequeno reino. Eu vejo e sinto o que se podia fazer, tomara poder ocupar-me disso; e estou certo que o havia de fazer com proveito; mas infelizmente não posso.

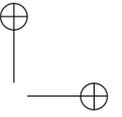
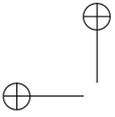
Quis, e comecei a, formar um relatório do sistema e formas administrativas que aqui rege, e é tão superior ao Francês, que nós tomámos por modelo, quanto o fizeram as combinações e métodos prussianos e indígenas, que àquele se juntaram para produzir este. Não entrava neste empenho decerto o amor próprio (que não podia); nem o desejo de recompensas (que nunca serviço ou trabalho meu jamais<sup>77</sup> as mereceu); senão zelo pelo meu país; e não me parecia podê-lo aplicar melhor no estado actual dele.

A tudo tenho renunciado para me condenar ao serviço material que urge e que é forçoso fazer.

Não pense V. Ex.<sup>a</sup> que me queixo, ou lastimo: refiro estas circunstâncias porque me parece que o Serviço de S. Majestade ganharia com se adoptar ou-

---

<sup>77</sup> “jamais” [entrelinha superior].

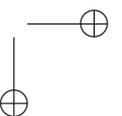
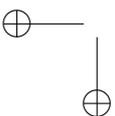


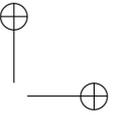
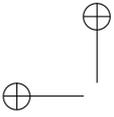
tro arbítrio: não que eu individualmente tenha que perder ou ganhar na mudança; tão resignado tão humildemente resignado estou a tudo.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Bruxelas em 8 de Junho 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett





**CARTA 50**

N.º 13<sup>78</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Julgo dever levar ao conhecimento do Governo de S. Majestade que no dia 28 do mês passado se me apresentou o Conde de Viana com passaporte para si e sua esposa passado pelo nosso Ministro em Paris, a fim de que lho visasse para Holanda, o que não julguei poder recusar; e do mesmo modo e pelo mesmo motivo o concedi a João Carlos da Horta Telles Machado para igual destino.

Hoje porém sou informado que não só estes, mas muitos outros Portugueses e Espanhóis por várias vias e modos se têm ido reunir a Amesterdão, onde, com protecção do Governo, se ocupam de intrigas políticas no interesse do usurpador de Portugal e do Pretendente de Espanha.

Falto de meios e recursos, retirado (e agora malvisto pelos motivos que tenho exposto) nesta corte, não posso facilmente saber mais: mas continuarei quanto mo permitir a penúria em que vivo, e o incessante trabalho em que laboro, a diligenciar quanta informação puder para a fazer chegar a V. Ex.<sup>a</sup>. Em Antuérpia temos um excelente e zeloso V. Cônsul que de tudo me informaria com exactidão quanto se meditasse em Holanda; mas não tendo de que dispor, e receoso de não ser aprovado, não ousou autorizá-lo a fazer diligências algumas, porque haviam de custar despesas.

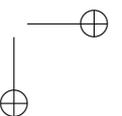
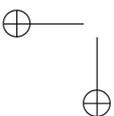
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 8 de Junho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Villa Real

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>78</sup> NM – “R. em 11 de Julho 1835”.



## CARTA 51

N.º 14<sup>79</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar recepção de duas circulares de V. Ex.<sup>a</sup>; na primeira das quais, sob n.º 1, e em 27 de Maio último, V. Ex.<sup>a</sup> me comunica que S. M. Havendo Sido Servida mudar o Seu Ministério, o Nomeara, por Decreto daquela data, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; na Segunda, sob n.º 2, em data de 30 do mesmo mês, se contém uma exposição dos princípios que professa o Ministério e que servem de base à actual administração.

Farei, e já tenho feito quanto posso, o uso que se me ordena, de tão satisfatórias indicações. Por esta ocasião todavia devo repetir, para descargo de minha consciência, o que por muitas vezes tenho exposto aos Srs. Ministros Antecessores de V. Ex.<sup>a</sup>. Situado como eu aqui estou, não tem S. M. um Agente diplomático mais inútil, nem a Nação paga dinheiro que mais deva chorar do que o miserável e mesquinho ordenado que eu percebo.

Tendo imenso que fazer materialmente, levo os meus dias a copiar e escrever cartas e ofícios de nenhuma importância, mas de volume e tempo. Mal posso ver alguém ou alguma coisa; e se por grande acaso me é livre fazê-lo, retém-me a vergonha de aparecer diante dos meus colegas – todos bem pagos, e todos conservando a decente aparência de seus lugares, – com a libré da pobreza que sou forçado a trazer. As ideias que da barateza de Bruxelas levaram para Portugal os emigrados que viviam como tais, e muito bem, por pouco, fazem crer talvez a V. Ex.<sup>a</sup> que com cento e tantas libras por trimestre [meu actual ordenado]<sup>80</sup>, quer dizer, com menos de mil francos por mês, é possível viver com alguma decência nesta corte. Eu, apesar do risco de ser reputado pouco verdadeiro, dou contudo a V. Ex.<sup>a</sup> a minha solene palavra de

<sup>79</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 22 Julho”.

<sup>80</sup> Acrescentado à margem.

honra que é impossível. Se eu pudesse recusar os jantares a que me convidam, os convites de El-Rei, os dos meus colegas, – se pudesse ir a pé a toda a parte, e afastar-me totalmente da sociedade, certamente viveria muito bem (porque tenho pessoalmente poucas precisões) com o que me arbitraram. Mas fazendo-o assim (como de facto estou fazendo desde que, em prémio de meus serviços de 14 anos, e de todos os sacrifícios que fiz pela causa da Liberdade do meu País e da Legitimidade do meu Soberano, fui privado de meu pobre ordenado de oficial da Secretaria – enquanto tantos empregados têm 2 e 3 pingues lugares) fazendo-o assim digo, de que sirvo eu aqui? Desacredito o Governo que represento, e em nada lhe presto. Pode o mundo dar mil voltas, que eu as não sei; podem os interesses comerciais (em minha humilde opinião os primeiros e quase únicos de que aqui se pode e deve ocupar a Legação de Portugal) reclamar a minha atenção e cuidado; – que nada eu sei ou posso fazer, porque nem tenho tempo nem meios de ver ninguém. Junte-se a tudo isto o desfavor e quase malquerença com que (pelas razões expostas em meu officio n.º 11) geralmente sou visto, e verá V. Ex.<sup>a</sup> que não amplifico em dizer que pelo modo actual, a despesa que se faz com esta pobre missão é puro desperdício. Ninguém pode melhor do que V. Ex.<sup>a</sup> apreciar a exacção destas observações. Ninguém conhece melhor a rigorosa verdade do cálculo que tenho feito e que resumido em poucas e simples expressões é – que com a adição de mais uma bagatela, a qualquer título, sobre os meus vencimentos actuais, e com um adido para me auxiliar, e deixar tempo para alguma coisa útil – desta missão se poderia tirar muito proveito; e que a falta desta bagatela torna inútil a muito maior despesa que já se faz: a questão pois seria – se vale mais gastar dez inutilmente, ou doze com proveito. A mim não me parece poder haver dúvida na opção. E não sei explicar a repugnância e dificuldades que tenho achado, senão em erro e falta minha, que não tenho sabido expor a questão de modo que merecesse a atenção e resolvesse a Decisão de S. M.

Posto que, já de muito, resignado ao desprezo com que sempre têm sido tratados meus pobres serviços – com tanto zelo e devoção prestados – posto que me tivesse conformado com o permanente e diário espectáculo de ver repartir graças e mercês a todos os que comigo partilharam a honra (e o peso) não só de permanecer fiéis na hora do perigo e da tentação, mas de arriscar a vida, a fortuna e tudo pela causa da Rainha, sem que o mínimo testemunho de aprovação pública da parte do Governo, que tão generoso é com todos os mais,

chegue até um pobre homem de letras que não ficou todavia para trás, nem se acolheu ao seu gabinete quando foi preciso servir com o corpo: – resignado, digo, como estou há muito, a tudo isto, e a contentar-me com o testemunho da minha consciência, que me não engana na compensação; não pude contudo deixar de ver um vislumbre de melhor esperança no § da circular de V. Ex.<sup>a</sup>, sob n.º 2, em que tão afirmadamente se promete que as graças e empregos serão distribuídos com consideração, como é justo, aos serviços prestados à Rainha e à Carta.

Não me toca de certo a mim o ser juiz ou avaliador de meus próprios serviços: mas não há modéstia humana, não há humildade e desinteresse que se não revolte com a ideia de ver premiar a todos – a muitos que pouco serviram – a muitos que nada serviram – e ver-se excluído, único, quase marcado com a barra sinistra de bastardia entre todos os filhos da Pátria.

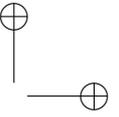
Se pois eu cometi falta ou crime, que assim me coloque numa excepção, odiosa para com o Governo da Minha Soberana, por quem tenho dado fortuna, honra e vida, – e ao mesmo tempo desonrada e de descrédito para com os meus compatriotas e para com os próprios estrangeiros; – melhor valeria, e mais justo fora que por essas faltas ou crimes (que ignoro) eu fosse julgado e castigado. Mas a consciência me não acusa de nada: e não sei explicar a minha infelicidade senão por azo de pouca fortuna, e por falta de protecção amiga que faça valer a justiça – justiça que, per si só e sem amparo, mal pode ver-se – quanto mais atender-se.

Se pois uma lealdade provada, uma firmeza, com moderação, de princípios, uma conduta irrepreensível, e tanta devoção e zelo e padecimentos merecerem a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de fazer valer perante S. M. os meus humildes serviços, confio que eles enfim merecerão algum testemunho público de Sua Real aprovação.

Este favor tomo a liberdade de rogar a V. Ex.<sup>a</sup>, se julgar que o mereço.  
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 23 de Junho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett.



**CARTA 52**

N.º 15<sup>81</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Neste momento recebo um ofício do nosso V. Cônsul em Ostende participando-me a chegada do navio Mary com 108 soldados licenciados do exército português; dos quais 44, Belgas, tiveram permissão do Governo para desembarcar: aos outros se não consente. Como nenhuma ordem recebi de S. Magestade, ou instruções sobre o que em tal caso devo fazer – hesito, e receio muito desgosto e desagradáveis procedimentos: o que de certo eu teria prevenido se o Governo me tivesse honrado com alg.<sup>a</sup> comunicação prévia, ou com suas ordens. Vou fazer todas as diligências para remediar, se puder, este contratempo. Os homens estão nus – esfomeados, e (o que pior é) sem papéis nem título algum que os legalize.

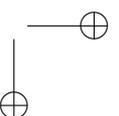
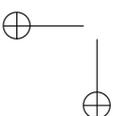
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 26 de Junho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>81</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 22 Julho”.



## CARTA 53

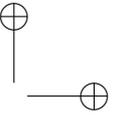
N.º 16<sup>82</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Em 26 do mês passado, e no momento em que escrevia a V. Ex.<sup>a</sup> o meu ofício daquela data, sob n.º 15, vinha do Ministério dos Negócios Estrangeiros de ter uma longa e desagradável conferência sobre a questão do desembarque dos soldados vindos pelo navio Mary. Os fundamentos principais deste Governo eram que, não sendo súbditos seus, não tinham obrigação nenhuma de os receber, nem nós direito algum de lhos mandar; que as leis do país proibiam a entrada de estrangeiros sem profissão nem meios de subsistência etc. etc.; que demais o estado em que eles vinham era tal, que a Municipalidade de Ostende os não deixaria desembarcar, ainda quando o Governo o permitisse. Estes infelizes com efeito chegaram podres de sarna e outros contágios, quase todos nus, metido o corpo dentro de sacos por eles furtados ao capitão do navio, porque tudo o mais venderam em Lisboa antes de partir (suponho eu); – além disso sem títulos ou papéis que os legitimem: dizendo eles mesmos a quem os quer ouvir que pela maior parte saíram das prisões e das galés. – Conhecia eu a verdade destas circunstâncias porque a informação do Governo não só coincide com o que disseram os jornais, mas com os relatórios do nosso cônsul a mim, e com os do cônsul inglês a Sir Robert Adair: e dando portanto razão ao

<sup>82</sup> NM [escrito a lápis] – “Acusar a recepção e aprovar o arbítrio que tomou mas não a [?] que dá a este negócio nem a inferência que tira da falta de instruções a este respeito. Estes homens tinham sido recrutados na Bélgica e era natural portanto conduzi-los para o ponto de onde vieram. O fretamento do navio, despedida destes homens, etc., tudo corre por outra repartição que não é a dos Negócios Estrangeiros nem tivemos notícias da sua partida, além do que muitos e muitos outros navios carregados da mesma gente para Inglaterra e França têm ido sem encontrar dificuldades. E quanto à miséria e estado em que vão parece impossível que o Sr. Garrett que os viu no Porto e aqui e conheceu as suas manhas estranhe isso que é efeito inevitável da má conduta daqueles indivíduos.” / “Resp.<sup>do</sup> 22 Julho”.

Governo Belga, no fundo da minha consciência; – ou pelo menos ignorando, como ignoro, quaisquer convenções que entre ele e o nosso possam ter sido feitas na ocasião do alistamento, e as quais me dessem lugar a estabelecer um caso excepcional (como creio que este é); fiz contudo todo o empenho por convencer o Ministro que devia deixá-los desembarcar, evadindo com quanto subterfúgio imaginei, as razões que me ele dava e que eu não podia deixar de achar boas. Contudo eu teria arranjado este negócio facilmente se a minha posição a respeito deste Governo e Corte fosse a mesma que era há seis meses. Desanimei com a frieza e persistência inflexível que achei, e vindo a casa escrever a V. Ex.<sup>a</sup> o curto<sup>83</sup> ofício de 26 do passado, – dirigi-me logo, para guia e conselho, ao meu ilustre amigo Sir Robert Adair para ver se de algum modo podia consertar o caso. – “Que instruções tem do seu Governo”? foram as primeiras palavras que me disse. – Respondi que o negócio parecera tão corrente e ordinário, que o Governo de S. M. não tinha julgado necessário falar-me dele. Mas não o deixei convencido com esta resposta; e o pior é que este novo facto confirmou a opinião aqui recebida de que eu não mereço do Governo de S. M. a confiança que é necessária em um agente seu. – Afinal, e depois de muito consultar, propôs o Ministro inglês, e eu pareceu-me dever aprovar, que mandássemos seguir o navio para Londres, onde, por ocasião dos alistamentos que ali se fazem para o serviço de S. M. Católica, se acharia boa saída a estes homens. Em consequência e de acordo também com o Governo Belga, officiei eu ao nosso Cônsul em Ostende, o Governo às suas autoridades, e o ministro inglês ao seu cônsul, para que de comum acordo se arranjasse este negócio. Na mesma ocasião officiei ao nosso Ministro em Londres participando-lhe o que se havia feito e pedindo-lhe a sua cooperação para se ultimar do melhor modo. Ao dito nosso V. Cônsul em Ostende autorizei a fazer as despesas estrita e absolutamente necessárias para prover aqueles miseráveis; e outrossim a fazer um ajuste com o capitão do navio para os transportar a Londres, onde o preço convindo-lhe seria pago pelo nosso Cônsul ali, com aviso do referido cônsul de Ostende ao de Londres. Até ao presente não recebi parte de estar executada esta ordem, mas tenho toda a razão de crer que o foi ou o está sendo. No meio das dificuldades em que me vi, não me parece que podia tomar melhor arbítrio – nem melhor nem outro. E folgo de me persuadir que ele merecerá a aprovação de S. M.

<sup>83</sup> “curto” [entrelinha superior].

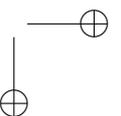
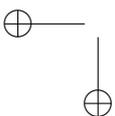


Talvez V. Ex.<sup>a</sup> duvidará acreditar que em toda a minha vida ainda não passei por mais desagradável transacção, nem jamais tive tanta ansiedade e trabalho. Do que tudo me darei todavia por bem pago se merecer a aprovação que espero.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 2 de Julho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 54

N.º 17<sup>84</sup>

um anexo

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Cumprindo com o que S. Majestade Foi Servida Ordenar-me, e V. Ex.<sup>a</sup> me comunicou em despacho de 20 de Maio do ano corrente, sob n.º 3, a respeito das reclamações dos Soldados Belgas, que eu elevara à Sua Presença em officio que a V. Ex.<sup>a</sup> tive a honra de dirigir, sob n.º 26, em 27 de Dezembro último: fiz convocar uma Junta de facultativos e intimar, pelos jornais, aos interessados para que apparecessem em dia aprazado, a fim de se constatar a gravidade de suas feridas ou lesões.

Verificou-se este acto no dia 4 do corrente mês, sendo por mim encarregados do exame médico-legal o Dr. Jacquelas primeiro médico da Câmara de S. M. O Rei dos Belgas, e o Dr. Vancujk graduado em cirurgia e medicina; e assistindo eu e tomando a parte que podia no exame como fiscal<sup>85</sup>. O resultado das conferências da Junta vai, por anexo; e dele fica duplicado no arquivo da Legação.

Assistiu um intérprete da língua holandesa, outro da flamenga, por ignorarem quase todos os interessados a francesa; e eu quase nada, e os facultativos imperfeitamente, poderem falar as outras.

Reclamou vivamente, mas não foi atendido o Sargento Beldus (André).

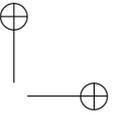
Não compareceu o Soldado Canny (Pedro).

Apareceu, de novo, o Soldado Rutten (João), cego, e recolhido há 2 anos num depósito de mendicidade, pelo que até agora não reclamara; e por tão<sup>86</sup>

<sup>84</sup> NM [a lápis] – “Comunique-se ao Ministério da Guerra” / “R.º em 30 de Julho 1835”.

<sup>85</sup> “como fiscal” [entrelinha superior].

<sup>86</sup> “tão” [entrelinha superior].



justos motivos me pareceu dever aceitar agora sua reclamação, e incluí-lo nesta lista, posto que não fora na de 27 de Dezembro de 1834.

Quase todos estes homens vivem na mais deplorável miséria, sustentados pela caridade pública, ou das municipalidades, desde que, por falta de autorização, lhes suspendi os subsídios provisórios com que aos primeiros tempos acudi a seu abandono.

Por esta ocasião, e porque a alguns deles foi necessário suprir com algum grosseiro vestido com que viessem à junta, julguei dever socorrê-los com algum parco auxílio; e assim lhes<sup>87</sup> dei, segundo a necessidade maior ou menor de cada um, de 25 a 5 florins, por uma vez somente.

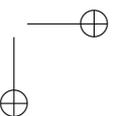
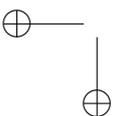
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 5 de Julho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>87</sup> “lhes” [entrelinha superior]



## CARTA 55

N.º 18<sup>88</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar recepção de dois despachos de V. Ex.<sup>a</sup> em 12 (sob n.º 3) e em 13 (sob n.º 4) de Junho último: no primeiro dos quais V. Ex.<sup>a</sup> me anuncia ficar esperando a explicação necessária ao meu ofício de 26 de Maio pp. – explicação que amplamente já dei nos subsequentes ofícios de 7 de Junho sob n.ºs 9 e 11: e no segundo deles me remeteu duas cartas (particulares, julgo eu?) uma de S. M. A Rainha para S. M. A Rainha dos Belgas, outra de S. M. B. A Imperatriz Viúva para a mesma Augusta Pessoa. As quais ambas fiz chegar a Seu Alto Destino, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

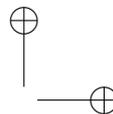
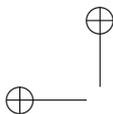
Antes de ontem fez a sua apresentação nesta corte Msr. Gizzi, enviado pela Santa Sé para residir nesta corte com o carácter de Internúncio. Desde a separação desta parte dos Países Baixos, é o primeiro ministro que a corte de Roma aqui envia: pretende-se dar a entender que a sua missão é toda temporal e só como de Soberano a Soberano.

Amanhã há no Ministério dos Negócios Estrangeiros um jantar diplomático (de que só eu fui excluído) em obséquio do novo Internúncio. Não sei qual será o pretexto da exclusão, que me parece ofensiva (não de certo à minha humilde pessoa); mas estou bem seguro que o motivo é o geral que longamente expus em meu ofício de 7 de Junho pp. sob n.º 11, e que já me tem excluído de todos os jantares do Paço que desde a minha chegada tem havido e a que têm sido convidados todos os outros membros do corpo diplomático.

Conquanto a pobreza – a miséria em que vivo me fazem pessoalmente folgar com estas exclusões, receio que elas sejam desairosas ao Soberano Que tenho a honra de servir, e ao Governo que represento. Inteiramente destituído de todos os meios de as evitar, ou as ressentir, nem sequer de as disfarçar e ocultar, escondo-me em minha pobre casa e não ousou aparecer em público.

---

<sup>88</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 26 Ag.<sup>to</sup>”.



Não me sendo absolutamente possível viver decentemente com meu escasso ordenado, nem ainda crescendo-lhe os sacrifícios que estou fazendo, de meu módico património, no Serviço de S. Majestade, e tendo além disso todas as horas do dia e boa parte da noite ocupadas com o serviço braçal da Legação, repito que nada me pesa, antes muito me convêm, não me ver forçado a despesas com que me endivido, e que absorvem os pequenos restos de minha fortuna que, na ocupação da ilha Terceira, escaparam ao sacrifício geral por nós feito à causa da Liberdade e do Trono; sacrifícios, que de nenhum modo choro, nem quando agora desprezados, mas que me impossibilitam de os fazer novos, como eu quisera.<sup>89</sup>

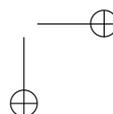
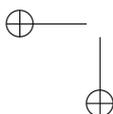
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 7 de Julho de 1835

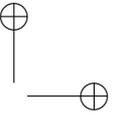
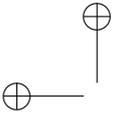
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>89</sup> Com base nos ofícios 18 e 19, existe, no espólio, um memorando não assinado (p. 181), que resume a situação apresentada por Garrett, bem como, escrito à margem, o seguimento dado.





CARTA 56

N.º 19<sup>90</sup>

---

2 anexos  
1.º e 2.º.

---

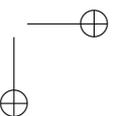
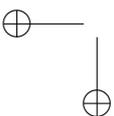
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Em execução das Ordens de S. Majestade, que V. Ex.<sup>a</sup> me fez a honra de comunicar por Despacho circular de 3 de Janeiro pp. remeto, por anexos – 1.º e 2.º – a lista do pessoal dos indivíduos de que se compõe esta missão assim como dos Cônsules e Vice Cônsules de Portugal que existem neste reino.

Por esta ocasião seja-me de novo permitido e em descargo consciencioso de meu Dever, o lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que as nossas relações comerciais, que tão extensas e importantes podiam ser (e já o foram) com este país e por via dele, com a melhor parte da Alemanha e muito da Suíça, deperecem a olhos vistos por falta de quem delas se ocupe. Ou um Cônsul Geral, Português de nação e pago, que resida em Antuérpia; ou um adido secretário nesta Legação que possa encarregar-se do trabalho do consulado geral, e fazer a correição comercial e industrial do país, instruindo-se a si, e habilitando-se para informar o Governo e o comércio português, – um ou outro é um desiderandum indispensável neste país. Sem ele, em minha humilde opinião, até é nula e desperdiçada a despesa que aqui fazemos com uma Missão – que deste modo podia fazer muito – e sem estes meios para nada serve.

---

<sup>90</sup> NM – “Acc.<sup>do</sup> 25 Ag.<sup>to</sup>”.



V. Ex.<sup>a</sup> desculpará ao meu zelo o repisar tanto sobre este mesmo assunto, e fará justiça aos sentimentos que me forçam a ser importuno.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 9 de Julho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

### Anexo 1

## RELAÇÃO DO PESSOAL NO SERVIÇO DE S. MAJESTADE FIDELÍSSIMA NA BÉLGICA

### Legação de Bruxelas

Nome, em- prego e antiguidade	Comissões extraor- dinárias	Serviços Ex- traordinários	Remunera- ção que houve
João Baptista de Almeida Garrett; Encarregado de Negócios. <u>3 anos</u> no ser- viço diplomá- tico Por ordem de 19 de Novem- bro de 1832	1 <sup>a</sup> – Encarregado da Direcção da Reparti- ção de Instrução Pú- blica no ministério do Reino; por aviso de ... Agosto 1822. 2 <sup>a</sup> – De vários traba- lhos na Secretaria da Embaixada em Lon- dres por ordem ex- pressa de S. M. a	1 <sup>o</sup> Assentou praça como voluntário no batalhão de caçadores que na numeração do exército deveria tomar a n <sup>o</sup> 13, do qual passou, por ordem	Nenhuma até 9 de Julho de 1835.

<p>começou a servir como secretário na Missão especial enviada junto às Cortes de Londres, Paris e Madrid por decreto de 18 do mesmo mês.</p> <p>Por Decreto de 14 de Fevereiro de 1834 nomeado Encarregado de Negócios em Bruxelas.</p> <p><u>14 anos</u> de serviço na Repartição do Interior.</p> <p>Por decreto de 12 de Agosto de 1822 (e em virtude de proposta em concurso) nomeado oficial ordinário da Sec. de Estado dos NN do Reino.</p>	<p>Rainha comunicado em aviso do Marquês de Palmela, de 16 de Abril 1829.</p> <p>3<sup>a</sup> – Dos trabalhos de reforma administrativa, por ordem de S. M. I. o Duque Regente, em aviso do Ministério da Fazenda em 27 de Abril de 1832.</p> <p>4<sup>o</sup> – Da direcção da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, como oficial maior dela por ordem do Ministro competente em ... de Julho de 1833.</p> <p>5<sup>a</sup> – Da reforma e restauração da Ordem da Torre Espada por comissão especial de S. M. I. o Duque Regente em ... Agosto 1832.</p> <p>6<sup>a</sup> – Da colaboração dos códigos criminal e de comércio por Decreto de 18 de Agosto de 1833.</p> <p>7<sup>a</sup> – Da reforma da Universidade de</p>	<p>superior a servir no Corpo Académico, onde conservou praça até ao fim da guerra – de Dezembro de 1832 – 34.</p> <p><u>2<sup>o</sup></u> Desembarca nas praias do Mindelo com o seu corpo, e marchou para o Porto onde continuaram a serviço.</p> <p><u>3<sup>o</sup></u> Teve a honra de ir buscar às fronteiras da Alemanha a S. A. R. o Príncipe D. Augusto, em 7 de Janeiro de 1835.</p>
---	--	--

Por Decreto de 26 de Agosto de 1826, em referência ao de 6 de Dezembro de 1825, mandado reintegrar no mesmo lugar, contando-se a antiguidade da sua primeira nomeação	Coimbra e de todos os estabelecimentos de instrução e educação do reino (que completou) por Decreto de ...de Novembro de 1833. 8ª – De levar a notícia da feliz chegada a Londres de S. A. R. O Príncipe D. Augusto a S. M. a Rainha – por comissão especial do Príncipe – em 15 de Janeiro de 1835.		
---	---	--	--

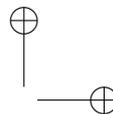
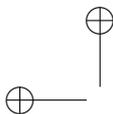
**Anexo 2**  
**RELAÇÃO DO PESSOAL NO SERVIÇO DE S. MAJESTADE**  
**FIDELÍSSIMA NA BÉLGICA**

**CONSULADO EM ANTUÉRPIA**

Nomes e empregos	Antiguidade no serviço	Comissões extraordinárias	Observações
Prospero Tewagnne Vice-Cônsul	Desde 9 de Setembro de 1834	Nenhuma	É chefe da principal Casa de Banca de Antuérpia, pessoa da maior confiança e respeitabilidade

**CONSULADO EM OSTENDE**

João Baptista Duclos Assandri Vice- Cônsul	Desde 16 de Se- tembro de 1834	Nenhuma	É negociante abastado, serviu muito os emi- grados Portugueses.
---	---	---------	---

**CARTA 57**N<sup>o</sup>. 25<sup>91</sup>

---

1 anexo<sup>92</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

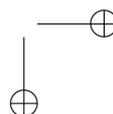
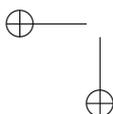
Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa carta das despesas da Secretaria, a qual se eleva a florins P. B. – quinhentos e catorze e 25 cents, pelo segundo quartel do corrente ano. O que junta com as despesas extraordinárias, que se elevam à soma de quatrocentos e doze florins e setenta e quatro cents, faz tudo junto novecentos e vinte e seis florins e noventa e nove cents: os quais ao câmbio de 46 <sup>1</sup>/<sub>4</sub> grossos fazem trezentos e vinte mil seiscentos e oitenta e nove réis.

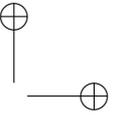
A simples inspeção desta lista mostrará a V. Ex.<sup>a</sup> mais claro do que nenhuma exposição minha, qual é o enorme e incessante trabalho desta Legação. A minha saúde já muito precária não pode resistir a estas fadigas que destruiriam um homem robusto. Eu humilde, mas instantemente imploro de Sua Majestade, como uma graça, a de me dar quem me auxilie, evitando-me assim a dura necessidade de sucumbir a um trabalho com que não posso, ou a resignar com amargura e desconforto o único refúgio que me deixou a perse-

---

<sup>91</sup> Apesar de ter esta numeração, a data do ofício é de 9 de Julho, pelo que se colocou nesta ordem. NM – “Ao Tes.<sup>o</sup> e à Guerra – 18 de S.<sup>bro</sup> 1835”.

<sup>92</sup> Não consta neste espólio.



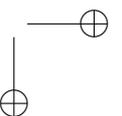
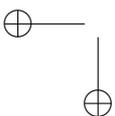


guição, a ruína da minha casa e da minha família, e doze anos de sacrifícios, de exílio e de padecimentos de todo o género.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 9 de Julho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios Estrangeiros

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 58

N.º 20<sup>93</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Em meu ofício, sob n.º 18, de 7 do corrente anunciei a V. Ex.<sup>a</sup> a chegada aqui de um Internúncio da Santa Sé. Entre todos os agentes diplomáticos, eu fui o único não visitado por Mgr. Gizzi: ele procurou ao próprio Ministro de Espanha, apesar da interrupção ou quase-interrupção de comunicações<sup>94</sup> das suas cortes. O nosso estado é considerado por Mgr. Gizzi (segundo ele disse ao Ministro de França) como perfeita ruptura. Sendo esta, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, a única corte em que actualmente um agente Diplomático de S. M. pode ter ocasião de se encontrar de perto e amiúde com o de Roma, pareceu-me que não seria de todo indiferente o proceder e linha de conduta que eu adoptasse: e portanto segui o da maior reserva, ansioso contudo por receber de V. Ex.<sup>a</sup> alguma instrução, se julgar que o objecto o merece.

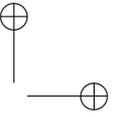
A influência de um Agente de S. Santidade é tal neste país e nesta Corte, que eu tenho sido excluído de todos os convites, públicos e particulares, por obséquio ao Internúncio.

Só devo contudo exceptuar desta regra geral o caso de um dos<sup>95</sup> jantares no Paço, em que, com grande admiração minha e de todos, recebi o convite costumado.

<sup>93</sup> NM [escrita a lápis] – “Dar em resposta alguma ideia das relações que temos agora com Roma para lhe servirem de regra quando se encontrar com o Núncio” / “Resp.<sup>do</sup> 25 Ag.<sup>to</sup>”.

<sup>94</sup> “de comunicações” [entrelinha superior].

<sup>95</sup> “dos” [entrelinha superior].

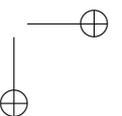
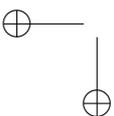


Também chegou, há poucos dias, um novo Encarregado de Negócios do Interior da Prússia, o Barão Alberto d'Uchtritz, com o qual estou na melhor inteligência.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 20 de Julho de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 59

N.º 21<sup>96</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

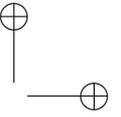
Tenho a honra de acusar recepção dos despachos, sob n.ºs 6 e 7. No 1.º dos quais, em data de 3 de Julho (só anteontem chegado) – se mandavam fazer averiguações sobre o proprietário de um embrulho achado no convés da escuna Mary e contendo libras esterlinas 9 – 7 – 0 . E tenho ordenado ao cônsul em Ostende as possíveis perquirições.

Em o n.º 7, data de 3 de Julho último – que também só anteontem 1º de Agosto me chega – se me exige explicação da parcela = diferença de câmbios = lançada na folha das despesas desta secretaria no 1.º quartel do corrente ano. A explicação é simplicíssima: importavam aquelas folhas do 3.º e 4.º quartel do ano pp. em fl. P.B – 1201-12 (mil duzentos e um florins, e doze cents); foi-me esta soma paga em Lisboa por um câmbio que produziu, deduzida a comissão de banca que eu paguei para fazer chegar a mesma soma a Bruxelas e pagar os interessados, a quantia de fl. P.B. – 1165:69 cts. Donde resulta um diferencial de – 35:43 que, segundo a prática desta secretaria no modo de organizar suas contas, eu lancei a débito da fazenda pública.

A conta foi feita pelo banqueiro que arranjou a transacção: o arbítrio de lançar esta diferença a meu crédito foi tomado na referida prática, segundo mostrarão as antigas contas da Legação de Bruxelas no tempo de meus predecessores. Nem o contrário seria justo: pois havendo diferença entre as somas despendidas pela Legação, e as somas pagas pelo Tesouro, é do dever do chefe da Legação lançar essa diferença ao crédito de quem ela resulta, ou, o que tanto vale, ao débito da parte contrária.

Em todo o caso porém rogo muito instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> o favor e graça especial de me mandar pagar a importância da folha de que se trata,

<sup>96</sup> NM – “Respond.<sup>do</sup> 22 de Agosto 1835” / “Ao Tesouro 25 de Agosto”.

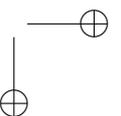
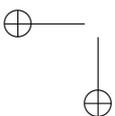


porque me apertam a escassez de todos os meios e a necessidade de satisfazer impacientes credores.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 3 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 60

N.º 22<sup>97</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

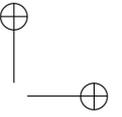
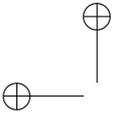
Tenho a honra de acusar a recepção (que ainda ontem se verificou, 1.º de Agosto) do despacho de V. Ex.<sup>a</sup>, sob n.º 8, de 11 de Julho último, que me acusa recepção de meus ofícios de n.º 9 a 13.

Posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que a necessidade de reserva e prudência que, sobre o objecto do meu ofício n.º 9, me incumbem, foi por mim sempre bem sentida, e observada escrupulosamente: e que, em vez de manifestar o menor receio ou desconfiança, excedi as minhas forças e meios, em todo o sentido limitadíssimos, para destruir quaisquer ideias contrárias. Estes meus esforços e empenho falhariam todavia completamente (devo dizê-lo) sem o poderoso auxílio que me traz a Sábia Resolução de S. Majestade, que V. Ex.<sup>a</sup> me faz a honra de comunicar-me neste mesmo ofício, tomada sobre o que houve a liberdade de Lhe expor em meu ofício reservado n.º 11. Esta Resolução tão digna de S. M., e que não posso deixar de me aplaudir de haver provocado com as humildes considerações, que por intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> elevei à Sua Alta Sabedoria, produzirão o efeito desejado. Se me é permitido, rogo a mercê de beijar, por ela, a Augusta Mão de S. Majestade.

Haverá três semanas, Sir Robert Adair, Embaixador em Missão especial de S. M. Britânica nesta corte, foi chamado a Londres para se encarregar de uma missão especial junto à de Berlim. Desde ontem se acredita porém aqui que o dito Ministro fará caminho por Madrid para o seu novo destino, e que será encarregado junto à Corte Católica de uma missão importante e temporária.

El-Rei tomou luto por onze dias pela sentida morte de S. A. R. O Príncipe Augusto de Portugal.

<sup>97</sup> NM – “Resp.<sup>do</sup> 2 de S.<sup>bro</sup>”.



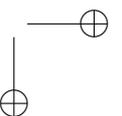
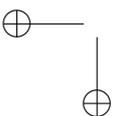
S. M. Belga tratou de partir para o campo de Bewelvo. A abertura das câmaras extraordinariamente convocadas para 4 deste mês terá lugar por comissão.

A tentativa de assassinato contra a pessoa de S. M. o Rei dos Franceses produziu uma grande sensação: espera-se que ela dará maior força ao partido moderado que também neste país tinha perdido muito terreno. S. M. A Rainha dos Belgas padeceu de uma viva aflição com aquela lamentável ocorrência.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 3 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 61

N.º 23<sup>98</sup>

---

7 anexos de A a G<sup>99</sup>

---

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Restituindo a V. Ex.<sup>a</sup>, por Anexo A, os papéis de Henry Chapman, que por ofício de 26 de Fevereiro último me foram mandados para informar, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não posso dar outra alguma informação além da seguinte

1.º – O que consta do anexo B, carta do dito Chapman em resposta ao que lhe escrevi à minha chegada a Bruxelas.

2.º – O que depois de uma longa conferência verbal, me refere o mesmo pretendente e vai por anexo C.

3.º – O que (por anexos D e E) me escreveu outro Inglês residente em Bruges, Sr. Ueller, contra as pretensões do Sr. Chapman.

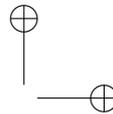
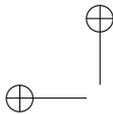
4.º – e finalmente o que (por anexos F e G) me diz sobre o mesmo assunto o nosso V. Cônsul em Ostende a quem mandei informar sobre o mesmo objecto.

À vista de informações e dados tão contraditórios sobre a pessoa em questão, e tão vagos sobre a coisa reclamada, não me parece, em minha humilde opinião possível, senão tomar o arbítrio oferecido por aquele V. Cônsul de es-

---

<sup>98</sup> NM – “Resp. do 9 de S. bro”.

<sup>99</sup> Não se incluiu a transcrição destes anexos, tendo, no espólio, a paginação de 195 a 218.

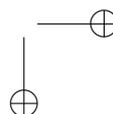
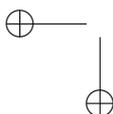


tabelecer um inquérito em Portugal pelas pessoas signatárias dos papéis que abonam o mencionado Chapman e sua reclamação.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 7 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 62**

N.º 24

---

1 anexo<sup>100</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> para receber o destino que lhe cumprir, o incluso requerimento documentado (por anexo) em que Maria Anna Souper pede a pensão que lhe compete como viúva do Cirurgião Mor Souper morto no campo de batalha, no serviço de S. Majestade.

De novo peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> para aproveitar mais esta ocasião de levar aos Pés de S. M. as minhas instantes súplicas para que me seja concedido alguém que me auxilie neste incessante trabalho que me dá o serviço desta Legação. Seja o nome, a forma, a categoria qual for, não me importa a mim; mas alguém que me alivie desta cruel fadiga, é justiça e é, seja lícito dizê-lo, caridade para com um empregado que trabalha sem cessar há treze anos, e cuja vacilante saúde lhe não promete senão muito curto prazo no termo de uma vida que toda foi sacrificada pela causa da Pátria e do Soberano.

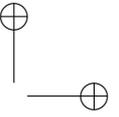
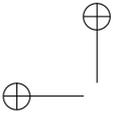
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 7 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>100</sup> Não se incluiu a transcrição deste anexo, tendo, no espólio, a paginação de 221 a 223.



CARTA 63

N.º 26

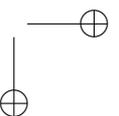
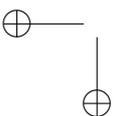
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

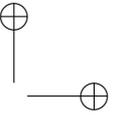
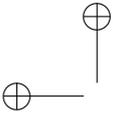
Tenho a honra de acusar recepção da circular, sob n.º 10, pela qual, em data de 20 de Julho pp., V. Ex.<sup>a</sup> me participa uma nova modificação na composição do Gabinete de S. Majestade; e segundo a sua recomendação, não deixarei de responder, do melhor modo que sei, às muitas falsidades que, com efeito, por esta ocasião se têm espalhado nos países estrangeiros. De novo aproveitarei todavia esta ocasião para repetir a V. Ex.<sup>a</sup> que do modo que esta missão está disposta é quase impossível preencher nem esta nem talvez nenhuma outra das indicações naturais de uma legação. Um homem só, desprovido de todos os meios, mal podendo arrastar uma existência obscura, sem um adido sequer que faça o trabalho diário e imenso da Legação, e deixe, quando menos, ao chefe dela o tempo de visitar alguém, de formar e conservar algumas relações, é, segundo por vezes tenho elevado à consideração de S. Majestade e de Seu Governo, um fantasma de Legação que de nada serve, e contudo consome uma, posto que mínima, parte, dos dinheiros públicos. Os interesses comerciais, do mesmo modo, abandonados a vice-cônsules que nenhum interesse têm em os zelar, e sobre os quais também nenhuma acção posso ter, porque nenhum meio tenho de dar sanção às ordens vãs que lhes dê ou comunique – padecem a olhos vistos.

Peja-me e pesa-me de importunar a V. Ex.<sup>a</sup> com a recapitulação de todos estes inconvenientes; e custa-me a repisar que a insignificante adição de despesa de um adido-secretário bastaria para os remediar todos. Mas é tão flagrante o mal, que me julgo em consciência obrigado a solicitar sobre ele<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> “sobre ele” [entrelinha superior].



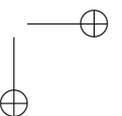
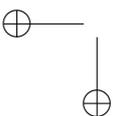


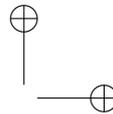
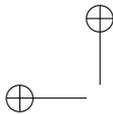
a atenção do Governo da Rainha, ainda com o risco de ser importuno e de incorrer talvez na censura que não mereço decerto.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 18 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 64

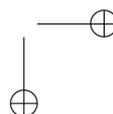
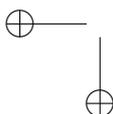
N.º 27

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Acusando a recepção dos despachos sob n.º 11 e 12 que em data de 22 e 24 de Julho último, agora recebo, tenho, primeiro que tudo, a levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> para que se sirva elevá-la ao de S. M. a Rainha que tendo há dias partido a Corte para Ostende onde se demorará a Família Real a banhos, imediatamente vou partir para aquela residência, a fim de desempenhar com a prontidão que S. Majestade Recomenda, a comissão de que Se Dignou encarregar-me, de apresentar a S. M. a Rainha dos Belgas a Banda e Título da Real Ordem Portuguesa de S.<sup>ta</sup> Isabel. Ao Cavalheiro de Mulenaem [sic] fiz imediatamente entrega da Carta Régia respectiva que lhe confere a Comenda da Ordem do Conc. de Villa Vis; e com ele conversei o modo de se fazer a S. M. a Rainha Luiza a apresentação da Carta e insígnias que lhe são destinadas.

Resta-me pois responder ao ofício primeiro citado, n.º 11, em que V. Ex.<sup>a</sup> parece arguir-me de formar não fundadas queixas pela supressão do meu ordenado de oficial da Secretaria de Estado, e pela insuficiência dos meus actuais vencimentos. Eu certamente conheço que a Secretaria de Estado a que V. Ex.<sup>a</sup> preside, não teve influência sobre a injustíssima supressão do meu ordenado de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino: mas permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe diga que também me parece que poderia exercer outra influência mais benéfica – a de reparar uma injustiça tão clamante como esta é. Nenhuma lei do Reino, nenhuma prática estabelecida, nenhuma razão de equidade, já não direi autorizavam, mas nem sequer paliavam aquela maneira com que assim fui esbulhado de uma posse por tantos títulos adquirida, conservada legitimamente a custo dos maiores sacrifícios, paga com as misérias de seis anos, reconquistada com as armas na mão e o risco da vida – da vida que podia facilmente acabar num patíbulo infame.

Em atenção a tudo isto é que Se Dignara S. M. I. o Duque Regente, que D. T. em Gl., ordenar em 30 de Abril de 1834, que durante a minha missão



nesta Corte me fosse conservado o ordenado de um lugar tão caramente ganho e conservado.

Nem a objecção (aliás fútil pela prática contrária ser constante) de cumular dois empregos, é procedente, porque em realidade se não verifica pois que são os emolumentos o preço do trabalho actual daqueles lugares; e o ordenado nunca assim foi considerado, pagando-se sempre efectivamente aos doentes, inválidos, até amiúde aos reconhecidos incapazes, e sempre aos que são mandados em comissão, como eu.

Se estas razões em todo o tempo e casos foram reconhecidas incontestáveis, quanto não dobram elas de força aplicadas à minha hipótese especial! Depois de seis anos de emigração, de ter pago, com minha humilde quota de sacrifícios<sup>102</sup>, o triunfo da causa da Rainha e da Carta, e não só em sacrifícios negativos, como tantos outros que por esses serviços negativos houveram prémios à vista dos quais é insignificante o que eu reclamo –; mas em positiva contribuição de minha fazenda nos Açores e no Porto e de serviços do meu corpo em ambos aqueles lugares!

Em último, que não derradeiro lugar, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que acrescente uma reflexão que em verdade me pesa ter de fazer, mas à qual, no ânimo recto e leal sobretudo<sup>103</sup> de V. Ex.<sup>a</sup> confio que perdoará o que ela pode ter de amargo pelo quanto tem de justo. Ela é bem simples. Em Dezembro de 1833 me Nomeou S. M. I. para esta Corte. A tenuidade do lugar me obrigou a recusar, pelo peso de minha família e dilacerado da minha fortuna. Em Fevereiro seguinte, se me prometeu, entre outras que nunca se verificaram, esta compensação da conservação do ordenado da Secretaria de Estado; aceitei, e se expediram os diplomas. Mas demorou-se a expedição do que me garantia a referida confirmação, e protestei humildemente que me não aventurava a partir sem ela, por me ser impossível. Verificou-se a dita confirmação em 30 de Abril; e então me resolvi a aceitar definitivamente e me preparei a partir, como fiz nos fins de Maio. Daqui V. Ex.<sup>a</sup> poderá ver que houve eu uma como estipulação com o Governo, em cuja fé sagrada pus confiança plena, e com essa certeza desfiz meu estabelecimento, renunciei às vantagens certas da residência na minha pátria, aos recursos da minha pequena fortuna, aos meus hábitos e recursos literários, e vim – fiado na palavra do Governo – estabelecer-me longe num

<sup>102</sup> “de sacrifícios” [entrelinha superior].

<sup>103</sup> “e leal sobretudo” [entrelinha superior].

país estranho, fazendo-me (o que eu não sou na minha pátria) inteiramente dependente dele.

Dado por mim este passo, contraídas, naquela boa fé sagrada, obrigações novas e irretiráveis agora, V. Ex.<sup>a</sup> não poderá na sua justiça deixar de confessar, que o procedimento havido comigo redobra de dureza, e que é necessário todo respeito e submissão com que sempre acatei a Autoridade Suprema em cujo nome me foi imposto, para não ver nele senão uma duríssima injustiça.

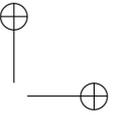
Certo de que tenho, não por minhas reflexões, mas pelos factos que são eloquentíssimos, convencido a V. Ex.<sup>a</sup> da justiça que me assiste nesta reclamação, só me resta importuná-lo sobre o que V. Ex.<sup>a</sup> me parece querer negar – a Sua competência e do Seu Ministério para atender e reparar este agravo.

Enquanto for do agrado de S. Majestade Conservar-me no Serviço em que estou, é V. Ex.<sup>a</sup> o meu chefe, e o seu ministério o canal único pelo qual posso e devo fazer chegar as minhas súplicas aos pés do Trono. Além disso, ninguém sabe melhor do que V. Ex.<sup>a</sup> que sempre foi costume entre nós, o dar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, compensações aos Empregados de outras repartições que, servindo sob ele, deixavam de perceber por aquelas outras seus antigos vencimentos. Enfim, como meu Ministro, a V. Ex.<sup>a</sup> devo recorrer como ao protector natural dos direitos de seus subalternos, como eu tanto me honro de ser. E seja por qualquer modo que for, ou por autoridade própria, ou por legítima intervenção, não há dúvida que se V. Ex.<sup>a</sup> se convencer da injustiça a pode reparar, e que em seu amor pela rectidão e equidade confio que o fará; tanto mais quanto, se me não engano, o próprio decoro, e o sagrado dever da fé dada estão por minha parte e mantêm a minha reclamação in solidum, para com o Governo de S. Majestade.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 19 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

**CARTA 65**N.º 28<sup>104</sup>Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Em aditamento e confirmação do que tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> sob n.º 27, levo agora ao seu conhecimento que partindo de Bruxelas no dia 20 do corrente, demorando-se dois dias em Gand por causa de súbita moléstia, cheguei a esta residência de Verão hoje pelas 9 da manhã, e logo recebi a visita do Grand Marechal (Mordomo Mor) que me anunciou que S.S.M.M. me receberiam às 4 1/2 da tarde convidando-me para jantar igualmente às 5. Fui com efeito recebido, à hora aprazada com a maior distinção, e tive a honra de depor nas mãos de S. M. a Rainha a Carta Régia de que era portador, acompanhando esta entrega das expressões convenientes, a que S. M. respondeu com a mais cordial e agradecida vontade.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que aproveite esta ocasião para lhe acusar recepção dos seus despachos sob n.ºs 13, 14 e 15 que aqui recebo; no 1.º dos quais V. Ex.<sup>a</sup> me anuncia ficar esperando a Resolução de S. M. pelo Ministério da Guerra sobre os indivíduos que fiz inspeccionar; no 2.º me envia o Diploma pelo qual S. M. Foi Servida Nomear-me Comendador da Ordem de Cristo, e pela qual mercê beijo muito respeitosamente a Mão de S. M.; no 3.º enfim me participa haver aprovado a folha das despesas desta Legação no 1.º trimestre do ano corrente.

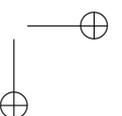
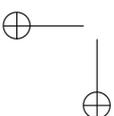
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Ostende em 23 de Agosto de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>104</sup> NM – “Acusado em 9 de Nov.<sup>ro</sup>”.



CARTA 66

N.º 29<sup>105</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Desde que em 23 do mês passado, sob n.º 28, tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> de Ostende onde me levou o desempenho das ordens de S. Majestade, fui atacado de uma febre violenta, que depois de me ter em perigo de vida, me deixou por extremo débil e incapaz de trabalho, obrigando-me a voltar, a pequenas jornadas, a esta capital, onde há três semanas tenho difícil e lentamente convalescido.

Tendo pois recebido todos os despachos de V. Ex.<sup>a</sup> desde n.º 16 a 22, só agora posso, e mal, responder; e a todos peço licença para o fazer aqui simultânea e sucintamente.

Folgando de ver, n.º 16, que S. M. Se Dignará Tomar cedo em consideração as reflexões que tomei a liberdade de fazer sobre a urgência de um adido para esta Legação, reitero minhas pressurosas instâncias e súplicas para que esta tomarei por mercê, e que é indispensável necessidade para o bom serviço de S. M. e da Nação Portuguesa, se verifique quanto antes.

Tenho mandado publicar nos jornais o anúncio convidando os pensionários do Governo de S. M. a apresentar-me as cessões em forma, segundo as determina o ofício de V. Ex.<sup>a</sup> n.º 18, pelo qual julguei dever explicar o n.º 17. Permita-me porém V. Ex.<sup>a</sup> que lhe observe não ser exequível, tal como é enunciado naqueles despachos, a Régia determinação. Nenhum dos Pensionários Belgas está em circunstâncias de mandar daqui papéis a seus procuradores para os fazer reconhecer em Lisboa pelo cônsul de sua Nação. Os que são Alemães, Holandeses etc. é-lhes absolutamente impossível ir às suas naturalidades fazer um acto legal perante tabelião. Tudo isto é absolutamente impra-

<sup>105</sup> NM – “Acusado e à Guerra em 9 de Novembro”.

ticável. Além de que nenhum dos pensionários quer entregar a ninguém um acto formal de cessão, senão recebendo, em acto contínuo, o preço da remissão. E nesta recusa não posso deixar de lhes dar razão. À vista de todos estes obstáculos, tomarei a confiança de propor um modo fácil de levar a execução de Reais ordens, com maiores garantias ainda de legalidade e firmeza de contrato irrevocável. E vem a ser que o Governo de S. Majestade me autorize a mim ou ao nosso Cônsul em Anvers, ou à pessoa que mais lhe praza a tratar com os pensionários sobre as bases já dadas, e a pagar-lhes as somas estipuladas que seriam entregues – em acto contínuo – contra a escritura de cessão.

Parece-me que este método, por simples e fácil, merecerá a Real Aprovação, mas S. Majestade Mandará o que for mais do Seu Agrado, e que executarei fielmente.

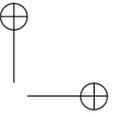
Em cumprimento do que me ordena o despacho n.º 19, fiz entrega nas Reais Mãos de S. M. a Rainha dos Belgas das insígnias da Ordem de S.<sup>ta</sup> Isabel de que já tinha tido a honra de lhe apresentar o Diploma. Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros igualmente remeti a placa da ordem de N. S. da Conceição de VV.

O procedimento do Governo de S. M. a respeito do de El-Rei de Sardenha que V. Ex.<sup>a</sup> me fez a honra de comunicar em sua circular de 2 de Setembro, sob n.º 20, é aplaudido por todas as pessoas sensatas: e neste país, posso assegurar-lhe, que fiz desvanecer todas as falsas representações que não deixou a intriga e má fé de querer lançar sobre este acontecimento.

Fiz constar a Henry Chapman a justa Resolução que S. M. Houve por bem tomar sobre suas novas reclamações, segundo me ordenou o Despacho de 9 de Setembro último sob n.º 21.

Do mesmo modo executei o que me incumbe o Despacho de 11 do referido mês, fazendo constar a Anna Soupes a Real resolução que lhe respeita.

De novo me acoito à indulgência de V. Ex.<sup>a</sup> para que desculpe a involuntária negligência a que meu triste estado de saúde me obrigou; e de antemão me encomendo de novo a ela para haver desculpa do que forçosamente conti-



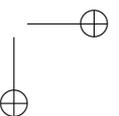
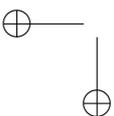
nuarei a ser enquanto me continua a visitação da Provedemia [?] que estou padecendo.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 29 de Setembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

P.S. Escrito o presente officio desde a sua data, só hoje me chegaram as forças para o poder lançar em cópia, e remeter a seu destino. Bruxelas 12 de Outubro 1835.



## CARTA 67

Nº. 30

---

reservado

---

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Ontem veio procurar-me o Ministro dos Negócios Estrangeiros M. de Mule-naere [sic], dizendo que tinha uma comunicação importante a fazer-me. E depois de alguns preâmbulos em que parecia embaraçado – disse enfim que vinha da parte e ordem positiva de El-Rei dar-me uma explicação sobre me não ter ainda oferecido a comenda de sua ordem, que há muito destinara dar-me, mas que El-Rei lhe ordenara de me vir dizer que o motivo de se ter diferido era querer ele ter o gosto de a oferecer a um enviado de família, mais depressa que ao encarregado de Negócios de Portugal. “Entende-me muito bem, – acrescentou o Ministro sorrindo – e não ignora que em poucas semanas a sua posição – a nossa mútua posição, será inteiramente outra.” – Posto que os boatos das gazetas me tivessem um tanto prevenido, não pude deixar de me surpreender com esta confiança, principalmente pelo receio de deixar conhecer a verdade, isto é, que nada sabia – verdade sempre constante em tudo quanto se refere a Portugal e ao Governo que tenho a honra de servir. Respondi, pois, com um gesto de inteligência, sem aventurar uma palavra; e o Ministro continuou. – “El-Rei regressará de Inglaterra à volta do dia 7 ou 8. Sabe que a sua viagem não é estranha aos negócios de S. M. Fidelíssima. E o correio que ontem recebi de Viena me faz esperar que à volta de El-Rei o negócio do casamento estará de todo concluído. – Creio que se chama o Conde de Lavradio a pessoa que El-Rei tem tenção de ver em Inglaterra? – “Suponho que sim”, respondi eu. – “Em Viena, continuou ele, recebe a aprovação geral este casamento. O Príncipe é o mais belo mancebo da Alemanha, e seu Pai riquíssimo, e o mais hábil General de Cavalaria ao Serviço de Áustria. Supõe-se que ele

*www.clepul.eu*

acompanhará seu filho. Contudo o Pai, que é um homem mui prudente e pausado, não deixa de ter um como que receio de tanta elevação para seu filho. Il est presque craintif de l'éclat d'une couronne pour son fils. (são as formais palavras). Contudo El-Rei (Leopoldo) deseja muito esta aliança, e o tem resolvido. Duvido que sem os conselhos de El-Rei, seu irmão se resolvesse; porque é de uma natureza tímida – e talvez em extremo cautelosa”.

Não sabendo em verdade o que responder a uma confidência tão excessivamente franca e inesperada, embulhei-me em frases banais, com que o satisfiz. “El-Rei – continuou ele ainda – está, como lhe digo, muito interessado na conclusão deste negócio, e tão contente e satisfeito que ainda lhe quero fazer outra confidência mais íntima – (mais íntima pelo que pessoalmente lhe respeita a V.) plus intime à votre égard – e é que ultimado o contrato, o nosso encarregado de negócios em Lisboa será substituído por um Enviado Extr. e Min. Plen. É uma Missão de Família. E além disso M. Leruys não está na altura das suas funções. Sei que disso se têm apercebido em Lisboa. E realmente precisamos de outra espécie de representante em Portugal. Não sei ainda quem irá; mas por estes dias lhe direi a pessoa que será designada. Faça-lhe os meus cumprimentos porque provavelmente o não substituirão da sua Corte, e subirá de graduação sem mudar de terra que é grande inconveniente.” Aqui acrescentou cumprimentos muito lisonjeiros que não saberei copiar, e demonstrações de satisfação com que El-Rei, ele Ministro e toda a Corte me veriam continuar a residir em Bruxelas. Respondi, como me cumpria a tudo isto, pagando os cumprimentos, e respondendo, quanto ao objecto principal da conversação, com o mesmo vago de frases gerais com que tinha começado. – Enfim o Ministro levantou-se para sair e já à despedida concluiu. – “Enfim por estes dias que El-Rei chega, falareis com ele, provavelmente a esse tempo “on vous aura deja autorisé a parler plus clair et à vous entendre avec nous”.

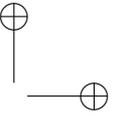
Tal foi – o mais verbalmente que pude conservá-la, a minha conversa com M. de Mulenaere, ou antes a visita em que ele falou e eu ouvi.

Depois de tais confidências, que julguei do meu dever relatar fielmente a V. Ex.<sup>a</sup>, é indispensável que lhe peça mui encarecidamente o favor de me instruir do que devo fazer, e como em iguais ocorrências (que se repetirão sem dúvida, e amiúde) deverei portar-me. Certamente se é da vontade da Rainha que eu fique inteiramente estranho, e me declare absolutamente ignorante de uma transacção desta ordem, não será então decoroso para o Governo de S.

M. nem tão pouco decente para mim que me conserve nesta Corte, onde serei obrigado a confessar que não mereço de nenhum modo a confiança da minha. Fazendo El-Rei dos Belgas, como faz, o negócio seu; e sendo ele por sua Alta Categoria e pela deferência de toda a Sua Família, considerado como chefe de uma Casa a quem a Fortuna e o Mérito de seus Augustos Membros prometem os mais ilustres destinos, V. Ex.<sup>a</sup> convirá facilmente que excluir absolutamente de toda a participação de tão Alto Negócio ao residente do Nosso Governo nesta Corte – equivale a declará-lo nulo e incapaz da confiança da Sua Soberana. Protesto, por quanto há de Sagrado, a V. Ex.<sup>a</sup> que não entra a mínima ambição nisto que tenho a honra de dizer-lhe e que dissipadas todas as ilusões e ventoinhas da idade inexperiente, todos os meus desejos são viver tranquilo o resto dos meus dias, longe de cortes e palácios para os quais sou muito sincero, e onde a lealdade chã de meu carácter precisa, para ser aceite, dos talentos que boamente confesso não ter. Mas a par desta abnegação bem verdadeira, bem cordial, há contudo um sentimento de que me não posso despir. Em qualquer outra parte, nem oficial nem oficiosamente me lembraria de tocar a V. Ex.<sup>a</sup> em tal assunto. Colocado por mero acaso nesta Corte, é forçoso que o faça, e que rogue a V. Ex.<sup>a</sup> se digne pôr aos Pés de S. Majestade as minhas mui reverentes súplicas para que seja de Seu Agrado Real tirar-me de uma posição tão falsa e insustentável como é a minha.

Se na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, que já um tempo não duvidou honrar-me da sua amizade e confiança, eu não tivera uma garantia de que não é das intenções do Governo, o conservar-me aqui para me humilhar; se, digo, não confiara nesta garantia, e na que pareceu dever dar-me a antiga amizade de quase todos os Senhores Ministros que compõem o actual Gabinete, e a consideração, que por meus muitos serviços, por algumas letras, por um procedimento ilibado – e direi ainda virtuoso em toda a minha vida, tenho merecido a todos eles, – eu não hesitaria, Excelentíssimo Senhor, em rogar a V. Ex.<sup>a</sup> quisesse depor aos Pés de S. Majestade a súplica de me retirar deste serviço, Concedendo-me que fosse acabar os meus dias no meu canto e em paz.

Mas lisonjeio-me que não é das intenções do Governo de S. Majestade envilecer e abaixar tanto um empregado seu e servidor fiel do Estado; e nesta persuasão rogo a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de me dar algumas instruções sobre o modo por que em tais circunstâncias devo proceder; esperando outrossim que S. Majestade me Quererá Fazer a honra de me autorizar a participar, no modo



que for mais do Seu Agrado, e na parte conquanto mínima<sup>106</sup> em que meu humilde mas zeloso préstimo possa servir, à alta transacção de que dependerá a felicidade da Pátria e que coroará os votos de todos os Portugueses Leais.

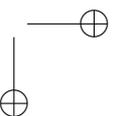
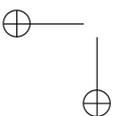
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 30 de Setembro de 1835

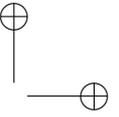
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>106</sup> “conquanto mínima” [entrelinha superior].



**CARTA 68**Bruxelas 16 de Outubro 1835<sup>107</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tomo a liberdade de encomendar à protecção de V. Ex.<sup>a</sup>, para que ma não extraviem, a carta junta para meu irmão do Porto e que contem papéis de negócios importantes de família. O maior favor é mandá-la deitar no correio por um contínuo. É vergonha recorrer a V. Ex.<sup>a</sup> para coisa tão insignificante, mas sem a Sua protecção sei por experiência que nem isso se faria.

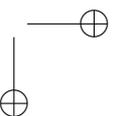
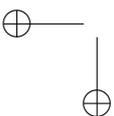
Receba V. Ex.<sup>a</sup> com os meus agradecimentos por este favor, os protestos do m.<sup>to</sup> resp.<sup>to</sup> com que tenho a honra de ser.

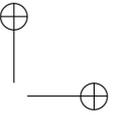
De V. Ex.<sup>a</sup>

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>107</sup> Esta carta não está numerada.





CARTA 69

Nº 31<sup>108</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Com a maior dificuldade pego na pena para rogar a V Ex.<sup>a</sup> se digne obter de S. Majestade o favor de uma licença de um mês para ir a Paris a ver se consultando ali os facultativos posso recobrar-me ou pelo menos paliar a moléstia interior que me consome, e que por maior infelicidade tem até agora sido desconhecida dos professores desta terra. Piorando de dia a dia mais o meu estado, e confiando na benignidade de S. M. e na indulgência de V. Ex.<sup>a</sup>, talvez me decida a ceder enfim às instâncias que todos me fazem, de partir antes que a estação e a moléstia não estejam mais adiantadas. Se me vir obrigado a fazê-lo conto com a bondade de V. Ex.<sup>a</sup> para me desculpar. Além de que, se Deus for servido dar-me alguma melhora, em poucas horas poderei voltar ao meu posto.

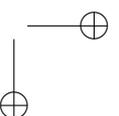
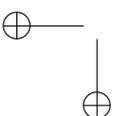
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas 18 de Outubro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>108</sup> NM – “Respond.<sup>a</sup> em 7 de Novembro de 1835”.



## CARTA 70

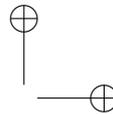
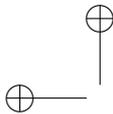
N.º 32

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Segundo tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> em 18 do mês passado, sob n.º 31, fui obrigado a antecipar sobre a permissão de S. M. e me ausentei por espaço de 15 dias desta capital, indo a Paris consultar os facultativos sobre minha perdida saúde. Aproveitei para o fazer na ocasião da ausência de SS. MM. El-Rei e a Rainha dos Belgas, que naquela mesma corte estão desde meados do mês passado, e não devem voltar antes do fim deste. Apesar, todavia, de que a ocasião era tão fácil e larga, e o motivo tão justo e urgente, não quis fazer mais demora que a que era indispensável; e desenganado que o meu estado já não era susceptível de melhora, contentei-me com os paliativos que recebi, e voltei ao meu posto onde há 8 dias me acho, sem melhoras essenciais, mas seguindo um regímen que me vai sustendo a vida, e sobretudo resignado e conforme, que no meu estado é o que mais importa.

Expus, enfadonhamente para V. Ex.<sup>a</sup>, todas estas circunstâncias insignificantes, para nelas dar o motivo e desculpa da demora que tenho posto em responder aos ofícios e despachos que à minha volta aqui achei, e que são de n.º 23 a 27.

Observarei o que (sob aquele n.º 23) se me recomenda relativamente às certidões de óbito de indivíduos estrangeiros ao serviço da Rainha. Já tenho convenientemente usado da informação satisfatória que me dá a circular de 15 de Outubro (sob n.º 24) sobre a entrada da nossa divisão auxiliar em Espanha. Cumprirei o que ordena o Despacho de 17 do mesmo mês (sob n.º 25), quanto à assinatura da Enciclografia Médica; e bem assim tenho comprado e pela primeira ocasião remeterei o almanaque de que trata o Despacho n.º 26, de 30 do mesmo mês. E estou cuidando de obter o quadro de organização dos corpos diplomático e consular deste Governo, que imediatamente remeterei, segundo a recomendação da circular de 7 de Novembro corrente.



Cumpre-me agora dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que somos chegados ao fim deste ano e que ainda me acho em desembolso de todas as despesas feitas na Secretaria desta Legação, de que já enviei a lista dos primeiros dois quartéis. É verdade que de Carbonell recebi aviso de ter à minha disposição Rs. 199:555, importância de parte da folha do 1.<sup>o</sup> trimestre mas ao câmbio de  $57\frac{3}{5}$  que, segundo as determinações Régias novíssimas, eu não posso aceitar; e sem mencionar a soma de 40 Libras esterlinas adicionais que me são devidas, a saber 20 libras pelo Luto de S. M. I. o Duque Regente, e 20 pelo de S. A. R. o Príncipe D. Augusto que Ambos Deus tem em Glória.

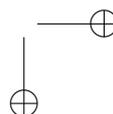
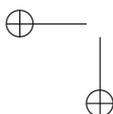
Esta demora de pagamento das listas junta à do dos ordenados me põe em tal aperto que me obriga a rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva dar providências para que alguma coisa ao menos seja paga. A minha moléstia não me tem permitido nem de organizar ainda a lista do 3.<sup>o</sup> trimestre, que é tão avultada; e demais para obter os documentos necessários é necessário pagar, e não sei como poderei fazê-lo.

Muito mais precisava eu estender este ofício; mas faltam-me as forças para continuar; e nem ainda sei se as terei para o lançar em cópia e o poder assim enviar pelo correio de hoje. Só, sem uma pessoa que me coadjuve, quando a Legação de Paris tem 6 adidos, e um secretário e um conselheiro, não há de certo proporção alguma no trabalho com que mal poderá aqui um homem são, mas não pode decerto um inválido como eu.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 24 de Novembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 71

N.º 33

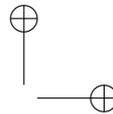
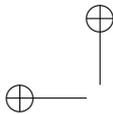
\_\_\_\_\_  
reservado  
\_\_\_\_\_III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebo neste momento o Despacho de V. Ex.<sup>a</sup> sob n.º 28, em data de 7 do corrente; e apresso-me de aproveitar a pequena trégua que me dão hoje meus padecimentos habituais, para lhe responder.

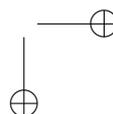
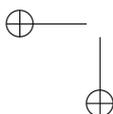
E primeiro, agradecerei muito sinceramente a V. Ex.<sup>a</sup> a eficácia com que me fez o favor de obter e enviar a permissão de S. Majestade para me ausentar por 3 meses desta Missão a cuidar de minha saúde. Infelizmente receio muito de que venha a precisar aproveitar-me desta mercê; o que por agora não faço.

Vejo com um sentimento misturado (V. Ex.<sup>a</sup> me permita dizê-lo) de satisfação e receio, a certeza que me dá de Haver S. M. Decidido conferir-me outra Missão Diplomática. Certamente que a minha posição<sup>109</sup> nesta Corte, tal qual é actualmente, é insustentável, já pela insuficiência do ordenado, já por se me haver faltado à promessa autenticamente dada de me conservar o meu ordenado da Secretaria de Estado, em cuja fé aceitei o lugar e para ele vim; já finalmente porque não é possível a um homem só bastar ao trabalho improbo do expediente. Mas também é certo, por outro lado, que eu contraí aqui obrigações e fiz despesas, na formação do meu estabelecimento e por fazer honra ao Governo que sirvo e represento, tais que o ser transferido para outra Corte, a não ser com vantagens que compensem tudo isto, seria a minha ruína completa, seria acabar o que tão bem começou a usurpação, – a completa destruição do moderado património que me legou meu Pai, pois que do Serviço Público ainda não tirei senão sacrifícios, e desse não tenho nem sequer que perder.

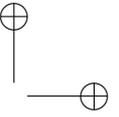
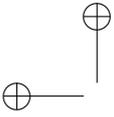
<sup>109</sup> “posição” [entrelinha superior].



V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que me não resolvi, há 2 anos, a aceitar esta missão, e depois disto, há um ano, a continuar nela mau grado dos sacrificios que se me impuseram e dos desgostos e humilhações por que passei; não me resolvi a isso digo, senão na esperança de melhorar, como escala de uma carreira em que poderia subir – que escala para descer não sei que na vida pública desse ainda alguém o raro exemplo de abnegação de aceitá-la. Nesta esperança pois fui sofrendo com paciência e resignação o mal presente: e quando, há um mês, vi que a posição desta Corte a respeito da nossa ia mudar, e que haveria aqui uma Legação de mais elevado grau, não me pareceu demasia o supor e esperar que quem tinha suportado os incómodos, gozasse agora dos cómodos, principalmente quando a consciência e os testemunhos públicos e constantes de todas as pessoas com quem tenho tratado, já dos Soberanos deste país a quem devo tanta mercê, já dos meus colegas, e de toda a Corte enfim, e poderei dizer da melhor parte da Nação, me fazem crer que tenho dignamente feito o meu dever como empregado, honra ao meu Soberano, e ao Governo que represento, e não tenho com meus fracos meios contribuído pouco para acreditar o nome de Português de que me prezo. Para conseguir estes fins, tenho feito (o que sempre fiz há quinze anos que sirvo o Estado) o sacrifício da minha pessoa e fazenda, e sem aguardar nem receber galardão. E ninguém melhor do que V. Ex.<sup>a</sup>, que tantos anos honrou e ilustrou o nome Português nas Cortes da Europa, pode conhecer que não é com seis mil cruzados mal pagos que um pobre chefe de Legação (por ínfima que ela seja) pode assim fazer honra ao seu Governo. É claro pois que tenho sacrificado meu pobre património no Serviço da Rainha, e com isso e com a mais rígida economia tenho residido ano e meio nesta corte, e sem dívidas nem calotes, representado dignamente o Governo da Minha Soberana como se dele recebera os meios de o fazer. Se pois em vez de continuar nesta corte, mas com a graduação superior que está destinada ao chefe desta Missão, eu tenha de abandonar o meu estabelecimento e ceder o lugar a um sucessor mais feliz (que não herdará os meus incómodos e desgostos) para ir estabelecer-me de novo em outra corte, passar e sofrer de novo tudo o que aqui passei e sofri, perder, meio por meio, em todos os objectos que fui obrigado a comprar – é bem claro que a não ser para ganhar muito em graduação e ordenado, – este despacho equivalerá a uma ruína, será uma mercê de castigo – e castigo tão pouco merecido!

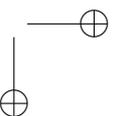
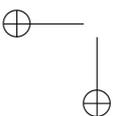


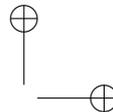
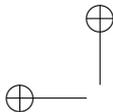
Sem dúvida a letra do Despacho de V. Ex.<sup>a</sup>, a que respondo, me não devia fazer imaginar todas estas calamidades: mas em primeiro lugar pedirei licença a V. Ex.<sup>a</sup> para lhe dizer que muito antes de receber este seu dito despacho de 7 do corrente, recebera eu aviso de Lisboa “que estivesse acutelado porque tinha já sucessor nomeado para esta Missão, a qual era elevada à categoria de segunda ordem, e que, em tal caso, a minha pessoa não fora julgada digna de ser Enviado Extraordinário e Ministro plenipotenciário em uma Corte parente como esta ia ser.” – Lembrar-me eu que o nosso actual Ministro em Londres para ali foi transferido de uma corte bem inferior a esta; que a pessoa que actualmente reside na Corte mais parente da nossa nunca servira antes nesta carreira, e que nem por nascimento nem por fortuna nem por serviços posso reputar meu superior – ocorreria a qualquer na minha posição para o fazer duvidar do aviso. Mas eu, costumado, em 15 anos de serviço e sacrificios e de um procedimento em que nem os mais inimigos ousarão pôr sombra de mácula, a ser sempre preterido, sempre sacrificado aos que sabem vir no dia depois para aproveitar dos sacrificios da véspera, eu fui forçado a acreditar o aviso amigo que me deram; e tratei logo de começar a tomar as minhas medidas para que não fosse tão completa a minha ruína, e me não ficasse até a honra na destruição que me ameaçava. Deliberei preparar-me para poder voltar ao meu canto e à minha obscuridade de homem de lei e de homem de letras independente, visto que me lançavam do serviço público, em que rematava uma carreira de sacrificios com tal prémio. Mas as dificuldades são tais que seria preciso sofrer anos de penúrias, e trabalhar anos com muito suor, para restabelecer as perdas que vou sofrer. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que desça a detalhes. Vendi todo o meu estabelecimento e móveis em Portugal, cativei a maior parte de meus módicos rendimentos patrimoniais; aqui foi necessário (porque é uso da terra que atestará qualquer) alugar uma casa a longo prazo; por economia e para poder subvenir [sic] às exigências do lugar, provi-me por junto de muitos artigos indispensáveis, fiz compras e arranjos que abruptamente desfeitos me serão de um prejuízo enorme. Enfim, com uma cega e louca confiança no Governo de que me lisonjeava haver bem merecido, não tinha contado com uma terminação tão abrupta como a de que fui ameaçado por meu aviso particular e de que o Despacho de V. Ex.<sup>a</sup> parece desassombrar-me em parte. Mas uma reflexão penosa me deixa todavia em suspenso: as nossas relações diplomáticas não se estenderam ainda; e nenhum dos ministros chefes das 4 únicas



Legações Superiores a esta tem probabilidade de a deixar. Se pois eu tenho successor nomeado (como me asseveram) torna-se incompreensível ao meu fraco juízo a maneira de subir de graduação diplomática, muito mais se, subindo esta Legação, eu, que a criei e instalei, não posso subir com ela. Não é que eu tenha a menor repugnância a mudar de residência, contanto que mude com vantagem, e sem desonra pública. Para mudar desta Corte que é a primeira na sua categoria e ordem para outra inferior, nem isso se compadece com o que V. Ex.<sup>a</sup> tem a bondade de me anunciar, nem creio haver cometido crime – ou sequer falta por leve que seja – que mereça que o Governo de S. M. me dê tão público testemunho de desagrado à face do público em que os que me conhecem duvidarão se me conheciam bem, e os que me não conhecem, formarão de mim uma opinião vergonhosa. Em tal caso (que, apesar de todos os meus receios, não devo supor) eu receberia resignadamente e com humildade um castigo afrontoso e de ignomínia que sei não merecer; mas faltaria ao que devo a mim mesmo, e ao que devo ao Governo se não preferisse retirar-me à minha pobre casa a viver para trabalhar e ganhar o necessário para satisfazer as dívidas e encargos que me trouxe o Serviço da Rainha. Não direi já a minha Lealdade à Soberana, mas nem sequer a devoção pela Sua Causa e pela da Liberdade da Minha Pátria em cujas fileiras combati doze anos esfriarão de certo com esse rigor que me parece injusto; antes esforçarei de zelo e desvelos, e conquistarei sobre a ruína de minha saúde alguns anos ainda de vigor para trabalhar com mais afinco na causa por que me votei, e mostrar assim que não merecia o desprezo com que sou agravado, ou pelo menos a fatalidade que me persegue e que a própria consciência assim como o testemunho dos que me querem bem me faz crer sobremaneira injusta.

Receio ter enfadado a V. Ex.<sup>a</sup> com este ofício tão longo e tão nu de todo interesse: e só me resta concluir para rectificar qualquer expressão que lhe não soe exactamente como era intenção de quem a escreveu, asseverando-lhe que seja qual for a Decisão de S. Majestade eu me submeterei sem murmúrio ao sacrifício que me for imposto, e que nenhum sacrifício que S. M. Exija deste seu humilde súbdito pode já agora ser igual aos que tão desinteressada e alegremente fiz por sua causa, quando a maior parte de Seus súbditos ou rebelde ou túbia de zelo mofavam da abnegação de todos os que como eu tudo sacrificaram por uma Causa que eles supunham perdida – e que eu, perdida que fosse, serviria e servirei sempre do mesmo modo.





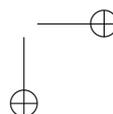
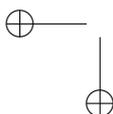
E assim se é necessário que eu faça lugar a outros mais dignos e capazes, ou que mais mereçam a confiança do Governo, então a V. Ex.<sup>a</sup> pediria, só por última mercê, que me não fosse feita afronta pública, e se me desse o prazo de alguns meses para eu arranjar os meus negócios e oferecer a minha demissão, sem aparecer ao público com o triste labéu de haver incorrido na desgraça da Minha Soberana.

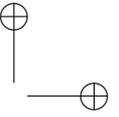
No seu despacho citado, V. Ex.<sup>a</sup> me faz esperar que não haverei mister deste recurso, e que antes receberei em breve um testemunho em contrário. Fundado nessa certeza que me dá, suspendo as medidas que já começara a tomar para salvar alguma coisa da ruína que supus imminente, e aguardarei confiadamente a explicação de um negócio sobre que não quero aventurar conjecturas, e que na Justiça de S. Majestade, na benevolência de V. Ex.<sup>a</sup> e na equidade de todos os Senhores membros do Gabinete devo esperar que me não pode ser desfavorável.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 27 de Novembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett





**CARTA 72**

N.º 34

---

7 anexos de A a G<sup>110</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> para que se sirva dar-lhes o destino que julgar conveniente, algumas das infinitas reclamações que todos os dias recebo. Estas são as de que não pude desfazer-me com algum sacrifício pecuniário de minha algibeira, segundo amiúde faço, e que por sua natureza e pela insistência dos que as fazem ou apoiam precisam de que o Chefe desta Legação seja autorizado por S. M. a dar sobre elas uma resposta cabal:

A. Ofício do Barão Evain, Ministro da Guerra, a favor de João Guilherme Servain Rutten.

B. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros a favor de Domingos Baudoin.

C. Requerimento ou memorial da viúva Seyminck (documentado).

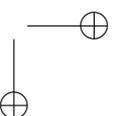
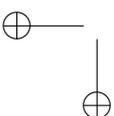
D. Reclamação de José Mariaux e de António Rutten.

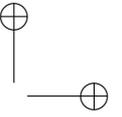
E. Reclamação de Pedro Lasseron.

F. Reclamação de Estevão Kevers (documentada).

---

<sup>110</sup> Não se incluiu a transcrição destes anexos, tendo, no espólio, a paginação de 262 a 273.





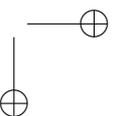
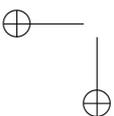
G. Reclamação da viúva Adele Duboix, viúva de Luiz José Berrieuse.

Por esta pequena amostra, que não é a décima parte do que todos os dias tenho de ler, e a que é força responder, verá V. Ex.<sup>a</sup> um pouco do trabalho braçal que há nesta pobre Legação onde tudo falta.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 30 de Novembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 73

N.º 35

\_\_\_\_\_

reservado

\_\_\_\_\_

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Apresso-mo em participar a V. Ex.<sup>a</sup> que de novo recebi insinuações e quase aberturas do Ministro dos Negócios Estrangeiros Mr. de Mulaenare [sic] para um tratado comercial connosco. Viemos a alguns pormenores (sempre como em conversação); e não duvidou dizer-mo o ministro que tanto nos direitos de portos, facilidades de navegação, trânsito, e entrepostos se faria tudo quanto fosse possível fazer de mais amplo; como se diminuiriam aqui os direitos nos três géneros que nós mais podemos importar: vinhos, sal e frutos verdes e secos. Estabelecer-se-ia por nós igualdade de favor para os panos de lã, ferragens, carvão de pedra. Se nós quiséssemos deitar mais adiante e permitir-lhes entrada em nossas colónias de África (no que em minha humilde opinião creio que da parte da Bélgica não há risco para nós, e haveria vantagens para as colónias) mais fariam eles então. Há um género de tecidos de raias que nós vamos buscar à Índia e para o pé do Estreito na Arábia, para vir de volta com ele a Moçambique. Este género nos forneceria os teares de Gand costumados a trabalhá-lo para Batávia, e nos chegaria a Moçambique e Rios de Sena por metade do preço. Apesar de que todas estas exposições foram em conversa, e sem que eu manifestasse que havia vontade da nossa parte de entrar em negociação alguma; contudo (segundo há tempo me fora recomendado por officio do antecessor de V. Ex.<sup>a</sup> sob n.º 14 em data de 29 de Dezembro) falei de maneira que desse esperança que estas proposições ou aberturas seriam consideradas. O Brasil acaba de concluir um tratado que ainda se não publicou, mas de que espero poder mandar a V. Ex.<sup>a</sup> uma cópia no correio seguinte. A Prússia também trabalha num tratado comercial com este país. Em meu humilde conceito, as maiores vantagens comerciais que nós poderíamos haver

deste país, seriam por uma conexão com ele que nos desse caminho para explorar (exploiter) a riquíssima mina do comércio da parte da Alemanha que se não desagua por Hamburgo, e que, levando a direcção do Rhin, melhor tomará as estradas de ferro livres e francas da Bélgica livre<sup>111</sup> que os canais cheios de tropeços da Holanda trapaceira e ciosa.

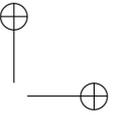
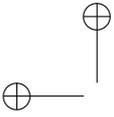
Se o Governo de S. M. julgar digno de atenção o objecto deste officio, sobre o qual já mais de uma vez tenho tido a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Srs. Ministros seus antecessores, rogarei a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva dar-me alguma instrução mais circunstanciada e ampla do que a que posso tirar do citado Despacho de 29 de Dezembro último. Além de que, no que levo dito tenho satisfeito ao que aquele despacho me incumbia.

Esquecia-me acrescentar que o dito Ministro me disse que preferia, no caso que o Governo de S. M. F. quisesse fazer alguma coisa, que este negócio se tratasse aqui entre mim e ele, pois que não era da intenção do Rei dos Belgas que o seu actual Ministro em Lisboa aí permanecesse muito tempo. Estive quase respondendo-lhe que também me parecia que eu tinha tido a desfortuna de incorrer na desgraça de S. M., e que como se tratava de dar mais elevado carácter a esta missão, a minha qualidade de simples homem de letras não seria provavelmente bastante para ela; e que era provável que eu fosse mandado para outra Corte mais inferior: o que todavia não aceitaria por meu estado de moléstia.

Mas julguei do meu dever fingir-me ignorante da humilhação e desgraça que me está impendente, para que isso não paralisasse de algum modo este negócio, ou as aberturas para ele, no caso que o Governo de S. M. julgue que tais aberturas valem a pena de serem tomadas em consideração. E posto que eu tenha de passar pelo dissabor de ver vir outra pessoa aproveitar-se do meu trabalho e colher o fruto do que tanto me tem custado a semear, estou e muito costumado a fazer abnegação de todos os meus interesses e (do que ainda custa mais) de todo amor próprio.

Devo acrescentar, como lembrança que não creio desprezível, que na cidade de Anvers tínhamos, antes da entrada dos Franceses, no tempo da revolução, uma casa que aquela Municipalidade nos havia dado: a qual casa existe, e cuja posse já foi interrompida por aquele caso de força maior, e de uma potência estranha e inimiga: que o Direito de Portugal a ela é incontestável. E que

<sup>111</sup> “livre” [entrelinha superior].

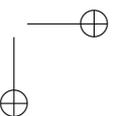
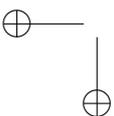


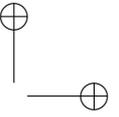
este direito, assim como outro menos incontestável ainda, que temos a uma renda estabelecida por Legatários portugueses para compatriotas nossos que aqui se achassem desvalidos, e de que o Governo dos Países Baixos dispôs, distraíndo-a sem nos ouvir, pode talvez fazer-se valer no acto de tratar com a Bélgica, se a isso viermos.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas 1 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 74**

N.º 36

---

reservado

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

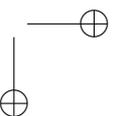
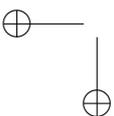
Julgo do meu dever comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que ontem à noite o Internúncio de Roma anunciou a um seu íntimo e privado (que mo transmitiu em grande confiança) que em Roma se contava com que O Ex-Infante D. Miguel faria uma descida em Portugal, a qual seria preparada (e já o estava) em Sardenha com auxílios de Nápoles, e dinheiros do Norte. Ao que não era estranha a Holanda.

Não posso acrescentar mais particulares; somente affiançarei a V. Ex.<sup>a</sup> que é pessoa proba e sensata a que me fez esta comunicação.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas 1 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Duque de Palmela

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 75

N.º. 37<sup>112</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

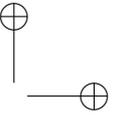
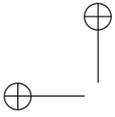
Por despacho de 19 de Novembro último, sob n.º 31, me comunica V. Ex.<sup>a</sup> que Tendo S. Majestade Sido Servida mudar o Seu Ministério, Houvera A Mesma Augusta Senhora por bem Nomeá-lo Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Apressando-me, segundo me recomenda, em dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> a correspondência desta Legação, cumpre-me acusar recepção dos Despachos n.ºs 29 e 30 do seu Antecessor, e rogar-lhe sobre a matéria de n.º 29, a Resolução do Governo de S. Majestade que tão urgente se torna de dia em dia cada vez mais.

Satisfeito este primeiro dever, resta-me outro de mais agradável natureza que é o de me felicitar, antes a mim do que a V. Ex.<sup>a</sup>, de o ver chamado aos conselhos de S. Majestade, e a presidir a esta repartição em que tanto me honrarei de servir como Seu Súbdito se continuar a ser do Agrado da Rainha e da aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> que nele permaneça.

As minhas esperanças vão ainda mais além, posto que de minha natureza sou pouco esperançoso; e a constante perseguição de que tenho sido sempre vítima me tem habituado à resignação. Mas digo que vão ainda mais além as minhas esperanças, porque não só no constante favor e indulgente amizade com que sempre me tem honrado, mas muito mais no seu espírito de inteireza e reconhecido amor de justiça, e professado ódio à apadrinhção e clientela que em nossos infelizes tempos tem predominado tudo; nessas qualidades de V. Ex.<sup>a</sup> tenho seguro penhor de que enfim merecerão alguma atenção ao Governo da Minha Soberana, uma pobre vida toda votada ao serviço da Pátria, a combater e padecer pela causa da Liberdade do meu País, e a forcejar com esses poucos talentos que a Natureza me deu, e algum estudo cultivou, por

<sup>112</sup> NM [a lápis] – “Preciso saber de que trata este ofício n.º 29”.



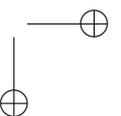
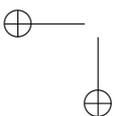
promover a causa da Civilização e das Luzes, que é, felizmente, a da Rainha também.

Pouco presunçoso e desvanecido de meu natural, tem-me forçado a crer que valerei um pouco mais do que eu mesmo me avalio, a constante perseguição dos inimigos da Liberdade, o desprezo dos néscios, as injustiças, insultos e acintosas preterições dos corruptos de toda a espécie. Honrando-me muito desta perseguição, ela me será demais, eu confio, uma nova garantia para contar com o favor e sobretudo com a justiça de V. Ex.<sup>a</sup>.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas 7 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett



CARTA 76

N.º 38

Reservado – 2ª via por Inglaterra

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Chega neste momento a esta Legação o Adido à Legação de S. M. em Madrid com a feliz notícia de se haver concluído e assinado no dia 6 do corrente em Corbuz a Convenção Matrimonial entre S. M. Fidelíssima a Rainha Nossa Augusta Soberana e S. A. R. o Príncipe Fernando Augusto Duque de Saxe Coburgo Gotha, o que o Ministro Enviado Extraordinário em Missão Superior naquela residência, Conde de Lavradio me comunicou em carta confidencial de 7 do corrente e num ofício a comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> para subir ao Conhecimento de S. M. escrevendo este ofício em duplicado, chegou uma via por Inglaterra outra por Espanha: posto que não deva supor que o meu ofício chegue primeiro do que as outras comunicações que V. Ex.<sup>a</sup> receberá, entendo contudo que era meu dever tomar todos estes cuidados.

Se me é permitido, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> me queira fazer a honra de beijar por mim a Augusta Mão de S. Majestade por esta fausta ocasião.

O portador daquela comunicação José de Vasconcellos hoje partirá com apenas meia hora de repouso, imediatamente por Londres em seguimento a Lisboa. Para que o [...] dos devidos passaportes e pus quanto em mim era em expedir prontamente. Fiz entrega a S. M. El-Rei dos Belgas de [...] cartas de SS. AA. RR. os Duques e Príncipes de Saxe-Cobourg, de que era portador.

El-Rei mostrou o maior e o mais vivo contentamento por esta feliz nova.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 11 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

## CARTA 77

N.º 39

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Desde o mês de Outubro do ano passado de 1834 que a chorada morte de S. M. I. o Duque Regente, e as ordens de S. M. a Rainha que por essa ocasião mandou tomar luto a esta Missão, me obrigaram a fazer uma despesa que excede muito o que pelas Reais ordens está arbitrado, isto é a soma de vinte libras Esterlinas.

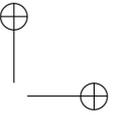
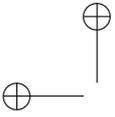
Em Março-a-Abril deste ano outro calamitoso acontecimento, o falecimento de S. A. R. O Príncipe D. Augusto fez, segundo as Reais ordens, entrar de novo na mesma despesa.

São pois quarenta libras Esterlinas que tenho direito a reclamar, que por vezes tenho pedido e em vão. Estão pagas as outras Legações de S. M. de iguais despesas: e eu tenho passado pelo dissabor de enviar os meus recibos a Londres, e de serem restituídos, com vergonha minha, das pessoas a quem os dei, declarando A. de Ramon y Carbonell que não tem ordem para pagar.

Posto que nestes dois lutos eu despendesse o dobro do que a lei me arbitra, eu não reclamo todavia senão o arbitrado; e é certamente duríssimo que estando em desembolso de parte desde mais de um ano e da outra parte desde mais de 8 meses, tendo em 6 de Junho deste ano enviado (sob n.º 7) à Secretaria de Estado a minha lista regular (por aditamento à do 1.º quartel deste ano) ainda não fosse possível receber esta bagatela, que para mim e com as penas e sacrifícios que estou fazendo, o não é por certo.

Rogo pois muito instantemente a V. Ex.<sup>a</sup> que por favor me mande pagar esta conta. E por esta mesma ocasião lhe lembro que ainda estou por satisfazer dos custos da lista do 2.º quartel deste ano; e que urgem os credores a que não posso satisfazer tanto deste pagamento, como pelo da lista do 3.º quartel que nesta data tenho a honra de lhe submeter.

E cumpre-me acrescentar que para não dever pequenas quantias nas lojas sou obrigado a pedir emprestado para calar assim as reclamações públicas e

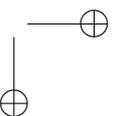
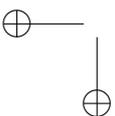


evitar uma vergonha que recairia sobre o Governo de S. M. que por enquanto tenho a honra de representar.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 12 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett



## CARTA 78

N.º 40<sup>113</sup>

---

1 anexo<sup>114</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Só hoje, que me sinto mais restabelecido dos cruéis padecimentos que há 3 para 4 meses me afligem, posso organizar a lista das despesas desta Legação no 3.º quartel deste ano, que tenho a honra de levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup>. Eleva-se esta conta nas despesas ordinárias a quinhentos sessenta e nove florins cinquenta e cinco cents, ao que adicionando as despesas extraordinárias que fui mandado fazer, perfaz a de mil cento e quinze florins, e oitenta e cinco cents. E por evitar os transtornos de câmbios e recâmbios que ocasionam perca e demora, reduzi logo esta soma a Libras esterlinas ao câmbio desta praça no dia de hoje de fs 12,12 cts que vem a fazer a quantia de Libras esterlinas, noventa e duas, um schelling, e quatro pences.

Achando-me no maior apuro sem poder dispor de um só florim, e com muitos empenhos, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> muito instantemente servisse mandar satisfazer esta quantia. E por esta ocasião lhe renovo o pedido de mandar igualmente satisfazer as listas do 2.º quartel deste ano, assim como a folha adicional do 1.º que é £40, dos lutos de S. M. I. e de S. A. R. o Príncipe D. Augusto das quais ambas estou em desembolso.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 12 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>113</sup> NM – “Respond.<sup>do</sup> em 16 de Janeiro de 1836”.

<sup>114</sup> Não consta neste espólio.

## CARTA 79

N.º 41

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Antes de ontem 16 do corrente se celebrou solene *Te deum* por ocasião do aniversário de El-Rei, a que assistiu a Rainha, a Corte, o Corpo diplomático e os Tribunais.

No momento em que ia sair para a Igreja me trouxeram um recado de boca, por um criado: “que o meu Colega, chegado ao hotel havia dois dias, mandava saber se tinha cartas para ele”.

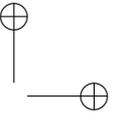
Posto que, segundo já tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> e ao seu antecessor, eu estava prevenido por um amigo officiosamente de que se me nomeara sucessor, não podia todavia nunca imaginar que este sucessor me fosse mandado, sem nem ao menos me avisarem de tal, e se a consciência me acusasse de alguma coisa, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que diga com todo o respeito devido que suporia antes ser um Comissário que vinha devassar de meus crimes ou erros. Apesar disso, e do modo, pelo menos estranho e pouco visto e que difere um tanto do que geralmente se usa na urbanidade e polidez do trato e relações dos empregados diplomáticos entre si, apenas acabaram as cerimónias do dia, fui em pessoa à hospedaria indicada, visitar o meu colega ou sucessor, ou o que quer que fosse, que tão nobremente se me anunciava. Achei com efeito, e num deplorável estado de saúde que em parte explicava aquele procedimento seu<sup>115</sup>, a D. Luíz da Câmara, que me disse achar-se nomeado para me suceder e tomar conta desta Legação como Ministro Residente nesta Corte e na de Cobourg. Ao que respondi manifestando (o que era e é verdade sincera e leal) a minha alacridade e ânsia de lha entregar para logo e no mesmo momento, escrevendo sem demora ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para pedir dia e hora de apresentar o novo Ministro, e instando-o para que fosse aquele mesmo dia a ser possível. E então pedi ao meu sucessor

<sup>115</sup> “seu” [entrelinha superior].

os diplomas e papéis necessários de que ele devia ser portador, a minha carta de rappell, e o ofício de V. Ex.<sup>a</sup>, quero dizer o despacho, que me participasse esta determinação do Governo, e a minha translação. Posto que não devia fazê-lo, confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que pensei antes – demissão do serviço, à vista do modo por que eu era expulso. Mas, tendo em despacho de 7 de Novembro último sob n.º 28 recebido comunicação oficial de que S. Majestade em atenção aos meus serviços Havia Resolvido confiar-me uma missão de grau superior a esta; corrigi imediatamente aquele pensamento e esperei pelos papéis que ia entregar-me o meu Sucessor. Não posso, ou antes mais exactamente, não devo expressar a V. Ex.<sup>a</sup> qual foi a minha admiração acompanhada de outros muitos sentimentos que não designarei, quando ouvi, em resposta, que nada trazia para mim; nem despachos nem coisa alguma. Ignorando o que devia fazer ou responder, e declarando-me o dito Ministro que não estava com forças, pelo seu estado de saúde, nem de escrever uma linha, disse-lhe que não obstante tudo, eu tinha tal ânsia e empenho de lhe entregar quanto antes a Legação, que faria quanto ele quisesse e quanto fosse possível.

Mas o caso pareceu-me tão estranho e tão fora de tudo quanto tenho visto praticar nas várias mudanças e alterações que aqui tem havido em diversas legações, que atribui o meu pasmo e estranheza a pouca prática minha, pois pela teoria, não achava nos meus autores ideia de tal. Resolvi-me, como em casos de dúvida se pratica, a consultar com os meus outros colegas, principalmente com os Ministros das Potências mais amigas, e apesar da grande repugnância que forçosamente qualquer teria em manifestar que é tratado pela sua Corte por tal modo, decidi fazê-lo, pelo receio de não cometer alguma imprudência ou erro, e antes quis (segundo toda a vida fiz no serviço da Pátria e de S. M.) sacrificar o amor próprio. Todos me disseram que devia ter paciência e resignar-me e cortar por meu pundonor, mas que sem ordem do Governo não devia entregar a Legação. Que nenhum acto do Governo de S. M a mim oficialmente conhecido me havia absolvido da responsabilidade em que estava como chefe da Legação; e que não havia exemplo de que tal se fizera nunca. E, formais palavras, “vous ne pouvez pas vous présenter au ministre des affaires étrangères pour demander audience de congé sans une lettre de rappel. Ce serait à vous faire tourner en ridicule vous et votre Gouvernement.”

Não podendo, mau grado meu, deixar de conhecer a justiça e exactidão deste parecer, resolvi-me a esperar; e esperarei as ordens de S. Majestade e

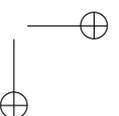
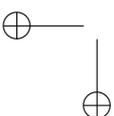


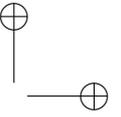
de V. Ex.<sup>a</sup> que ansiosamente fico aguardando. E continuarei a servir enquanto não chegarem, ou que o novo Ministro não exija, o de que folgarei muito, absolutamente o tomar entrega da Legação; porque nesse caso, tenho suficiente desculpa do erro de ofício que cometerei, no evitar o escândalo de contestações: mas nunca o farei sem que o dito Ministro o exija por escrito, de ofício, e formalmente. O continuar eu, depois deste procedimento que não devo qualificar, a servir ainda uma só hora mais na presença de uma Corte onde tenho sido tão honrado, onde tanto tenho feito honrar o nome Português, e o da Soberana, à face dos meus colegas, à face de uma Nação inteira que assim me vê afrontado e desprezado pelo meu Governo – confesso a V. Ex.<sup>a</sup>, protestolhe sob minha honra que é o maior sacrifício que em minha vida ainda fiz. Por duas vezes jazi nos cárceres do Despotismo, duas vezes emigrei e perdi tudo, comi no rancho o pão dos soldados, dormi nos porões dos navios, padeci fomes, sedes, perigos de vida de toda a espécie; mas todos esses sacrifícios e padecimentos eram pela causa da Liberdade e da Soberana, pela causa da ilustração e reforma da minha Pátria. Embora: fi-lo de gosto e vontade; não me arrependi nem um instante, nem sequer depois que os vi desprezados, e até nem quando os vi galardoados em outros que os não fizeram. Mas este sacrifício de permanecer aqui exercendo funções públicas – depois de ser tão público o tratamento que recebo, é maior que todos aqueles; e confessarei que dele me hei-de arrepender e o hei-de chorar toda a vida.

Certamente V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que eu que se costuma dar algum tempo a um Ministro ou Chefe de Legação qualquer para preparar os seus negócios, e até para não parecer que de propósito é intenção do Governo maltratá-lo. E isto se pratica ainda em casos em que ele é culpado, ou mereceu por seus erros a desaprovação do Soberano. A maneira por que eu sou removido desta Corte, onde se me apresenta um sucessor – em tais circunstâncias, com mais graduação – e tudo isto antes que se me anuncie que sou removido ou demitido, faria crer a todo o mundo que eu sou réu de atroz coisas.

Felizmente o sentimento geral e a opinião que tenho sabido granjear-me me põe acima de suspeitas que seriam aliás bem naturais: e assim o meu procedimento nesta Corte e a honra que tenho feito à minha me salva da vergonha de<sup>116</sup> que me cobriria este sucesso, e salva igualmente o Governo de S. M. da

<sup>116</sup> “de” [entrelinha superior].





vergonha de haver confiado uma Missão diplomática a um homem capaz de merecer tal tratamento.

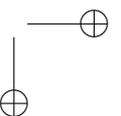
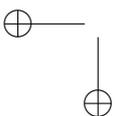
Geralmente tem-se atribuído este súbito acontecimento (que obstinadamente chamam desfeita) à mudança do Ministério; mas eu tenho com tanta sinceridade asseverado o contrário, e o de que estou persuadido, que enfim hão-de crer-me. E antes eu passe por mau Servidor, do que o Governo de S. M. seja acusado de ingratitude e de outros defeitos, com que (por amizade para comigo que lhes não agradeço) o apodam todos neste caso.

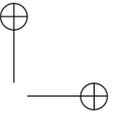
Continua muito gravemente enfermo na hospedaria o Ministro de S. M. Luiz Maria da Câmara; e farei quanto em mim está por lhe prestar meus pobres serviços.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 17 de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett





**CARTA 80**

N.º 42

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

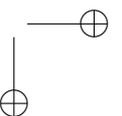
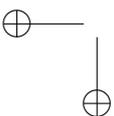
Confirmando o que tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup>, sob n.º 41, em 18 do corrente, tenho a dizer-lhe agora que continua esta Legação no mesmo estado de incerteza e provisório, não tendo eu ainda recebido da Secretaria de Estado a que V. Ex.<sup>a</sup> preside comunicação ou ordem alguma, e progredindo a enfermidade do meu sucessor, que, ainda que houvesse chegado a minha carta de rappel, não poderia tê-la ainda apresentado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

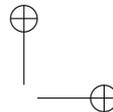
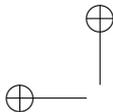
Quanto a mim pessoalmente só sei pelo despacho n.º ... <sup>117</sup> que S. Majestade Tem Resolvido confiar-me uma Missão de grau superior a esta, pelo que beijo de novo muito agradecido a Mão de S. M.. Mas renovo minhas muito instantes súplicas ao Governo que aqui tive a honra de representar, e que honradamente servi, para que atenda às urgentíssimas circunstâncias em que me acho. Devem-se-me dois quartéis já decorridos, os lutos de S. M. I. e de S. A. R., as listas de três quartéis: e eu devo a todo o mundo aqui, e não tenho literalmente um florim para pagar a quem devo. E contudo empreguei a mais estrita economia, e me privei até a minha pessoa e as da minha família muitas vezes do absoluto necessário para fazer honra à minha Corte, e para não envergonhar a minha Nação. Todos esses sacrifícios serão baldados se aos olhos do mundo tenho de passar por um caloteiro. E certamente passarei por tal, serei eu e o Governo de S. M. publicamente envergonhados e afrontados se ao momento de me dar um sucessor se me não dão também os meios de pagar os meus credores, pagando-se-me a mim o que me é devido.

Ignoro qual é o destino que S. Majestade se Dignou Dar-me; mas seja ele qual for, ponderarei a V. Ex.<sup>a</sup> que as percas que vou ter com a destruição do

---

<sup>117</sup> Não consta número algum.





meu estabelecimento aqui são consideráveis (para mim); que as minhas provisões de Inverno me custaram caríssimo este ano; que o aluguer da casa que habito estou obrigado a ele até o ano que vem; e que ainda quando eu quisera fazer mais este sacrifício no Serviço de S. M., ainda assim o não poderia realizar, porque absolutamente me faltam os meios de pagar; e ter eu equilibrado a minha despesa com a receita, isto é com o insignificante ordenado que tinha e os meus recursos patrimoniais que não são largos, é um verdadeiro prodígio que fiz.

O Governo acaba de reconhecer quanto eram inadequados os meios que me fornecia quando concedeu ao meu sucessor, solteiro, sem família e que tem menos encargos que eu, porque já não vem no tempo dos feridos e estropiados, dois mil cruzados mais do que me deu a mim, apesar de tantas súplicas e instâncias, apesar de que, ao momento de aceitar esta missão, eu a aceitei com a condição expressa de se me conservar durante ela o meu ordenado de oficial de Secretaria de Estado, condição que me foi garantida por um acto solene passado em Nome de S. M. I. o Duque Regente e assinado pelo Ministro da Repartição competente.

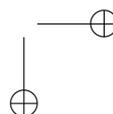
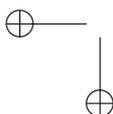
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em ...<sup>118</sup> de Dezembro de 1835

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>118</sup> Não consta o dia.



**CARTA 81**Nº 43<sup>119</sup>III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Segundo tive a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup> nos meus últimos ofícios, continuo ainda encarregando-me desta Legação, esperando ansiosamente e a todos os momentos os papéis necessários.

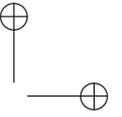
Pelo que hoje escreve a V. Ex.<sup>a</sup> D. Luiz Maria da Câmara, verá que entre nós reina a melhor inteligência; e que ambos convimos que nem ele pode receber nem eu entregar a Legação sem que V. Ex.<sup>a</sup> me dê para esse fim as ordens da Rainha.

Uma outra dificuldade em que eu não tinha pensado até agora, mas que é de grande monta, é que eu não posso entregar tão pouco a Legação e despir-me do carácter que me protege, sem pagar aos credores, meus e do Estado; e não posso pagar-lhes sem que o Estado me dê os meios para isso, pagando-me o que se me deve. Esta dívida é de dois quartéis vencidos, £ esterlinas mais de 300; lutos Reais, dois – 40; listas da Secretaria de três quartéis, pouco mais ou menos 200. O que forma uma totalidade de pouco mais ou menos quinhentas a seiscentas libras esterlinas. A esta soma é forçoso juntar a indemnização costumada pelo meu estabelecimento que assim subitamente, e sem o menor aviso prévio, sou obrigado a desfazer. E neste capítulo entra a renda de casas, que serei obrigado a pagar, pelo menos, até o meado<sup>120</sup> do ano que vem, as provisões de lenha e carvão, que são enormemente caras neste país. Se, depois disso, tiver execução a promessa e intimação oficial comunicada em despacho de 7 de Novembro, de me ser confiada outra Missão, tão pouco poderei seguir meu destino sem receber os avanços do costume.

Por tudo isto porém eu esperaria resignadamente se tivera fundos meus de que dispor; mas tudo tenho consumido no serviço de S. M.; e tendo oferecido

<sup>119</sup> NM – “Respond.<sup>do</sup> em 16 de Janeiro de 1836”.

<sup>120</sup> Risca “fim” e escreve, por cima, “meado”.



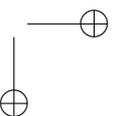
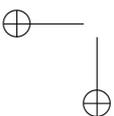
e sacrificado tudo pela Rainha, há uma única coisa que é forçoso exceptuar do sacrifício – a minha honra. Tenho de bom grado perdido a fortuna, exposto muitas vezes a vida, arruinado irreparavelmente a saúde; mas da minha honra, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que o diga com o mais humilde respeito, nem a Rainha Pode Dispor; nem é decerto de Suas Magnânimas Intenções Fazê-lo.

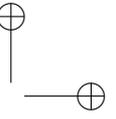
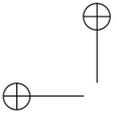
E todavia o tempo urge, e eu passarei por um caloteiro, passarei [...] não, eu e o Governo de S. Majestade seremos afrontosamente envergonhados e cobertos de opróbrio, se não tenho os meios para pagar a quem devo. Custa-me dobrado ver diante de mim este prospecto, quando considero os sacrifícios de minha fazenda que tenho feito para me não empenhar, nem envergonhar o lugar e a Missão que me foi confiada.

Queira V. Ex.<sup>a</sup> prover de pronto remédio a este mal que urge e o reclama. Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 25 de Dezembro de 1835

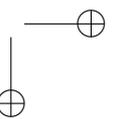
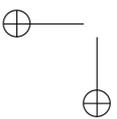
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

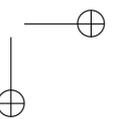
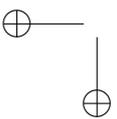
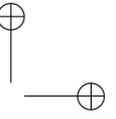
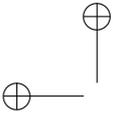
João Baptista de Almeida Garrett

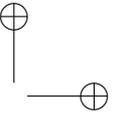
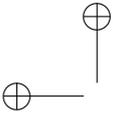




**1836**







CARTA 82

N.º 1<sup>121</sup>

---

1 anexo com 4 documentos  
numerados 1, 1A, 2, e 3<sup>122</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa lista das despesas da Secretaria desta Legação no último quartel do ano findo, a qual se eleva a oitocentos e trinta e cinco florins, sessenta e quatro cts, havendo deduzido, dois e oitenta e um cents de diferença de câmbio do 1.º quartel deste mesmo ano que foi a favor do Tesouro. E por evitar as desagradáveis disputas que fui obrigado a ter com Carbonell sobre o câmbio e recâmbio do 1.º dito quartel deste ano (único que até agora recebi), reduzi logo a dinheiro esterlino, segundo o câmbio corrente de hoje que é de fl. 12,15; e assim é igual aquela soma à de sessenta e oito libras esterlinas, quinze shillings e seis pence.

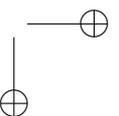
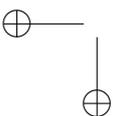
V. Ex.<sup>a</sup> notará que não vão documentadas com o devido recibo as somas na lista marcadas com um \* asterisco, porque duas delas as não paguei, não tendo de meu um só florim nem para comprar pão; e da outra (que paga está) não é possível haver recibo porque foi despendida em parcelas mínimas e paga em longos e distantes períodos.

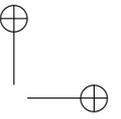
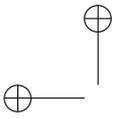
Continuando doente D. Luiz Maria da Câmara, e faltando ainda a ordem que espero de V. Ex.<sup>a</sup> para eu ter com que pagar o muito que devo, bem como a outra ainda mais necessária que me autorize a lhe entregar (segundo ansiosamente desejo) esta Legação, eu continuo a estar encarregado dela. Mas ansiosamente peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça prover de remédio a um estado de coisas que se não pode manter mais tempo. Eu não tenho literalmente um só florim,

---

<sup>121</sup> NM – “Respond.<sup>do</sup> em 16 de Janeiro de 1836”.

<sup>122</sup> Não constam neste espólio.



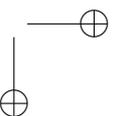
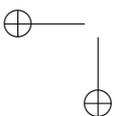


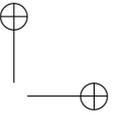
devo a todo o mundo, e no momento em que me despir do carácter diplomático que me protege serei sem piedade lançado numa cadeia pelos credores que todavia menos o são meus que do Governo de S. Majestade, pois, apesar de tudo, eu não devo mais do que pelo Tesouro me é devido.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett





CARTA 83

N.º 2<sup>123</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Continuando a ausência de ordens da Secretaria de Estado a que V. Ex.<sup>a</sup> preside, continuo, com muito apesara e sacrifício meu, na impossibilidade de apresentar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o meu Sucessor D. Luiz Maria da Câmara, que agora restabelecido o deseja muito, mas não tanto como eu, que não sei expressar a V. Ex.<sup>a</sup> quanto me pesa esta demora.

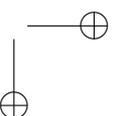
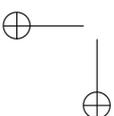
Tendo aqui chegado no dia 1 do corrente às 9 da noite<sup>124</sup> o Conde de Lavradio em Companhia de S. Alteza o Duque Fernando de Saxónia Cobourg Ghota, hoje de comum acordo lhe pedimos, D. Luiz da Câmara e eu, conselho<sup>125</sup>. para sairmos deste embarço de modo que ambos fizéssemos nosso dever. E não querendo ele tomar sobre si a responsabilidade de uma resolução, posto que todos três igualmente só desejamos que se cumpram as Ordens e Desejo de S. Majestade, então me lembrei de propor que, apesar de falta de ordem, apesar de eu não ter participação alguma que me dê nem sequer conhecimento, já não digo de estar eu desencarregado desta Missão, mas nem sequer da nomeação do meu sucessor, eu entregaria imediatamente a Legação uma vez que D. Luiz da Câmara mo exigisse por escrito; e que como não estava autorizado por ordem do Governo, ou ao menos pelo conhecimento oficial da sua nomeação e carácter, a apresentá-lo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, eu simularia uma grave moléstia, por motivo da qual tinha ele D. Luiz da Câmara sobejo pretexto para se apresentar directamente e sem intervenção minha<sup>126</sup> ao dito Ministro dos Negócios Estrangeiros, abstendo-me eu não só de toda função diplomática daí por diante, mas até de sair do meu

<sup>123</sup> NM – “Respond.<sup>do</sup> em 16 de Janeiro de 1836”.

<sup>124</sup> “às 9 da noite” [entrelinha superior].

<sup>125</sup> “conselho” [entrelinha superior]

<sup>126</sup> “e sem intervenção minha” [entrelinha superior].



quarto, onde me resignava a ficar até chegarem os Despachos de V. Ex.<sup>a</sup> que autorizassem, ex post facto, este passo.

O qual arbítrio parecendo demasiado duro àqueles cavalheiros, propus eu então que esperássemos a chegada de José de Vasconcellos, que se supõe não dever tardar além de Domingo seguinte, e que então, na falta de ordens (que é de supor tenham chegado naquela época) se tomaria aquele meu proposto arbítrio.

Parecendo bem este arbítrio a todos três, nele se conveio ficar. E como por este modo se preenche o espírito das Ordens de S. Majestade que são, pelo que se colhe<sup>127</sup> das instruções que o dito D. Luiz da Câmara recebeu e me fez favor de comunicar, que ele se ache aqui acreditado à chegada de S. A. R. o Príncipe D. Fernando, entendi que era portanto este arbítrio o mais assisado; e folgo que de bom acordo se adoptasse.

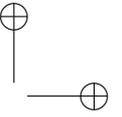
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 5 de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

---

<sup>127</sup> “se colhe” [entrelinha superior].



**CARTA 84**

N.º. 3<sup>128</sup>

---

anexos 5

A

B – ab, bb, cb<sup>129</sup>

---

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Desde que em Junho do ano findo cheguei a esta Missão, de volta de Lisboa, imediatamente me comecei a ocupar da organização das contas das despesas que por ocasião da passagem de S. A. R. o Príncipe D. Augusto de Saudosa Memória se haviam feito, e para as quais me tinham sido abonados dois saques que fizera sobre Londres, de £ 150 o primeiro e de £ 200 o segundo. Mas como estas despesas haviam sido feitas nas vésperas e ainda no próprio dia de minha partida de Bruxelas, fui, além de outros motivos que para isso tive, obrigado a cometer a direcção de todo este arranjo a uma pessoa da terra que costuma empreender semelhante sorte de coisas, mas que todavia se não quis sujeitar a fazê-lo (segundo eu queria) por uma soma determinada.

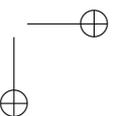
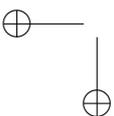
Durou pois desde Junho que voltei a Bruxelas até Setembro último a discussão destas contas, que afinal terminei da maneira mais vantajosa que pude para a Fazenda, obrigando o Empreendedor a retomar vários objectos mais custosos que ele não queria sob pretexto que os tinha feito fazer ou comprado de propósito, e que ficasse eu ou o Governo com eles. O qual arbítrio recusei, preferindo antes que os tornasse ele a tomar com grande quebra e desconto.

A falta de meios em que tenho laborado me impediu de fazer muito tempo o saldo destas contas, sem o que me não era possível obter a quitação delas

---

<sup>128</sup> NM – “Respondido em 11 de Março de 1836” / “A conta das despesas pela passagem do príncipe a Bruxelas – mandada ao Tesouro”.

<sup>129</sup> Não constam neste espólio.



para documentar a minha conta. Enfim a minha longa e perigosa enfermidade com que lutei até quase ao fim do ano me tolheu levar estas contas à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, o que só posso fazer hoje.

Delas se colhe que entre florins.....	4178:75
produto em £ 350, e entre florins.....	7621:00
importância das despesas há um saldo .....	3442:25

que passo para a conta geral das despesas do ano.

Esta conta geral e corrente do ano findo de 1835, em que principalmente avultam as despesas extraordinárias (além de £ 20 pertencentes ao ano anterior de 1834, e a lista dos Pensionários de S. M.) apresenta igualmente um saldo a meu favor de fls 4346 (quatro mil trezentos e quarenta e seis) que reduzi logo a Libras Esterlinas por evitar as desagradáveis discussões e delongas que sobre câmbios tenho tido na agência Financeira de Londres, preferindo antes perder, como perco nesta operação assim feita, que sofrer as demoras que os meus pagamentos têm sofrido em Londres.

Não tenho palavras com que encareça a V. Ex.<sup>a</sup> a urgência e aperto em que estou e pelo qual instantemente lhe rogo me mande satisfazer este saldo de £ 403 e 18 shellings, soma que para mim não é insignificante, e que junto à dívida de mais de um quartel de meus ordenados em que já estou me põe no maior aperto.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 8 de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

CARTA 85

130

131

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar recepção do ofício de 9 do corrente em que V. Ex.<sup>a</sup> me remete cópia do Decreto da mesma data pelo qual Houve S. Majestade por bem exonerar-me do lugar de Ministro Residente em Copenhaga, para que me Havia nomeado por Decreto de 7 de Novembro do ano passado.

Pesa-me de que a Secretaria de Estado a que V. Ex.<sup>a</sup> hoje preside nunca se Dignasse dar-me conhecimento deste Decreto de 7 de Novembro, e me privasse assim da ocasião de mostrar a S. Majestade, por minha submissa recusa, que eu não era capaz de ser cúmplice de um acto ofensivo da lei e interesse público, qual em minha humilde consciência era aquele em que a Religião da Soberana foi iludida, e que muito louvor seja a V. Ex.<sup>a</sup> e à actual Administração por haver zelosamente aconselhado a S. Majestade que o Desfizesse como cumpria.

Julgo ter direito a sentir-me de que na redacção do dito Decreto que me desonera de um lugar que não pedi nem aceitei (e por minha honra, juro, não aceitaria) não coubesse uma só palavra de menção de alguns pobres serviços que tenho feito, e que mostrasse que não era mera e banal<sup>132</sup> formalidade a promessa de ser empregado no Serviço de S. Majestade em se oferecendo ocasião oportuna.

Este sentimento e queixa formada em toda a humilde resignação a que me tem habituado a consciência de meu pouco préstimo não pode em nada diminuir o sincero agradecimento com que por esta nova mercê beijo a Augusta Mão de Sua Majestade.

<sup>130</sup> Esta carta não está numerada.

<sup>131</sup> NM – “Guarde-se”.

<sup>132</sup> “banal” [entrelinha superior].

Segundo porém já tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> quando encarregado da Legação nesta Corte, tudo estou pronto a sacrificar de bom grado, como até aqui tenho feito, a vida, a fazenda, tudo, menos a honra, única coisa de que nem S. Majestade, permita-se-me humildemente dizê-lo, Pode dispor, e sei que não Quer nem Deseja, em Sua Alta Justiça, Fazê-lo.

Mas do modo por que eu fui primeiro substituído no lugar em que estava, logo desonerado de outro, e assim subitamente surpreendido no meio dos meus arranjos e disposições, e de obrigações contraídas, é de eterna justiça que a minha honra seja salva, sendo-me prontamente pago o que se me deve de meus ordenados e despesas, e pela indemnização das perdas que incorro, em razão do modo da minha remoção e demissão.

Não peço como nos tempos da corrupção e desordem, que me sejam dadas ajudas de custo, e pagas dívidas de luxo e sensualidade, como por desgraça se tem feito tanta vez; mas rogo que seja pago o que justamente e equitavelmente é devido para que satisfazendo os meus credores, eu possa deixar esta Corte sem vergonha para mim nem para o Governo de S. Majestade que aqui tive a honra de representar.

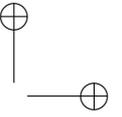
O contrário seria uma injustiça, uma crueza que sei bem não é das Reais Intenções, e que V. Ex.<sup>a</sup> tem muita nobreza de ânimo, não digo para aconselhar, que tal não imagino, mas para tolerar que se leve a efeito, segundo o plano dos homens corruptos e pérfidos que anteriormente tinham jurado a minha ruína.

Seguro que V. Ex.<sup>a</sup> saberá destruir a favor de um homem de bem este plano de iniquidade, de novo lhe rogo a brevidade que tanto urge no meu estado.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 28 de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett



**CARTA 86**

\_\_\_\_\_ 133  
\_\_\_\_\_ 134

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup> a lista das despesas da Secretaria desta Legação durante o mês de Janeiro que neste primeiro trimestre do ano corrente ela esteve a meu cargo.

Eleva-se a sua importância a florins cento e setenta e nove, cinco cents, que ao câmbio de hoje produzem em dinheiro Esterlino £ quatorze, quinze shellins. Talvez seria mais correcto e corrente que o actual chefe desta Missão me embolsasse desta bagatela, e a lançasse ele em conta sua no trimestre inteiro. Mas ignorando se tal é sua vontade, eu regularizo a minha conta, e a envio a V. Ex.<sup>a</sup>, dando conhecimento deste ofício ao actual Ministro de S. M., aqui por via de quem a remeto a selo volante.

Mas seja por via dele, seja directamente a mim, rogo muito a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva mandar pagá-la, pois, com ser insignificante, me embaraça por extremo este desembolso.

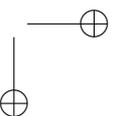
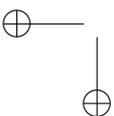
Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 9 de Fevereiro 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

João Baptista de Almeida Garrett

<sup>133</sup> Esta carta não está numerada.

<sup>134</sup> NM – “Respondido em 15 de Março 1836 e ao Tesouro no m.<sup>mo</sup> dia”.



## CARTA 87

135

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de acusar recepção do despacho A de 11 de Março último pelo qual V. Ex.<sup>a</sup> me participa ter mandado pôr à minha disposição £ 300,16,11 (trezentas libras, dezasseis shellings, e onze dinheiros esterlinos) pelos Agentes do Governo de S. M. em Londres, a saber: £ 283,6,3, para completar as despesas da Estada de S. A. R. em Bruxelas, £ 14,5,2 por quartéis omitidos nas despesas da Secretaria; e £ 3,5,6 por diferenças nas pensões. Mas infelizmente cumpre-me acrescentar que no momento em que, desembaraçado enfim, por este ofício, dos terríveis embaraços, angústias e vergonhas que me retinham nesta Corte, ia sacar por aquela quantia sobre Londres, e preparar-me a partir daqui, recebo com data de 30 de Março um aviso oficial, em forma de despacho, do nosso Cônsul em Londres que me diz ter à minha disposição por ordem do Governo as duas quantias de £ 14,5,2, e de £ 3,5,6, omitindo toda menção da parcela de £ 283,6,3.

Hoje mesmo respondo ao dito cônsul reclamando contra tal omissão; mas receio que, segundo uma triste experiência me tem mostrado, a resposta dele seja evadindo-se a toda responsabilidade, e acusando o Governo de S. M. cujas ordens ele protestará que recebeu daquele modo, e não pelo modo que a mim me foram comunicadas.

A consequência fatal deste engano, ou não sei como lhe chame, será que aqui ficarei ainda mais algum meses, sobre três que tenho estado, exposto à mofa, ao escárnio e aos insultos públicos que de toda a parte chovem sobre mim, recompensa e galardão único com que prouve ao Governo de S. M. agraciar um servidor fiel e zeloso!

Há três meses que vivo neste estado, e ultimamente, apesar de todos os privilégios diplomáticos, sofri a desfeita de um sequestro em minha mobília pelo

<sup>135</sup> NM – “Respondido a 27 de Abril 1836”.

resto da renda das casas da Legação, resto que é devido pelo tempo que já as não ocupo, mas q— a imprevista demissão que recebi me obriga a pagar. Desta desfeita não se deu (nem dará) satisfação apesar da reclamação do Ministro de S. M. nesta corte, porque a situação em que aqui fiquei, desonrado pelo meu próprio Governo, não é nem pode deixar de ser senão para ser desonrado por todos.

Reduzido a este estado, resolvo-me a vender algum resto de prata e roupa que possuir para pagar as dívidas que não são minhas, e para não continuar a fazer mais, transportando-me assim para Londres, onde espero encontrar quem me empreste os meios de me transportar a Lisboa.

No estado de saúde em que estou, depois de passar por uma dolorosa operação em que estive à morte, é provável que seja obrigado a fazer mais demora em Londres do que desejo; e nessa suposição e receio rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva mandar-me ali pagar o 1.<sup>o</sup> trimestre deste ano, já corrido, e a lista das despesas da Legação no mês de Janeiro deste ano. Também espero que, segundo a prática, os dois meses deste dito trimestre que não servi, me sejam contados da maneira mais favorável, que é de toda equidade, se não justiça, me seja arbitrada.

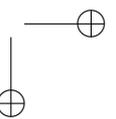
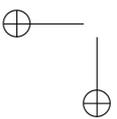
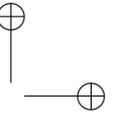
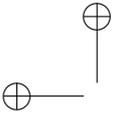
Receio muito que seja necessária nova e bem explícita ordem de V. Ex.<sup>a</sup> para me ser paga a parcela de £ 288,6,3 do seu despacho de 11 de Março.

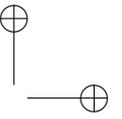
Não me é possível, no meu estado de saúde, verificar as contas que faz o dito ofício, e confrontá-las com as minhas, pondo-as de acordo. O que farei apenas mo permita o meu estado.

Iludido até aqui com a esperança que me deviam dar Augustas Promessas, não me resolvia a tomar destino positivo. Mas estou tal, que não devo esperar mais; e me resolvi a tomar o de voltar à minha Pátria e à vida obscura que minha insuficiência e origem plebeia reclamam. Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas 5 de Abril 1836

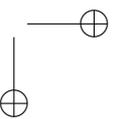
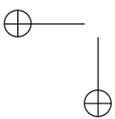
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

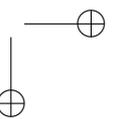
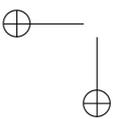
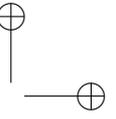
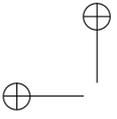
João Baptista de Almeida Garrett

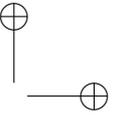
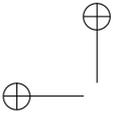




# **CARTAS DE D. LUIZ MARIA DA CÂMARA**







**CARTA 88**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

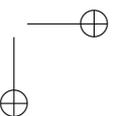
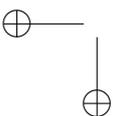
Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho de V. Ex.<sup>a</sup> n<sup>o</sup> 3, de 12 do mês próximo passado, não tendo recebido o n<sup>o</sup> 2 que julgo ser uma Circular que trazia um sobrescrito para mim, por isso o n<sup>o</sup> era 31, e o visto dirigido ao João Baptista d'Almeida Garrett. Com o n<sup>o</sup> 3 teve V. Ex.<sup>a</sup> a bondade de me remeter uma Carta de Crença dirigida ao Barão de Carloniz, Conselheiro Privado, e Ministro de estado de Sua Alteza Real o Duque Reinante de Saxónia-Cobourg-Gotha, pela qual eu sou acreditado no carácter de Ministro Residente junto ao mesmo Duque, da qual farei uso logo que se ofereça ocasião oportuna.

Ainda me acho na mesma situação em que estava quando escrevi a V. Ex.<sup>a</sup> no dia 25 de Dezembro, sem ter ainda apresentado a minha Carta de Crença a este Governo, pelos motivos que expus a V. Ex.<sup>a</sup> no meu citado ofício, contudo determinei-me, de acordo com o Garrett, a esperar mais alguns dias pela chegada de José de Vasconcellos para ver se ele é portador de algumas ordens de V. Ex.<sup>a</sup> a este respeito, e no caso contrário a escrever ao Ministro dos Negócios Estrangeiros pedindo-lhe uma audiência para lhe entregar a minha Carta de Crença, e julgo assim conformar-me com as intenções de Sua Majestade, e de V. Ex.<sup>a</sup>: espero que V. Ex.<sup>a</sup> há-de aprovar esta minha resolução.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 8 de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

D. Luiz Maria da Câmara



## CARTA 89

136

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

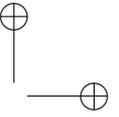
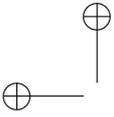
Tenho a honra de acusar a recepção de uma circular com o n<sup>o</sup> 1, de 3 de Janeiro, em que V. Ex.<sup>a</sup> tem a bondade de me participar que no dia 1<sup>o</sup> do corrente se celebrou o Consórcio de Sua Majestade a Rainha, com Sua Alteza Real o Príncipe D. Fernando Augusto, Duque de Saxónia-Coburgo-Gotha com geral contentamento de todos os bons Portugueses.

Por esta ocasião peço a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de beijar por mim a Mão de Sua Majestade, e de lhe segurar que faço os mais ardentes votos pela prosperidade de Sua Majestade, e que me uno a todos os Portugueses no regozijo que este acontecimento lhe causa, e que deve ser de tanta vantagem para a Nação.

Logo que recebi a Circular fui ter com João Baptista d'Almeida Garrett e lhe fiz ver que recebendo eu um Despacho da Corte, o não recebendo ele coisa alguma, estava claro que V. Ex.<sup>a</sup> supunha estar eu já de posse da Legação, e portanto não devia ter ele escrúpulo em ma entregar: convenceu-se ele com estas minhas razões, e decidiu-se a escrever, hoje mesmo, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros pedindo-lhe dia e hora para eu lhe entregar a minha Carta de Crença; e logo que eu for apresentado darei conta a V. Ex.<sup>a</sup> do que tiver passado.

Recebi hoje um Ofício de Joaquim José [...] de Matos Correia, Comandante do barco de vapor de guerra Lord of the Isles, de 17 do corrente, comunicando-me a sua chegada a Ostende, e dando-me parte de um pequeno desarranjo que houve na roda de bombordo do barco, e que ele espera consertar em três ou quatro dias: igualmente me participa que, na conformidade das suas Instruções deve regressar a Lisboa logo que eu lhe faça constar que se pode retirar. Não tendo recebido ordens algumas de V. Ex.<sup>a</sup> a este respeito vou responder-lhe que o pode fazer logo que lhe parecer conveniente.

<sup>136</sup> NM – “Acusada 13 Fevereiro”.

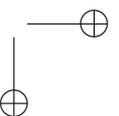
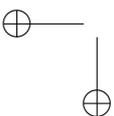


Chegou esta manhã a esta Corte, pelas quatro horas, José de Vasconcellos, com Despachos para o Conde do Lavradio, que ainda aqui se acha, e nada mais digo a este respeito porque ele escreve a V. Ex.<sup>a</sup>.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 19 de Janeiro de 1836

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

D. Luiz Maria da Câmara



## CARTA 90

---

137Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Recebi o Despacho nº 2 de 7 do corrente que V. Ex.<sup>a</sup> teve a bondade de me dirigir, dando-me ordem que exija do Vice-Cônsul de Portugal em Anvers, e remeta a essa Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, um mapa especificado de todos os direitos de porto, que neste Reino pagam os Navios Portugueses que a ele aportam, declarando-se no dito Mapa as denominações de cada direito, e as quantias que por eles se pagam. Darei quanto antes execução a esta ordem e remeterei o dito Mapa logo que me seja possível.

No meu último Ofício de 19 do corr.<sup>e</sup> participava eu a V. Ex.<sup>a</sup> ter o Garrett pedido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma audiência para eu lhe apresentar a minha Carta de Crença, a qual teve lugar Domingo 24 do corrente. Depois dos cumprimentos de estilo perguntou-me o Ministro se eu tinha a cópia da minha Credencial para Sua Majestade O Rei dos Belgas, e respondendo-lhe eu que não tinha Credencial para Sua Maj.<sup>e</sup> disse-me ele que nesse caso eu não podia ser reconhecido como Ministro Residente, e que era necessário esperar que ela me chegasse, e que este era o estilo em todas as Cortes onde havia Ministros Residentes. Não podendo responder a esta objecção, disse que tendo eu partido com muita pressa, e tendo havido mudança de Ministério tinha esquecido dar-me a Credencial, mas que sabendo eu ser da intenção de Sua Majestade a Rainha que eu aqui me achasse acreditado quando aqui chegasse Sua Alteza Real o Príncipe D. Fernando, eu estava pronto a ser considerado como Encarregado de Negócios até me vir à mão a Credencial que eu ia imediatamente pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, e dizendo isto entreguei-lhe a Carta do Sr. Duque de Palmela que lhe era dirigida. Tendo-a ele lido atentamente perguntou-me se eu conhecia o seu conteúdo, e dizendo-lhe eu que não, ele a leu em voz alta. Nesta carta participa o Sr. Duque a Mr. de Mulenaere que

---

<sup>137</sup> NM – “Acusada 13 Fevereiro”.

tendo Sua Majestade sido servida empregar João Baptista d'Almeida Garrett em outra Missão a Mesma Augusta Senhora me tinha nomeado seu Ministro Residente junto a Sua Maj.<sup>e</sup> o Rei dos Belgas. O Ministro disse-me que à vista do conteúdo da Carta eu me não achava acreditado junto a ele, e que portanto precisava tempo para auscultar se havia algum precedente por que se pudesse regular, e que ele me mandaria a resposta. Com efeito ontem à noite recebi a sobredita resposta que remeto a V. Ex.<sup>a</sup> por cópia<sup>138</sup>, e à vista desta verá V. Ex.<sup>a</sup> que é indispensável que eu receba uma Credencial para El-Rei para poder ser reconhecido como Ministro Residente: peço portanto a V. Ex. se digne pôr tudo isto na Presença de Sua Majestade a Rainha pedindo-Lhe se Digne mandar-me passar a sobredita Credencial, sem o que não é decoroso ao Governo de Sua Majestade nem a mim o ficar nesta Corte com um carácter inferior ao de Ministro.

Não me atrevo a partir para Cobourg sem ter igualmente uma Credencial para S. A. R. O Duque Reinante, receando ter lá igual sorte à que tenho tido aqui.

Tudo quanto tenho obrado neste negócio tem sido com aprovação do Conde do Lavradio a quem tenho sempre consultado; espero portanto que V. Ex.<sup>a</sup> haja de aprovar a minha conduta, ficando na certeza que se obrei mal foi por um desentendimento e não de vontade.

O Conde do Lavradio partiu desta Corte no dia 23 pelas seis horas da tarde para Gotha, e disse-me que esperava estar aqui de volta por estes quinze dias.

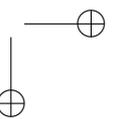
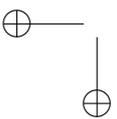
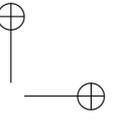
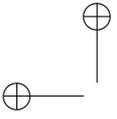
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Bruxelas em 26 de Janeiro de 1836

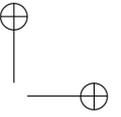
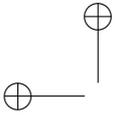
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Loulé

D. Luiz Maria da Câmara

---

<sup>138</sup> Não se incluiu a transcrição deste documento, correspondendo no espólio, à página 309.





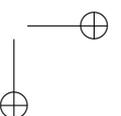
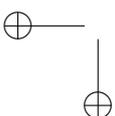
### **DUARTE IVO CRUZ**

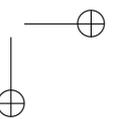
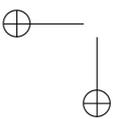
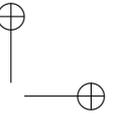
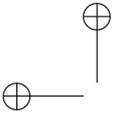
Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, Duarte Ivo Cruz concilia, há mais de 40 anos, a intervenção económica pública e privada com a atividade docente e de investigação histórica em temas ligados à história das relações internacionais e à história do teatro. É autor de mais de 30 livros numa e noutra área, publicados em Portugal, Brasil, Espanha e Nações Unidas. Desempenhou funções governamentais nas áreas da Segurança Social e dos Negócios Estrangeiros e exerceu atividades docentes na Universidade Católica Portuguesa, na Faculdade de Direito Mackenzie de São Paulo (Brasil) e na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. O presente livro relaciona as diversas áreas de estudo e de investigação acima referidas, revelando correspondência inédita de Garrett dirigida ao MNE.

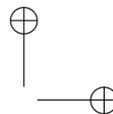
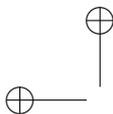
É membro da Academia das Ciências e da Academia Portuguesa da História.

### **ANA ISABEL VASCONCELOS**

Ana Isabel Vasconcelos é Professora Auxiliar no Departamento de Humanidades da Universidade Aberta, onde lecciona, desde 1991, nas áreas da Literatura Portuguesa e da História do Teatro Português. Enquanto investigadora do Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa, tem-se dedicado especificamente aos estudos dramáticos e teatrais relativos ao século XIX. Obteve, em 2000, o grau de Doutor em Estudos Portugueses, com a tese intitulada *O Drama Histórico Português do Século XIX (1836-56)*, publicada pela FCT/FCG. Foi também co-responsável editorial por uma coleção coordenada pelo Museu do Teatro, sendo da sua autoria o primeiro volume intitulado *O Teatro em Lisboa no Tempo de Almeida Garrett*. Neste âmbito é co-autora de dois volumes do *Repertório Teatral na Lisboa Oitocentista*, publicados pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em 2007 e 2011, respetivamente.



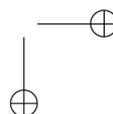
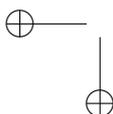


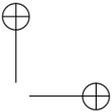


## COLEÇÃO FONTES COM(N)VIDA

A COLEÇÃO FONTES COM(N)VIDA é dirigida por Annabela Rita, Dionísio Vila Maior e José Eduardo Franco e, no seu Conselho Científico, integra nomes como (entre outros) Beata Cieszýnska, Fernando Cristóvão, Isabel Ponce de Leão, José Eduardo Franco, José Jorge Leiria, Lilian Jacoto, Luísa Antunes, Maria José Craveiro e Petar Petrov. Sendo uma coleção sujeita a *referee*, procurará divulgar, de forma metódica, sistemática e selecionada, trabalhos de investigação realizados nas áreas da História, da Literatura e Cultura Portuguesas e da Literatura em interartes.

FONTES  
comvida





# FONTES comvida

## **Diretores da Coleção**

Annabela Rita  
Dionísio Vila Maior  
José Eduardo Franco

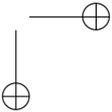
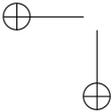
## **Conselho Científico**

Beata Cieszynska  
Fernando Cristóvão  
Isabel Ponce de Leão  
José Jorge Letria  
José Rosa  
Lilian Jacoto  
Luís Salgado de Matos  
Luísa Antunes  
Maria José Craveiro  
Miguel Real  
Petar Petrov

## **Comissão Executiva**

Luís da Cunha Pinheiro

## **Conselho de *Referees***





**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da  
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do  
Projecto Estratégico «PEst-OE/ELT/UI0077/2014»**

26.  
M. T. P. B. S.

Ill. mo e Ex. mo Sr.

Apresento de muito estado de saúde, que supponho  
me devesse a assignar a este officio, mas como devesse  
profundamente occupar a este passo, e a digna  
curadoria de aquella Secretaria de El. Mo. Temporal. O  
Deputado Regente, a anciana solicitude de meu trabalho,  
e os arduos votos que, como todos os bons Portuguezes,  
nao cejo de formar, para o futuro restabelecimento da  
sua preciosa cidade.

No principio d' esta semana, a 11 de Setembro  
meo de Setembro, conseguí com fim organizar o  
pequeno corpo consular Portuguez neste Reino, nomei  
um Prata de dos poderes que El. Mo. Temporal de digno  
comendou-me, um Vice Consul em Antuypas, outro  
em Botende, para o servico de commercio dos dous  
paizes. Nomei outro sem um Vice Consul em  
Bruxellas com o fim de se encarregar da Chancellaria  
da Legação e do Consulado geral, e para manter  
a esta ultima qualidade, a correspondencia com  
os outros Vice Consules, e dar ajoin a unidade e